

# A imprensa operária no Amazonas (1891-1920)

algumas  
dimensões

Luciano Everton Costa Teles

**A imprensa operária  
no Amazonas  
(1891-1920)**

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima

**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

Cleinaldo Costa

**Reitor**

Cleto Leal

**Vice-Reitor**

*editoraUEA*

Maristela Silva

**Diretora**

Socorro Freitas

**Secretária Executiva**

Síndia Siqueira

**Editora Executiva**

Samara Nina

**Produção Editorial**

Maristela Barbosa Silveira e Silva (Presidente)

Alessandro Augusto dos Santos Michiles

Allison Marcos Leão da Silva

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Maduro

Izaura Rodrigues Nascimento

Jair Max Furtunato Maia

Mário Marques Trilha Neto

Maria Clara Silva Forsberg

Rodrigo Choji de Freitas

**Conselho Editorial**

Luciano Everton Costa Teles

**A imprensa operária no Amazonas (1891-1920)**  
algumas dimensões



Síndia Siqueira  
**Coordenação Editorial**

Jamerson Eduardo Reis  
**Assistente Editorial**

Luana Aguiar  
Síndia Siqueira  
**Revisão**

André Yukio Tanaka  
Erick Cundiff  
Samara Nina  
Silas Menezes  
**Projeto Gráfico**

Samara Nina  
**Diagramação e finalização**

Raquel Ponce  
Samara Nina  
**Conversão para *ebook***

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas  
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da  
Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado  
do Amazonas

T269i Teles, Luciano Everton Costa  
2020 A imprensa operária no Amazonas (1891-1920) : algumas  
dimensões / Luciano Everton Costa Teles. – Manaus :  
Editora UEA, 2020.  
132 p.: il.; 21 cm

ISBN 978-65-87214-02-3

Inclui referências bibliográficas

1. Classe operária - História e crítica - Manaus (AM). 2.  
Classe operária - Aspecto social - Manaus (AM). I. Título.

CDU 1997 - 316.343.632(811.3)(091)

Editora afiliada:



*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
[editora.uea.edu.br](http://editora.uea.edu.br) | [editora@uea.edu.br](mailto:editora@uea.edu.br)

Aos trabalhadores de ontem e de hoje que se envolveram e se envolvem com a imprensa, entendendo-a como instrumento de conscientização, mobilização e luta.

# SUMÁRIO

- 9 Prefácio
- 12 Introdução
- 17 capítulo 1  
**A imprensa periódica como objeto/fonte de estudo da disciplina histórica**  
o caso do jornal *Vida Operária* (1920)
- 37 capítulo 2  
**Entre perseguições, agressões e empastelamentos**  
o caso dos jornais de trabalhadores *Gutenberg* (1891-1892) e *Operário* (1892)
- 54 capítulo 3  
**O Primeiro de Maio na capital do Amazonas por meio dos jornais *A Lucta Social* (1914) e *Vida Operária* (1920)**
- 72 capítulo 4  
**Denunciando a racionalização do trabalho, os impactos da crise econômica e as disputas entre imigrantes nacionais/nativos**  
o jornal *Vida Operária* e o mundo do trabalho no Amazonas na década de 1920

91	capítulo 5 <b>Os jornais <i>Vida Operária</i> e <i>O Extremo Norte</i></b> disputas sobre as ações políticas operárias
104	capítulo 6 <b>Instrução educacional e inserção política</b> o jornal <i>Vida Operária</i> (1920)
117	<b>Algumas dimensões</b>
120	<b>Bibliografia</b>



# PREFÁCIO

O jornal tinha uma enorme importância para o movimento operário durante a Primeira República. Tanto para os militantes socialistas, quanto para os anarquistas ou comunistas, o jornalismo era uma forma de comunicação que transcendia o processo de passar informações. O jornal operário era, acima de tudo, um espaço de organização, de debate teórico e de difusão do conhecimento e de informações sobre os movimentos da classe trabalhadora.

Em muitas ocasiões, os militantes não tinham condições de montar grandes associações ou grupos ideológicos organizados, mas editavam uma pequena folha, improvisada em uma pequena tipografia de fundo de quintal ou impressa em uma tipografia de outro jornal mais estruturado. Apenas o fato de os militantes se juntarem para produzir um periódico já era um ato organizativo, pois, para a produção de uma folha, é necessário mobilizar sujeitos que trabalhem e discutam os temas que vão ser veiculados. Muitas vezes, socialistas ou anarquistas não tinham um partido ou grupo organizado, mas sustentavam um jornal, através do qual se encontravam para defenderem a força de seu ideal.

Da mesma forma, o jornal operário também era um espaço de debate teórico e construção ideológica. Dificilmente, o periódico editado pelos militantes operários se limitava a noticiar o que ocorria no país e no mundo. Boa parte dos textos estava dedicada à construção de uma nova consciência social, ao convencimento dos trabalhadores e das trabalhadoras de que existia uma alternativa para um mundo melhor para além do capitalismo.

Os textos debatiam este caminho de libertação, discutiam os meios através dos quais a classe operária chegaria à Revolução Social, colocando à prova a validade de determinado conceito ou de determinado corpo de ideias.

Neste caso, possuíam uma enorme importância os espaços específicos para os debates, para a confrontação entre militantes de posições políticas diferentes. Por vezes, estas disputas ideológicas se davam dentro do mesmo periódico, e, em outros momentos, entre folhas rivais. O importante é ressaltar que este exercício permitia a constituição de um espaço privilegiado para estruturação de argumentos que depois seriam replicados pelas vozes das ruas.

Outro papel importante da imprensa operária era a de difusão de conhecimento e de informações sobre a classe trabalhadora. Em alguns casos, os periódicos tinham uma proposta educativa, replicando informações de utilidade pública, sendo o veículo para a publicação de palestras e incentivando a participação de atividades culturais. Não era raro ver, entre as páginas dos jornais, convites para saraus, festivais, apresentações de teatro ou atividades esportivas. O jornal também publicava manifestações artísticas, como pequenos contos, com o objetivo de ridicularizar a burguesia ou glorificar os trabalhadores – também havia poesias com forte conotação social, além de ilustrações com o mesmo teor. O jornal, ao fim e ao cabo, também servia de testemunha da vida da classe operária, já que muitas vezes se multiplicavam as denúncias sobre a insalubridade dos locais de moradia ou do processo de exploração no espaço de trabalho. Por fim, esta difusão de informações também fazia com que o jornal operário servisse como a voz de um mundo silenciado pela grande imprensa. Ao passo que os jornais burgueses gastavam rios de tinta com denúncias dos movimentos revolucionários ou dos levantamentos operários em outros países, os periódicos da classe serviam como canal de informação alternativo, em que a visão do explorado estava em primeiro plano em relação ao explorador.

Todas estas considerações já seriam motivo para elogiar a publicação de mais um livro sobre imprensa operária do movimento operário brasileiro. Porém, para além da importância de mais uma abordagem sobre o periodismo, o livro *A Imprensa Operária no Amazonas (1891-1920): Algumas Dimensões* de Luciano Teles também joga mais luz sobre uma questão muito importante para todos aqueles que estudam os trabalhadores organizados no Brasil: a necessidade de estudar a militância operária em um contexto regional.

Durante muito tempo, a história do movimento operário brasileiro privilegiou abordagens que enfocavam o centro do Brasil, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo. E, no decorrer desse período,

esta abordagem se mostrou insuficiente para dar conta de toda a multiplicidade de experiências que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros constituíram ao longo da Primeira República. Desta forma, já nos anos 1990, Sílvia Petersen, falando de uma perspectiva do Rio Grande do Sul, questionava uma produção que não dava conta da complexidade de situações em diferentes pontos do país. Nos anos posteriores, estudos regionais se multiplicaram com a difusão de Programas de Pós Graduação em diversos estados do Brasil, assim como a constituição e abertura de arquivos sobre a história operária. Pesquisas feitas por historiadores como Luis Balkar Pinheiro, para o estado do Amazonas, Osvaldo Maciel, para o estado de Alagoas, ou Vitor Wagner de Oliveira, para o estado do Mato Grosso, mostraram que o mundo do trabalho e das organizações de classe apresentavam uma realidade muito mais complexa e variada que aquela vivida entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Neste caso, o presente livro vem colaborar para a construção de um quadro mais rico da organização operária em uma região que teve um movimento pujante e uma militância muito organizada. Por outro lado, também é um fato importante que esta pesquisa tenha sido feita e esteja sendo publicada em Manaus, pois de nada adiantaria produzir uma reflexão sobre as diferentes regiões do Brasil, se não houvesse uma reflexão autônoma produzida a partir destas diferentes regiões. A constituição de novos polos de pesquisa sobre o movimento operário só faz enriquecer o leque de abordagens e das perspectivas para pesquisas futuras.

Por fim, é importante ressaltar que a história do movimento operário brasileiro necessita não apenas de regionalização, mas também de exercícios que articulem as ligações e trocas entre os diferentes espaços de militância. Tanto as informações, quanto os militantes circulavam através de uma rede complexa que só ganha sentido vista a partir de uma perspectiva transregional. O livro de Luciano Teles, com sua pesquisa sobre a imprensa operária do Amazonas, certamente pode contribuir para as novas sínteses que a história do movimento operário brasileiro tanto necessita.

**Frederico Duarte Bartz<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Técnico em Assuntos Educacionais na UFRGS. Membro do GT Mundos do Trabalho (Nacional e Seção Rio Grande do Sul).

# INTRODUÇÃO

A presente obra resultou de projeto de pesquisa docente intitulado “Os periódicos como objeto/fonte de estudos para a construção do conhecimento histórico”, desenvolvido entre 2013 e 2015.<sup>2</sup> O foco central deste projeto consistiu em refletir acerca da potencialidade de se tomar os periódicos, em especial a imprensa operária, como objeto e/ou fonte de estudos para a construção do conhecimento histórico.

E por que a imprensa operária? Este tipo de imprensa, produzida e direcionada aos trabalhadores, mostrou-se interessante tanto como suporte documental quanto como objeto de estudo. Como suporte documental permitiu recuperar aspectos importantes do trabalho e da vida dos trabalhadores. Através dela foi possível identificar diversos contrapontos às iniciativas do poder, como propostas políticas, formas de luta, de resistência e de leitura de mundo (DÉCCA, 1987, p. 98). Ela sugeriu uma gama de temáticas como a exploração e opressão do capitalismo, condições de vida e trabalho, alto custo do aluguel e dos gêneros de primeira necessidade, eleições, voto e representatividade, educação e instrução, organização e associações, repressão e perseguição, denúncias e conquistas, experiências culturais, dentre outros (RAGO, 1985, p. 15-17).

Como objeto de estudo consentiu observar dimensões significativas do processo de produção, circulação e venda dos jornais voltados aos trabalhadores, com destaque para a relação entre avanços tecnológicos, oficinas e produção de jornais, formatos e características, grupos (proprietários, editores, colaboradores e outros) e suas leituras de mundo e posicionamentos realizados sobre assuntos sociais (TELES, 2008).

<sup>2</sup> Este projeto foi desenvolvido no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas, fazendo parte do Projeto Institucional Docente (PID), instrumento ligado à proposta de produtividade elaborada pela Universidade e, portanto, apoiada por ela.

Em linhas gerais, a imprensa operária se singularizou particularmente por seus objetivos programáticos e seu caráter doutrinário. Suas falas caminhavam na contramão dos discursos hegemônicos, sempre visando servir de instrumento para a construção de um novo mundo, sem exploração, miséria, opressão, fome e outros problemas sociais que atingiam os operários.

Com efeito, como se mostrou de um potencial ímpar, sobretudo para recuperar grupos, como os trabalhadores, antes excluídos da história (PERROT, 1988), emergiram vários trabalhos que a tomaram ora como fonte ora como objeto (PETERSEN, 1989; JARDIM, 1990; PEREIRA, 2001).

As perspectivas foram variadas, indo desde uma análise do discurso (COSTA, 1993/94), passando pelo uso dos conceitos de ideologia (ARAÚJO e CARDOSO, 1985), memória (FERREIRA, 2001), representações (BILHÃO, 1998), identidades (MACIEL, 2004) e gênero (ARAVANIS, 1999). As temáticas eram diversificadas e, em grande medida, sugeridas pelos próprios assuntos elencados nos jornais operários.

Foram vários os autores que alertaram sobre a potencialidade da imprensa operária. Zicman já acentuava que os jornais eram bastante consultados e citados, porém raramente estudados e analisados (1985, p. 92). Neste mesmo ano, Rago apontou que a riqueza desse tipo de imprensa não estava ligada somente aos aspectos materiais e de luta, mas incluía aspectos culturais e propostas de uma nova sociedade (1985, p. 16).

Na década de 90, Jardim assim se posicionou:

Pelo visto, a imprensa operária foi levada em conta como uma variável fundamental para o estudo da história dos trabalhadores, porém (...) pouco se fica sabendo de suas características mais específicas.

(...)

Quer dizer, há muitas indicações da sua importância, mas pouca demonstração do porquê desta importância. Consta-se assim sob esse aspecto, uma lacuna na historiografia, mesmo naquela do centro do país, de estudos mais aprofundados, tanto descritivos quanto interpretativos sobre o tema imprensa operária. Ou pelo menos estudos que condensassem e reavaliassem o que já foi escrito de forma esparsa em diversos trabalhos e enfoques (1990, p. 10).

De lá para cá alguns estudiosos escutaram essas vozes e fizeram avançar os estudos sobre a imprensa operária. Mesmo assim, na virada do século XX para o XXI, Cruz, de uma forma contundente, realçou a importância desses estudos, pois, para ela, essa imprensa, apesar de ter se constituído como fonte privilegiada e indispensável para o “estudo das classes operárias no período recente da história social do trabalho brasileira (...), vem reclamando por estudos que a proponham também como tema e espaço central de análise e reflexão” (CRUZ, 2000, p. 129).

O projeto de pesquisa docente citado no início desta introdução se assenta nesse propósito de tomar a imprensa operária como “tema e espaço central de análise e reflexão”. Cabe explicitar que, no Amazonas, esforços foram mobilizados com a finalidade de fazer emergir e avançar os estudos sobre a imprensa operária. Neste sentido, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro têm desenvolvido uma série de atividades de pesquisa que resultou num maior conhecimento sobre o papel da imprensa operária no interior do cenário urbano local (PINHEIRO e PINHEIRO, 2004).

O que se procurou, ao desenvolver o projeto de pesquisa docente em tela, foi revelar a potencialidade de se tomar a imprensa operária como objeto/fonte para a construção do conhecimento histórico e, com isso, contribuir para a compreensão da imprensa operária local, sua importância, dinâmica e características.

Com efeito, o resultado disso se materializou em seis textos transformados em capítulos nesta obra. O primeiro capítulo, denominado de “A imprensa operária como objeto/fonte de estudo da disciplina histórica: o caso do jornal *Vida Operária* (1920)”, tratou de discutir quando e de que forma a imprensa passou a ser utilizada, num primeiro momento, como fonte e, em seguida, como objeto de estudo na disciplina histórica, bem como a perspectiva que atualmente ela encerra, destacando uma reflexão sobre o jornal *Vida Operária*, que circulou no Amazonas no ano de 1920.

O segundo capítulo, intitulado “Entre perseguições, agressões e empastelamentos: o caso dos jornais de trabalhadores *Gutenberg* (1891-1892) e *Operário* (1892) no Amazonas da Primeira República Brasileira”, procurou explicitar, no interior dos anos iniciais da implantação do regime republicano no Amazonas, as violências que os militantes operários sofreram ao tomarem para si a responsabilidade e os riscos de organizarem a classe operária e de fundarem jornais, que foram alvos de empastelamentos. Nesta

esteira, buscou-se identificar esses militantes e suas atuações. E, de forma articulada, apresentar os jornais que eram por eles produzidos, os conteúdos publicados e, por fim, o contexto das violências a que eram submetidos.

O terceiro capítulo, “O Primeiro de Maio na capital do Amazonas por meio dos jornais *A Lucta Social* (1914) e *Vida Operária* (1920)”, enfocou o Primeiro de Maio, demonstrando como esses jornais incorporaram e difundiram questões relacionadas ao surgimento desta data, em especial, o significado político atribuído a ela, de reflexão sobre o lugar social dos trabalhadores e de luta, e o consequente esforço de grupos econômicos e dirigentes políticos no sentido de esvaziar esse conteúdo político, transformando-a em “dia do trabalho”.

O quarto capítulo – chamado “Denunciando a racionalização do trabalho, os impactos da crise econômica e as disputas entre imigrantes nacionais/nativos: o jornal *Vida Operária* e o mundo do trabalho no Amazonas na década de 1920” – apontou para o universo operário, salientando que este foi marcado por denúncias, propostas e lutas estabelecidas contra as pressões e as configurações assumidas por uma organização capitalista de produção racional e disciplinada que marcou presença no Amazonas com a exploração da borracha. Este capítulo buscou apresentar alguns aspectos, através das páginas do jornal *Vida Operária*, do universo do trabalho urbano da Manaus da borracha, revelando as denúncias e demandas discutidas e levantadas pelo referido jornal no início da década de 1920.

O quinto capítulo, “Os jornais *Vida Operária* e *O Extremo Norte*: disputas sobre as ações políticas operárias”, teve como finalidade apresentar dois jornais operários que circularam em Manaus no mesmo período, em 1920, com características e linhas editoriais específicas e que atuavam como instrumentos de conscientização, mobilização e luta voltados para o universo operário, porém com diferentes propostas de condução política, o que se procurou demonstrar aqui.

O sexto e último capítulo, intitulado “Instrução educacional e inserção política: o jornal *Vida Operária* (1920)”, teve como objetivo demonstrar, através do conteúdo da imprensa operária no Amazonas, como o jornal *Vida Operária* se posicionou frente ao processo político eleitoral vigente na Primeira República brasileira, destacando as críticas, a proposta de ação política operária e o

destaque dado à instrução (educação, no caso saber ler e escrever, sobretudo) como instrumento de participação política.

Para finalizar, cabe salientar que o livro foi estruturado com capítulos autônomos e independentes, porém articulados em torno de um tema central, a imprensa operária do Amazonas, iluminando, desta forma, algumas de suas várias dimensões. Optou-se por tecer apenas algumas considerações metodológicas e conceituais sobre a imprensa operária e a classe operária quando necessário, para evitar um texto mais carregado e, assim, tornar a leitura mais fluida e agradável.



# 1

## **A IMPRENSA PERIÓDICA COMO OBJETO/FONTE DE ESTUDO DA DISCIPLINA HISTÓRICA**

o caso do jornal  
*Vida Operária* (1920)

A História como disciplina emergiu na segunda metade do século XIX.<sup>3</sup> Ancorada em aportes difundidos pela vertente Metódica Alemã, cujo maior expoente era Leopold Von Ranke, a noção de fonte histórica acabou se restringindo àqueles documentos submetidos a um processo de “crítica erudita”, cuja finalidade era verificar sua “veracidade”. Uma vez atestada a “veracidade” do documento, partia-se para a identificação daquilo que seria considerado como “prova histórica”, ou seja, os acontecimentos que ocorreram no passado e que se encontravam registrados neles (CARDOSO, 1982).

Cabe destacar que estes acontecimentos eram tomados como o passado enquanto tal, cabendo ao historiador, numa posição passiva frente aos documentos, ordenar numa ordem cronológica – tendo como base um esquema de causa, efeito e consequência – os acontecimentos históricos (CARDOSO, 1982).

Com o aparecimento na cena histórica dos Annales, em 1929, emergiu não apenas uma crítica com relação às bases da produção do conhecimento histórico hegemônico, na virada do século XIX para o XX, mas também uma gama de questionamentos sobre a restrita noção de documento histórico. Recuperando uma passagem hoje clássica acerca desta questão, apontava Marc Bloch: “é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito” (1997, p. 114).

Neste contexto, um conjunto diversificado de registros deixados pelos homens ao longo do tempo passou a ser alvo de compilações e análises dos historiadores que intensificaram este

<sup>3</sup> Como as demais disciplinas no campo das ciências humanas que neste século se desprenderam da Filosofia.

movimento, sobretudo nas últimas cinco décadas. Desta forma, a fotografia, o cinema, a música, os processos judiciais, a literatura, os inventários, as correspondências e outros documentos passaram a compor um cenário interessante para a recuperação de aspectos históricos ocorridos no passado.

A imprensa periódica<sup>4</sup> se inseriu neste movimento e passou a ser utilizada como documento histórico profícuo.

### **IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE DE ESTUDO**

A utilização da imprensa periódica como fonte para a pesquisa histórica brasileira ganhou terreno, ainda de forma tímida e lenta, na década de 1970, após a superação de antigas posturas que marcaram a prática historiográfica, notadamente as noções de “fonte suspeita” e “repertório da verdade”.

Com relação à primeira postura, a imprensa periódica despertava desconfiança nos historiadores. Os diversos temas tratados e as inúmeras informações veiculadas, por não serem oficiais – na medida em que não eram documentos comprovadamente produzidos por agentes do governo –, eram relegados a um plano secundário. Entretanto, para aqueles que insistiam em utilizá-la, era necessário redobrar a atenção, a fim de não comprometer, com o uso desse registro, a pretensa objetividade, tão arduamente desejada no interior da disciplina histórica.

No extremo oposto, foi lentamente se constituindo a ideia de “fato verdade”, que elegia a imprensa como “templo dos fatos”, enaltecendo a objetividade do fato jornalístico e esboçando uma tendência a utilizá-la como relato fidedigno da realidade, fonte imparcial e neutra dos acontecimentos (CAPELATO, 1988).

Neste sentido, as informações contidas na imprensa periódica representavam um recorte “*in loco*” da realidade, extraído e materializado em artigos presentes nas colunas jornalísticas, supostamente à espera do historiador para serem compiladas, observadas e exploradas.

No final da década de 70 e no início da de 80 do século XX, a imprensa periódica foi sendo vista de forma diferente. Num momento de reavaliação do tratamento dispensado pelo historiador às fontes históricas, a imprensa periódica passou a ser tomada como espaço de representação de inúmeros aspectos da realidade.

<sup>4</sup>Engloba os pasquins, a grande imprensa diária, a imprensa estudantil e os jornais operários.

A partir deste momento, a atenção se voltou para os elementos constitutivos da construção dos textos jornalísticos. Esta posição foi sendo difundida e acabou influenciando os historiadores que caminharam no sentido de romper com a postura que via a imprensa como “fonte suspeita” ou, inversamente, como “repertório da verdade”, permitindo estabelecer questões que procuravam elucidar não o fato jornalístico em si, mas a construção deste fato.

Com efeito, atentou-se que, no processo de construção do fato jornalístico, os elementos subjetivos e os interesses do jornal interferiam decisivamente. Desta forma, a tarefa preliminar de identificar os elementos construtores do fato se tornou central na construção historiográfica, uma vez que possibilitava identificar e localizar a imprensa socialmente e, assim, melhor compreender a logicidade de seus discursos e a emergência de projetos de intervenção social e política que, por vezes, ela buscava encobrir.

Portanto, a adoção de uma postura cautelosa e crítica no trato com a imprensa se tornou referência obrigatória para os pesquisadores. Zicman lembrava que, para os que resolviam tomá-la como fonte de estudo historiográfico, era necessário atentar para o eixo norteador de sua ação – o campo político e ideológico. Esta questão trouxe consigo a necessidade de estabelecer os principais traços característicos dos órgãos de imprensa a serem investigados (ZICMAN, 1985, p. 91-92). Era preciso indagar ainda sobre o modo como os jornais constituíram formas de olhar e narrar os eventos e de fixar uma versão entre outras possíveis. Era preciso identificar o “lugar social de onde o jornal falava” (VIEIRA, 1989).

Esse processo foi importante uma vez que deu à imprensa um lugar de destaque nos estudos históricos, tal como sustenta Maria Helena Capelato:

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época (1988, p. 13).

Como fonte histórica, a imprensa configurou-se como um “manancial dos mais férteis” para a reconstrução e elucidação do passado. Por meio dela, tornou-se possível recuperar dimensões sociais importantes, notadamente as lutas, os ideais, os

compromissos e os interesses de diversos setores que compõem a sociedade. A imprensa possibilitou um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, dentre outros aspectos.

Desta forma, vários trabalhos emergiram, como, por exemplo – em âmbito nacional e dentro da seara da História do Trabalho – as obras de Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1997), Sidney Chalhoub (1991), Francisco Foot Hardman (1983), Ângela de Castro Gomes (1988), dentre outros.

Em âmbito regional, no Amazonas, os trabalhos de Ednéa Mascarenhas Dias (1999), Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999) e Francisca Deusa Sena da Costa (1997) inserem-se neste processo, utilizando a imprensa periódica como suporte documental para a reconstrução de aspectos do passado e superando a historiografia regional tradicional que durante muito tempo ocultou as condições de vida e trabalho das populações citadinas marginalizadas, silenciando os ideais, as lutas e os projetos destes grupos que atuaram de forma bastante efetiva no processo histórico amazonense. Felizmente, este silêncio da historiografia vem sendo minimizado por novas abordagens que surgiram proporcionando novas interpretações do passado.

### **IMPRENSA PERIÓDICA COMO OBJETO DE ESTUDO**

A imprensa, tomada como objeto de estudo, remete-nos, num primeiro momento, aos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelas regiões do país e aos intelectuais ligados a estas instituições, com destaque para Alfredo de Carvalho e Afonso de Freitas. Os trabalhos desenvolvidos por estes profissionais consistiam na realização de levantamentos de jornais e abordagens descritivas sobre eles. Deste modo, a imprensa era vista por uma perspectiva descritiva, factual e cronológica.

Sobre esta perspectiva, Marialva Barbosa alegava que “escrever a história da imprensa não é, certamente, alinhar fatos e datas, nomes e mais nomes, nem destacar os personagens que se tornaram singulares na construção engendrada no passado para o futuro” (2004, p. 03).

Com efeito, a tentativa de construção de uma História da Imprensa no Brasil não se restringiu a esse primeiro momento. Em 1966, surgiu a *História da Imprensa no Brasil*, obra de vulto

que refletiu sobre a dinâmica e evolução dos órgãos de Imprensa e analisou suas características em diversas conjunturas. Ancorado em um modelo marxista que atrelava a dimensão cultural ao nível da infra-estrutura – aquela era reflexo desta –, Sodré via a imprensa como um “aparelho ideológico do Estado”. Esta dimensão pode ser percebida logo no início do livro, quando afirmou que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1999).

Porém, esta não foi a única obra que tencionou construir, por um outro viés, uma História da Imprensa no Brasil. Precedendo a obra de Sodré, Juarez Bahia (1990) procurou discutir não só um sentido geral na história da imprensa brasileira, mas também inquirir essa historicidade em articulação com os processos de incorporação de novas tecnologias e linguagens. Além de Bahia, Carlos Rizzini (1988) e Hélio Viana (S/D) também desenvolveram estudos sobre os órgãos de imprensa em perspectiva global.

Considerando as obras que buscavam analisar globalmente a História da Imprensa do Brasil, Geraldo Pinheiro assim se posicionou:

não obstante a grande contribuição que estes trabalhos trouxeram ao debate contemporâneo, eles carregam limitações de suas épocas. Assim pois, Carlos Rizzini, Hélio Viana e Juarez Bahia estão fortemente marcados por perspectivas positivistas, enquanto Nelson Werneck Sodré, com a ortodoxia que lhe é peculiar... (1993/94, p. 198).<sup>5</sup>

Cabe mencionar que os estudos menores e mais regionalizados não ficaram de fora. Nesta linha, a obra de Ignotus (1883), que abordou a imprensa no Maranhão entre 1820 e 1880, e Luiz do Nascimento (1972), o qual focalizou a imprensa em Pernambuco, são exemplares.

Desta forma, a partir da segunda metade do século XIX até meados da década de 70 do século XX, os estudos que tomaram a imprensa enquanto objeto de estudo, ora em plano global ora em plano regional, caminharam em duas vertentes: Na primeira, a imprensa era encarada de forma descritiva, factual, cronológica e

<sup>5</sup> O autor estabelece também a divisão cronológica realizada por Sodré e Bahia. Enquanto aquele optou por uma divisão que acompanha a periodização tradicional da historiografia brasileira (Imprensa Colonial, Imprensa da Independência, Imprensa do Brasil Império e da República, subdividindo esta em dois capítulos: a grande Imprensa e a crise da Imprensa brasileira), este a divide em três grandes períodos, chamando-os de “Etapa Inicial” (1808 – 1880), “Fase de Consolidação” (1880 – 1930) e “Fase Moderna” (1930 – 1960).

preocupada em fazer levantamentos de documentação sobre jornais (catálogos e listagens). Esta perspectiva acabou apresentando um baixo teor explicativo. Na segunda, o jornal era visto como “aparelho ideológico do Estado”, o que acabou gerando um empobrecimento analítico resultante do determinismo econômico.

Nas décadas subsequentes, a noção de imprensa enquanto “prática social que compunha o tecido social urbano” se difundiu e contribuiu para a emergência de trabalhos relevantes, com destaque para o trabalho de Heloisa de Farias Cruz (2000), que buscou refletir as relações entre cultura letrada, periodismo e vida urbana no processo inicial de formação da metrópole paulistana.

No Amazonas, o campo da História da Imprensa vem sendo desbravado. Um pioneiro estudo sobre a História da Imprensa no estado foi realizado em 1908 por um grupo de intelectuais locais, com destaque para João Batista de Faria e Souza e Alcides Bahia. Tal produção foi formulada no bojo das comemorações do primeiro centenário da História da Imprensa no Brasil. Embora partindo de uma modesta visão de conjunto da imprensa local, esse estudo foi importante por ter chamado a atenção para a riqueza daquela produção jornalística, a partir da listagem de mais de três centenas de jornais que circularam na região, desde a implantação da Província, em 1851, até 1908, ano de sua publicação.

Na mesma linha de preocupação, foi elaborado o *Catálogo dos Cem Anos de Imprensa no Amazonas* (1990), produzido por um conjunto de historiadores da Universidade Federal do Amazonas. Nesta obra, buscou-se ampliar o quadro dos jornais publicados no Amazonas, com rápida apresentação que não só reavaliava a dinâmica do periodismo local, como também reafirmava sua importância como importante fonte para a renovação historiográfica.

As obras acima referenciadas ligam-se àquela perspectiva de produção de catálogos e listagens que, embora contribuam enormemente enquanto instrumentos de pesquisa, “não trazem uma maior profundidade interpretativa acerca dos materiais alvo dessas publicações” (PINHEIRO, 2001, p. 58).

Não obstante, mais recentemente o periodismo amazonense foi alvo de adensado estudo analítico, em que se buscou não apenas asseverar a heterogeneidade de formatos, linhas editoriais e projetos político-sociais que embasaram a Imprensa Amazonense entre os anos de 1880 e 1930, como também discuti-la como peça chave de expressão e avanço da cultura letrada no Estado (PINHEIRO, 2001).

## **A IMPRENSA PERIÓDICA COMO OBJETO/FONTE DE ESTUDO**

Até aqui a imprensa foi tomada em dois sentidos: como fonte de estudo ou como objeto para a pesquisa histórica. Atualmente, a tendência encaminha-se em tomar a imprensa periódica como objeto e fonte de estudos concomitantemente.

Esta perspectiva apresentou-se profícua, pois acabou articulando duas dimensões que potencializaram a produção do conhecimento histórico por meio de um diálogo em que a imprensa periódica tornou-se o foco dos estudos. Como sustenta Adelaide Gonçalves:

Compreender a imprensa como instrumento de intervenção na vida social em que seu estudo pode se dar como objeto/fonte, uma vez que desaparece a categoria imprensa na forma abstrata para dar lugar ao movimento vivo das ideias, protagonistas e, principalmente, para que emergjam dessa produção de sentidos, como resultado da operação histórica, sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (2001, p. 09).

Com efeito, a recuperação histórica da constituição da imprensa, suas tecnologias, linguagens, dinâmicas e transformações ao longo do tempo, bem como as informações contidas nos artigos veiculados, que surgiram por meio de aspectos presentes na realidade do cotidiano do local onde o periódico circula e que acabam alimentando a produção de ideias e sentidos, apresentam-se como fundamental e rica para a construção do saber historiográfico.

### **O JORNAL *VIDA OPERÁRIA*: INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES DE MANAUS (1920)**

O jornal *Vida Operária* passou a circular na arena jornalística a partir do dia 08 de fevereiro de 1920. Neste momento, Manaus já havia passado por modificações significativas em sua estrutura espacial e socioeconômica. Conforme a literatura que tratou da expansão da economia gomífera, foi entre os anos de 1890 e 1920 que o espaço urbano não somente sofreu intervenções no seu aparato físico, como também recebeu um número considerável de imigrantes e migrantes que passaram a atuar junto aos nativos nas atividades produtivas e comerciais que foram surgindo no processo de expansão.



Entretanto, no ano que o impresso *Vida Operária* se apresentou à sociedade amazonense, o estado estava imerso numa grave crise econômica oriunda da gradativa marginalização da borracha nativa no mercado mundial, fruto da penetração da borracha cultivada no continente asiático. Este processo de marginalização da borracha nativa se materializou em falências, desempregos, carestia de vida e toda uma gama de problemas políticos e sociais que acabaram sendo registrados nas páginas do jornal.

Sobre o *Vida Operária*, foram publicados vinte e seis números, sendo o primeiro em 8 de fevereiro de 1920, como se mencionou, e o último no dia 26 de setembro do mesmo ano. Era de publicação semanal e vendida de forma avulsa por \$200 (duzentos réis) e também por assinaturas anuais ao preço de 10\$000, semestrais ao preço de 6\$000 e trimestrais ao preço de 3\$500. Tinha grande formato, de 30 x 43 cm, quatro páginas e quatro colunas.

Nas duas primeiras páginas, eram distribuídos os artigos e as notícias. Ao analisar a distribuição de ambos, percebe-se a existência de dois eixos principais no discurso do jornal: o primeiro estava ligado à elaboração de críticas ao modo de produção capitalista e sua atuação exploradora e opressora sobre o operário; o segundo estava associado à orientação para uma determinada ação operária no sentido de se obter uma mudança social.

Os desdobramentos que surgiram a partir daí traziam como questão a importância de um veículo de comunicação para a discussão e difusão de ideias. Seus temas recorrentes eram: desigualdades sociais presentes no mundo moderno; a situação política do operariado amazonense; a ação operária a ser seguida; a organização dos trabalhadores em associações; a fundação de um partido operário; a importância do processo político-eleitoral e denúncias sobre questões relacionadas ao trabalho (acidentes de trabalho, demissões arbitrárias, multas e penalidades) e à vida (carestia dos gêneros de primeira necessidade, alcoolismo, jogatina e outros).

As matérias veiculadas nas páginas do jornal eram assinadas por diversas pessoas, como demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 1 - Colaboradores com Matérias Assinadas**

<b>AUTORES</b>	<b>ARTIGOS</b>
Oswaldo Mário	Como surgimos nº 01.
Flávio Remar	Operariado nº 02; A carestia da vida nº 03.
Guilherme de Oliveira	Aurora promissora nº 01; Outro rumo nº 06.
João do Monte	Colaboração <sup>&lt;?&gt;</sup> nº 02; A postos nº 04.
Santos Filho	Aproxima-se nº 04.
Manoel Sérvulo	Palavras simples nº 06.
Cursino Gama	O momento nº 09.
Salustino Liberato	Não se illudam nº 12; União e coragem nº 16.
Hemetério Cabrinha	Está na hora nº 13.
Elesbão Luz	Sem comentários nº 13.
Rita da Conceição Alves	O Dia do Trabalho nº 14 e nº 15.
Arnaldo de Barcellos	Reportagens oportunas nº 16.
Maia Filho	Operariado amazonense e as Demais classes trabalhadoras do Amazonas nº 17.
J. Pimenta	Finanças da Vida Operária nº 18.
Venicuis	O futuro governo e as demais forças vivas do estado nº 19.
Nicodemos Pacheco	Bilhete aos reaccionários nº 20.
Fulton	O dia 14 de julho e a eleição governamental do Amazonas nº 21.
Benjamin de Araújo Lima	Aos operários do Amazonas nº 23.
Plínio	O Sr. Camilo Prates em luta contra o operariado nacional nº 23.
Mauro Santos	Amor e trabalho nº 25.
Cleomenes Honório Dias	O que é o operariado nº 26.

**Fonte -** Jornal *Vida Operária* (1920)

Nomes como Guilherme de Oliveira, Manoel Sérvulo, Cursino Gama, Nicodemos Pacheco, Hemetério Cabrinha, Elesbão Luz,

<?> Optou-se por preservar, neste livro, a grafia da época em que cada jornal foi publicado.

Oswaldo Mário, Flávio Remar e J. Pimenta apareciam ligados a sociedades operárias (Sindicato dos Cigarreiros, Centro Operário, União Operária e outros). Porém, percebe-se que em momentos tidos como especiais, notadamente o Primeiro de Maio e as eleições, outras vezes se colocavam, como a da professora da Escola de Aprendizizes-Artífices Rita da Conceição Alves falando sobre o 1º de maio de 1920, e as de Maia Filho, Fulton e Venicius tratando das eleições governamentais. Existiam ainda artigos que não eram assinados.

É importante destacar a constante presença, no cenário político amazonense, de nomes como Nicodemos Pacheco, Elesbão Luz, Anacleto Reis e Cursino Gama. Só para citar um exemplo desta presença: em 1919, ocorreu uma “greve geral” em favor da jornada de oito horas de trabalho, alvo de manifestações em âmbito nacional. Em Manaus, foi formado o Comitê de Operários Amazonenses para conduzir a greve. Este comitê era composto pelos senhores acima citados e seu presidente era Nicodemos Pacheco (PINHEIRO, 1999). Mesmo após a greve de 1919 ter sido sufocada pela repressão e o Comitê extinto e expulso do seu local de funcionamento, este grupo parecia não desistir de lutar em prol da melhoria das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, como demonstra a sua presença na elaboração, produção e difusão do jornal *Vida Operária* e, após o desaparecimento deste, no jornal “comemorativo” denominado *Primeiro de Maio* (1928), cujo diretor era Cursino Gama.

Era prática dos animadores do jornal *Vida Operária* a transcrição de artigos e informações de jornais que circulavam em outras regiões do País. Este fato indica que havia uma articulação de ideias e, longe de atuar de forma isolada na região, os articulistas estabeleciam contato com lideranças operárias em esfera nacional e internacional. As transcrições presentes no jornal estão relacionadas no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Matérias reproduzidas de outros jornais**

ARTIGO	JORNAL DE ONDE FOI EXTRAÍDO
Política Operária	A Razão do Rio de Janeiro. Escrito por Mariano Garcia
O que dizem todos os médicos eminentes (sobre o álcool)	Relatório Inglês (não há maiores informações)
Para o Syndicatos Camaradas	Hora Social de Recife

O Sindicato como escola de energia	Jornal do Povo do Pará
A Internacional	Hora Social de Recife
Hymno	Gil Blás do Rio de Janeiro
Acto de Fé do Operariado	Gráfico do Rio de Janeiro
O Rico e o Lázaro	Baptista Amazonense

**Fonte** - *Jornal Vida Operária* (1920)

Havia também informações sobre a luta operária em outros países, como Espanha, Portugal, França, Alemanha e Argentina, só para citar alguns exemplos. Estas informações apareciam nos primeiros números do jornal, nas colunas intituladas “O que há lá por fora” e “Notícias interessantes”. Estas colunas desapareceram nos títulos posteriores.

Cabe destacar que as transcrições de artigos de jornais de outros estados, bem como as informações sobre os movimentos operários de outros países, visavam sustentar as posições e argumentos – sobretudo políticos e sociais – defendidos pelo jornal. Assim, a existência de afinidades políticas era critério para que a transcrição ocorresse, além, é lógico, do grau de importância da matéria.

Identificam-se também, no jornal, duas colunas presentes em todos os números: “Vida social” e “Noticiário”. Na primeira coluna as informações eram sobre casamentos, nascimentos, viagens, aniversários, agradecimentos e outros aspectos presentes no cotidiano manauara. Para citar um exemplo:

No dia 25 encher-se-a de fastas o lar de nosso prezado camarada, Nicodemos Pacheco, pelo aniversário natalício de sua interessante pequerrucha Ena Christina. A aniversariante e aos seus desvelados paes, desejamos milhares de venturas (*VIDA OPERÁRIA*, nº 03. Manaus, 24 de fevereiro de 1920).

É preciso dizer que na coluna “Vida social” figuravam não somente operários, mas também pessoas de outros segmentos sociais, tais como comerciantes, advogados, políticos e médicos.

Com relação à coluna “Noticiário”, os assuntos veiculados neste espaço eram variados. Estavam presentes informações sobre troca de redatores, reuniões de associações, atraso de salários, demissões e admissões, além de reclamações sobre a situação das ruas e calçamentos da cidade.

Nesta coluna, também se publicava informações como a seguinte:

Com o fim de cooperar-mos na propaganda contra o analfabetismo, avisamos aos nossos caros leitores, que d'oravante, manteremos uma secção intitulada Educandários, onde se encontrará uma relação dos Institutos Collégios e Escollas particulares, existentes nesta capital.

Para a referida secção chamamos a atenção dos nossos leitores (*VIDA OPERÁRIA*, nº 06. Manaus, 14 de março de 1920).

Após a publicação desta informação na coluna “Noticiário”, o *Vida Operária* incorporou a seção “Educandários” nos números subsequentes. Esta seção geralmente se localizava na terceira página do jornal e esteve presente até a saída do último número dele (26 de setembro de 1920).

Nas duas últimas páginas, ficavam as propagandas e anúncios. Observando estes espaços, é possível identificar a existência de serviços de médicos, leiloeiros, advogados, companhia de seguros, casas comerciais com operações de natureza bancária, além de produtos produzidos por Tabacarias (Avenida e Globo), Sapatarias (Novo Mundo, Porfírio Bezerra, Flores e Arone), Farmácias (Lopes, Vieira e Hermes), Marcenarias (União e ABC), Funilaria (União), Alfaitarias (Bezerra, Costa Rodrigues e Elite) e Armazéns (Armazém da Avenida e do Mercado). Estas páginas comportavam algo em torno de 24 publicações de produtos e serviços, por título. As publicações variavam de um título para o outro.

Fazendo uma comparação entre os nomes que apareciam associados aos produtos e serviços na parte das propagandas e anúncios com os nomes das pessoas que auxiliavam financeiramente a publicação de alguns números do jornal (veiculados no décimo primeiro e décimo oitavo títulos), sobretudo os dois primeiros, percebe-se uma questão: a presença de alguns nomes nos dois espaços, como é o caso da Pharmácia do Povo, Restaurante Mineiro, José Lopes, dono da Pharmácia Lopes, Asensi, que era comerciante, e outros. Este fato evidencia, no mínimo, o uso das propagandas e anúncios como uma das fontes de receita (a outra era a venda) para custear a publicação do jornal e também uma importante amplitude de circulação dele, a ponto de atrair o interesse dos comerciantes por tal serviço de propaganda.

Quanto a esta última questão, o jornal era distribuído em espaços restritos, como associações – em que podemos citar União Operária Nacional, Centro Operário Nacional, Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil, Sociedade Beneficente União dos Foguistas, Sindicato dos Estivadores, Artes Gráficas, União dos Moços e Marinheiros, União de Classe dos Pedreiros, Sindicato dos Cigarreiros, Associação dos Construtores Cívicos e, por fim, Coligação dos Oficiais da Marinha Mercante – colégios, institutos, bares e botequins.

A leitura empreendida era coletiva e se realizava nos espaços acima descritos e também nas esquinas das ruas. Aqueles que tinham o domínio da leitura e da escrita, geralmente os segmentos médios urbanos (professores, comerciantes, militares, etc.) e parcelas de operários qualificados – uma vez que a esmagadora maioria dos operários era analfabeta – liam em voz alta. Este tipo de leitura se colocava enquanto estratégia da cultura letrada, tentando sobrepor-se à marcante oralidade, característica da região.

Com efeito, os responsáveis pela produção dessa folha não pertenciam propriamente à classe operária, mas aos segmentos médios urbanos. O jornal tinha como diretor o professor Elesbão do Nascimento Luz e, como redatores, Hemetério Cabrinha, poeta, e Paulino Carvalho, funcionário da Delegacia Fiscal. Como gerente, estava Anacleto Reis, que, segundo Pinheiro (1999, p. 174), era uma destacada liderança dos estivadores manauaras, e, como auxiliar, Jorge Benedito Ferreira.

Observa-se, neste ponto, que existia um grupo – segmentos médios urbanos – propenso a fazer uma espécie de “aliança para baixo”, enquanto que no meio operário havia um setor que aceitava fazer alianças com outros segmentos que viessem somar com a causa operária, estratégia chamada, aqui, de “colaboração de classes”, para usar os termos de Boris Fausto (1986). Como explicar esta aproximação?

Para responder a esta pergunta, precisa-se destacar dois elementos fundamentais. O primeiro corresponde às transformações socioeconômicas ocorridas em algumas das principais cidades brasileiras, dentre as quais Manaus se inclui. Estas transformações fizeram surgir e ampliar categorias de trabalhadores urbanos – advogados, professores, funcionários públicos, operários e outros – que passaram a exigir participação nos espaços de decisões políticas. O segundo elemento se refere à exclusão social e política presente na Primeira República Brasileira. Tanto os operários quanto os

segmentos médios eram excluídos politicamente e, desta forma, criticavam o sistema político da Primeira República. Talvez esta exclusão fosse o elemento de atração e aproximação entre eles, fazendo brotar daí projetos de participação política.

Desta maneira, identificando-se com a classe operária, os animadores do jornal tratavam de assuntos relacionados ao viver operário e, claramente, os tinham como público alvo. Por si só, tais características bastavam para que o jornal fosse definido enquanto integrante da Imprensa Operária (FERREIRA, 1988).

Em seu primeiro número, em artigo intitulado “Como surgimos”, o jornal registrou o espaço em que foi idealizado, quem o idealizou e como, enfim, surgiu. Assim, numa espécie de “bohemia espiritualizada”, numa banca de mármore (provavelmente em algum botequim), entre tragos de cigarro e café, cinco indivíduos – Elesbão Luz, Oswaldo Mário, Hemetério Cabrinha, Anacleto Reis e Nicodemos Pacheco –, interessados na ideia de fundar um jornal operário, conceberam-no:

Sim a Vida Operária...

Responde o Velho professor.

Surgirá! Exclama Oswaldo entusiasmado! E brilhará!

Murmura Cabrinha agitado, dizendo; o Luz será o diretor!

E parte da litterária é sua exclama Oswaldo irrevogável!

Pois você é o sucurijú da prosa e a águia do verso!

E é logo alli sobre a nudez impenetrável do mármore

que se idealiza o artigo de fundo ... a vida mundana ...

a vida mundana ... o programma...

Nada! Diz o Cabrinha com os dedos entre os cabellos desalinhados.

Há de ser assim...

E já a passurada celebrava os funeraes do sol, quando dali sahimos intoxicados de jornalismo, e de ideias grandes.

E foi assim que surgimos! (*VIDA OPERÁRIA*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920).

Os idealizadores da folha reservaram espaço na primeira página do segundo número do jornal para informar como foi recebido o novo periódico no cenário jornalístico amazonense. Neste espaço foi citado o comentário de seis jornais: *A Imprensa*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta da Tarde*, *Imparcial*, *O Extremo Norte* e *União Portuguesa*.

Consoante o jornal *Vida Operária*, o jornal *A Imprensa* assim o escreveu:

Recebemos, hontem, o primeiro número da Vida Operária, órgão de defesa das classes laboriosas de Manáos. É um periódico de alevantadas idéas, bem redigido e que traz matéria interessante na sua parte editorial (*VIDA OPERÁRIA*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920).

*O Jornal do Comércio* e o *Gazeta da Tarde*, representantes da chamada “grande imprensa”, limitaram-se a indicar os nomes do diretor, redatores e auxiliares. Somente o *Gazeta da Tarde* foi mais além, mencionando algum tipo de sucesso ao jornal *Vida Operária*: “Ao nosso confrade, que appareceu com uma optima edição, almejamos perennes felicidades, na lida que se impõe” (*GAZETA DA TARDE*. Manaus, 09 de fevereiro de 1920).

O acanhado comentário de ambos refletia a atuação dos grupos que os davam vida. Sendo veículos de difusão e defesa de propostas políticas e socioeconômicas, ligadas aos grupos econômicos (seringalistas, grandes comerciantes, funcionários públicos de alto escalão e outros), a chegada de um órgão que se propunha a defender as classes laboriosas era no mínimo arriscado. Neste sentido, até a felicidade supostamente desejada pelo *Gazeta da Tarde* poderia se diluir, como talvez tenha ocorrido, a partir do confronto de ideias e projetos políticos divergentes.

Quanto ao *O Extremo Norte* e ao *União Portuguesa*, o primeiro, sendo integrante da imprensa operária, desejava “vida longa e prosperidades mil”, porém, alertava que o lema adotado pelo novo impresso “é o mesmo que (...) usamos em o nosso semanário”, indicado uma possível disputa entre ambos pelo controle do movimento operário; o segundo, da mesma forma, almejava “uma longa existência ao novo confrade” (*VIDA OPERÁRIA*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920). A posição da *União Portuguesa* com relação ao surgimento do “novo confrade” refletia, em grande medida, a relação estabelecida entre ambos, que culminou com a impressão, nas oficinas deste jornal, do segundo número do *Vida Operária*.

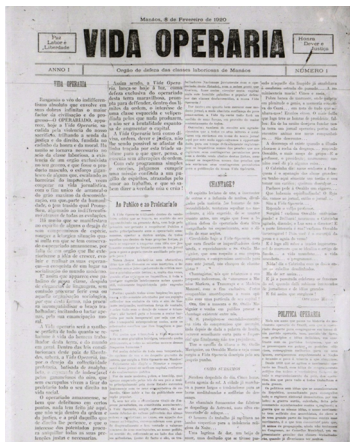
Sobre a impressão do jornal *Vida Operária*, o primeiro número foi confeccionado nas oficinas do *Diário Oficial* a um custo de 80\$000. O segundo, como mencionado no parágrafo acima, foi impresso nas oficinas da *União Portuguesa* e custou 90\$000. Foi somente a partir do terceiro número que o jornal aqui abordado passou a ser produzido em oficina própria situada na rua municipal nº 54 (*VIDA OPERÁRIA*, nº 18. Manaus, 13 de junho de 1920).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Nesta edição, o jornal publicou não só os nomes das pessoas, empresas, colégios e associações que colaboraram financeiramente para a publicação da edição especial de 1º de maio, como também um balanço sobre as finanças do periódico, especificamente da publicação dos até então dezoito títulos.



Entretanto, no mês de agosto, a redação deste periódico mudou deste endereço e passou a se localizar na Praça São Sebastião nº 9 (*VIDA OPERÁRIA*, nº 24. Manaus, 29 de agosto de 1920).

**Imagem 1** - Exemplar do Jornal *Vida Operária* – Nº 1



**Fonte** - Reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

O “layout” do jornal foi se modificando conforme as mudanças foram se sucedendo. Ao sair das oficinas do *Diário Oficial*, sua configuração era a que aparece na Imagem 1. Com a impressão do jornal nos equipamentos da *União Portuguesa*, houve pequena modificação. Assim, do número três ao número vinte e dois, as publicações seguiram sem modificações no “layout”. A partir do número vinte três, o jornal sofreu outra pequena modificação.

Comparando as edições após o número 23, é possível perceber que as diferenças estavam numa melhor distribuição dos conteúdos, sem o uso de fontes pequenas usadas anteriormente para compactar as matérias mais longas. O resultado foi, na verdade, uma legibilidade maior. Contudo, as modificações não atingiram o número de colunas, que permaneceram quatro por página. Quanto às páginas, gravitavam em torno de quatro, sendo ampliadas em edições especiais e comemorativas (como o 1º de maio) e diminuídas frente a dificuldades técnicas, financeiras e políticas.

Com efeito, a opção pela criação do jornal estava ancorada na compreensão que seus produtores tinham do potencial da

imprensa no interior da vida moderna. O jornal era, antes de tudo, transformador e, dessa forma, “a palavra quando bem applicada poderá remover todos os empecilhos” (*VIDA OPERÁRIA*, nº 4. Manaus, 29 de fevereiro de 1920).

O jornal surgiu com o objetivo claro de atuar como elemento aglutinador dos interesses e das reivindicações operárias amazonenses. Como porta-voz da classe operária, procurava chamar a atenção dos setores dominantes e do poder público para questões que afligiam os trabalhadores. Não era, contudo, veículo de discursos revolucionários. Pelo contrário, em observância às leis constitucionais e sem propor alterações da ordem, a defesa do operário era traçada em suas páginas:

Assim sendo, a Vida Operária, lança-se hoje à luz, como defeza exclusiva do operariado desta terra maravilhosa, prompta para deffender, dentro dos limites da ordem, o interesse de uma classe esquecida e velipendiada pelos que nada produzem, a não ser a brutalidade espantosa de augmentar o capital (*VIDA OPERÁRIA*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920).

A produção dos jornais operários era repleta de dificuldades, seja pela falta de financiamento tipográfico para este tipo de imprensa, seja pelo acesso extremamente penoso aos materiais necessários para produzi-los. Estas dificuldades estiveram presentes na elaboração e sustentação das publicações do jornal *Vida Operária*. Entretanto, algumas estratégias foram tomadas para contornar esta situação. Entre elas, e de forma imbricada, podem-se citar duas: a construção de uma articulação entre as diversas associações existentes para a sustentação do jornal e a colaboração direta do operário.

Quanto ao primeiro ponto, percebe-se, nos artigos, o esforço de seu diretor e colaboradores em constantemente visitarem as sedes das associações operárias. As propagandas do jornal eram realizadas no Centro Operário do Amazonas, na União Operária Nacional, na Sociedade União dos Foguistas e na Associação das Quatro Artes da Construção Civil, para citar algumas. O trecho abaixo se apresenta como exemplar neste sentido:

Em o dia 25 do mez p. findo, foi este Centro (Centro Operário do Amazonas) visitado por um dos nossos companheiros de redacção que ali fora em propaganda deste órgão.

Recebido distintamente pelos camaradas em plena sessão, após a leitura do expediente, de posse da palavra expoz numa brilhante allocução o fim de sua visita. Entre outras cousas, disse o nosso companheiro, que se achando o operariado amazonense organizado e forte, tornava-se preciso antes de tudo, manter em nosso meio um jornal que fosse a sua legítima defesa, sendo as suas últimas palavras abafadas por uma estrondosa salva de palmas.

Terminada a sessão os camaradas dessa bem organizada sociedade, manifestando a mais clara satisfação, acompanharam o nosso companheiro até a porta, de uma maneira que só podemos agradecer (*VIDA OPERÁRIA*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920).

Nessas visitas, identifica-se um discurso que atentava para a formação, entre os operários, de uma só família e de um só ideal. Isto é revelador de que as divergências existiam no interior do movimento. Percebida a contradição, os dirigentes do jornal procuravam combatê-la por meio da afirmação de propostas unificadoras.

O jornal, por identificar-se com as classes operárias e por colocar-se como instrumento essencial para a construção da defesa dos interesses de classe, falava diretamente aos trabalhadores, chamando atenção para a importância de contribuírem para a manutenção daquele órgão. Vários artigos foram publicados não só falando das dificuldades de sua produção, como também da necessidade de auxílios para mantê-lo. Num deles, é possível ler:

Companheiros! A Vida Operária, como verdadeira pioneira, como batel deslizando sobre os encapeladas ondas do mar, há de defender como forte baluarte, com viva manifestação, a nossa dor, os nossos soffrimentos. Companheiros! Se quereis lutar, faz-se preciso para que possamos proseguir nessa lucha insana, prestar os vossos auxílios a Vida Operária, por que ella sem titibies e com plena convicção demonstrará a nossa emergência, e, se por accaso necessário for retirarmos dessa lucha pela conquista dos nossos ideaes, grandemente será redobrado os nossos soffrimentos!... (*VIDA OPERÁRIA*, nº 4. Manaus, 29 de fevereiro de 1920).

Além desses dois aspectos principais, havia um terceiro: a divulgação e difusão dos jornais nas escolas, colégios e institutos. As colunas do *Vida Operária* se apresentavam enquanto espaço onde questões do universo operário eram mencionadas e discutidas.

Assim, em suas páginas, além das denúncias contra os baixos salários, a carestia de vida, a prepotência e arrogância dos patrões e os acidentes de trabalho<sup>7</sup>, encontravam-se um conjunto de demandas operárias que vinham a público.<sup>8</sup>

Enfim, o jornal *Vida Operária* procurava atuar enquanto elemento vital de conscientização e organização, colocando-se como um instrumento criado para fomentar a mobilização e luta dos trabalhadores manauaras, numa tentativa de construir uma intervenção operária na construção de sua própria história.

\*\*\*

Observou-se que a imprensa periódica foi percebida num primeiro momento como “fonte suspeita” e em seguida como “templo dos fatos”, imparcial e neutra frente aos acontecimentos. No decorrer das décadas de 1970 e 1980, tanto a ideia de “fonte suspeita” como a de “templo dos fatos” foi superada pela noção de que era fundamental se voltar para os elementos constitutivos da construção dos textos jornalísticos, analisando-os.

Considerando a imprensa periódica como objeto de estudo, verificou-se que ela foi encarada numa perspectiva descritiva, factual, cronológica, por um lado. Por outro lado, numa outra perspectiva, foi focalizada como “aparelho ideológico do Estado”. A partir da década de 80 do século XX, a noção de imprensa enquanto “prática social que compunha o tecido social urbano” se difundiu e consolidou-se.

Na última década, a posição que emergiu foi em utilizar a imprensa periódica como objeto e fonte de estudos ao mesmo tempo, a exemplo da breve reflexão realizada sobre o jornal *Vida Operária*. Esta perspectiva tem se mostrado enriquecedora para os estudos históricos.

<sup>7</sup> Como o jornal passou a circular num momento de crise econômica, situações específicas oriundas deste contexto foram veiculadas. Desta forma, as demissões que ocorriam neste momento eram criticadas em suas colunas. Também a carestia de vida era denunciada e contestada, inclusive com fortes acusações sobre alguns comerciantes locais, apontados como “açambarcadores” e “proveitadores”. Havia um conjunto grande de denúncias contra as empresas concessionárias dos serviços urbanos, sobretudo as estrangeiras Manaós Tramways, Manaós Harbour e Manaós Improvements, todas acusadas não só de explorarem os seus empregados, como também de não se preocuparem com os equipamentos que funcionavam em estado precário, causando, inclusive, acidentes de trabalho.

<sup>8</sup> Quanto às demandas, tinha-se a diminuição da jornada de trabalho (estipulada em oito horas diárias), pontualidade no pagamento, elevação dos níveis salariais, criação de tribunais arbitrários para julgamento de conflitos entre patrão e empregado (com destaque para uma atuação do Estado enquanto árbitro da questão), estabilidade no emprego, enfim, uma série de pontos a serem discutidos e implementados.

# 2

## **ENTRE PERSEGUIÇÕES, AGRESSÕES E EMPASTELAMENTOS**

o caso dos jornais de  
trabalhadores *Gutenberg*  
(1891-1892) e *Operário* (1892)

Não é mais surpresa, para os que se têm debruçado sobre a literatura que versa acerca do movimento operário na Primeira República, que os primeiros anos do regime político que “destronou a monarquia” causaram uma sensação de maior participação política, sobretudo nos militantes operários (GOMES, 1994; BATALHA, 2003; OLIVEIRA, 2003). Esses anos iniciais foram marcados por instabilidades políticas, crises econômicas e sociais que se diluíram conforme o regime foi se tornando estável (SAES, 2005).

Não obstante, tanto na instabilidade quanto na estabilidade, dimensões excludentes foram sendo configuradas, caracterizando o novo regime político e produzindo um desencanto generalizado no seio do operariado (BATALHA, 2003, p. 173). Como resultado disso, diversos movimentos promovidos pelos operários e seus militantes surgiram e, sob diferentes perspectivas político-ideológicas (FAUSTO, 1986; HARDMAN e LEONARDI, 1991), buscaram maior participação política e mudanças nas condições de trabalho e vida (CHALHOUB, 1991; DECCA, 1997; BATALHA, 2000; PETERSEN, 2001).

Em que pese a riqueza de dimensões e elementos presentes nesse primeiro momento do movimento operário na vida republicana, o presente texto realizou alguns recortes espaciais, cronológicos e de dimensões sociais. Com efeito, considerando o Amazonas entre os anos de 1890 e 1892, buscou-se, através dos jornais *Gutenberg* e *Operário*, explicitar, nesse ambiente inicial, as perseguições e agressões que os militantes operários sofreram ao tomarem para si a responsabilidade e os riscos de organizarem a classe operária e de fundarem jornais que foram alvos de empastelamentos.<sup>9</sup>

Neste sentido, torna-se fundamental apresentar quem eram esses militantes e de que forma atuavam. Parece essencial, ainda,

<sup>9</sup> O termo empastelamento será utilizado nesta obra com o significado de invasão de uma gráfica e/ou redação de jornal com a finalidade de inutilizar o trabalho em curso, em geral confiscando e/ou danificando equipamentos e materiais.

reconhecer os jornais que eram por eles produzidos, os conteúdos publicados e, por fim, nesses anos iniciais de instabilidade política, o contexto das violências a que eram submetidos.

## **OS MILITANTES**

É notório, particularmente para aqueles que optaram por fazer uma escrita da história de baixo (SHARPE, 1992), que recuperar o perfil dos militantes e a forma como desenvolviam suas atividades não se constitui tarefa fácil (GODOY, 2003). Como um policial perito na cena de um crime, o historiador tem que lançar mão de uma série de fragmentos para, a partir deles, “construir” informações e contextos.

Neste sentido, uma gama variada de documentos foi consultada, em especial jornais, os mais variados, para tentar extrair deles dados e informações que possibilitassem minimamente revelar quem eram os militantes por trás dos jornais *Gutenberg* (1891-1892) e *Operário* (1892).

De antemão, cabe mencionar que o jornal *Gutenberg* possuiu duas fases. Uma estreitamente ligada aos interesses da categoria dos gráficos, colocando em relevo seu programa e externando a importância do movimento organizativo desta categoria no Amazonas e no Brasil (GUTENBERG. Manaus, ano I, nº 1, 15/11/1891). Outra associada ao Partido Operário que surgiu dessas experiências iniciais, com temáticas mais amplas – organização das categorias, o papel fundamental do Partido Operário, da instrução, etc. – que intentavam abarcar o movimento operário como um todo (GUTENBERG. Manaus, ano I, nº 25, 1/5/1892).

No primeiro caso, nomes como o de Francisco Alves Medeiros, Izidoro Vieira, Vicente L. de Paula Galvão, Raymundo Pinto de Vasconcelos, Antônio Leão (todos mencionados como redatores) saltaram aos olhos. Inseridos no universo dos gráficos, estiveram na condução do processo de publicação do jornal e da organização destes trabalhadores.

No segundo caso, apareceu o nome do redator chefe, Marcellino da Exaltação Fernandes, e os membros da diretoria do partido operário: Joaquim Carvalho – Presidente; João Diniz Gonçalves Pinto – Vice- Presidente; Raymundo Pinto de Vasconcelos – 1º Secretário; Izidoro Vieira – 2º Secretário; José Gonçalves Dias – Tesoureiro; Marcellino da Exaltação Fernandes – Orador; J. A. de

Figueiredo Castro, Antônio Leão, Gervásio Jorge dos Reis, Vicente L. de Paula Galvão, Joaquim Pinto dos Santos e Francisco Alves Medeiros – Membros do Conselho de Diretores.

Para melhor articular o texto, partiu-se dos personagens com maiores informações adquiridas. João Diniz de Carvalho Pinto (Vice-Presidente do Partido Operário), por exemplo, era comerciante (JUNTA COMERCIAL – ELEIÇÃO. *Diário Oficial*. Manaus, ano VIII, nº 2018, 12/12/1900). Podia votar e ser votado (COLÉGIO COMERCIAL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros*, anexo, nº 1, 1902, p. 465). Era uma pessoa que se relacionava com os principais nomes da política regional desse período, como Heliodoro Balbi, com quem mantinha contato e, em momentos especiais, acompanhava (CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, nº 51, 21/3/1906). Através de um inventário publicado no jornal *Amazonas Commercial*, percebeu-se que tinha algum conforto financeiro. Isto ficou mais evidente quando algumas de suas viagens tornaram-se públicas, como aquela em que se deslocou para Belém no vapor nacional “Perseverança”, em 1ª classe, no dia 22 de maio de 1900 (BELÉM. *Amazonas Commercial*. Manaus, ano VI, nº 1628, 26/5/1900).

José Gonçalves Dias (Tesoureiro do Partido Operário) era comerciante e dono de alfaiataria (COMMÉRCIO DO AMAZONAS. Manaus, ano 31, nº 271, 31/8/1899). Em 1903, apareceu juntamente com Jonathas Pedrosa, Sérgio Pessoa, Antônio Guerreiro Antony, Francisco Xavier da Costa e outros apoiando os seguintes nomes: Afonso Pena – Presidente; José da Costa Azevedo – Senador; Manuel Machado – Deputado Federal; Gregório Thaumaturgo de Azevedo – Deputado Federal e Henrique Ferreira Penna de Azevedo – Deputado Federal (AOS NOSSOS CORRELIGIONÁRIOS E AMIGOS. *Quo Vadis?* Manaus, ano II, nº 42, 9/1/1903). Foi membro da Guarda Nacional (CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, nº 103, 22/5/1906) e Juiz Municipal do Comércio (CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, nº 53, 23/3/1906), por volta de 1906. Tornou-se parlamentar em 1910 pelo Partido Republicano Federal (POLÍTICA AMAZONENSE. *Correio do Norte*. Manaus, ano III, nº 585, 8/1/1911). No mesmo ano fez parte da comissão de verificação de poderes, juntamente com Adelino Costa e José Duarte Sobrinho, onde foi veementemente criticado.<sup>10</sup>

Já Raymundo Pinto de Vasconcelos (1º Secretário do Partido Operário) era também ligado ao Partido Republicano Federal,

<sup>10</sup> A crítica foi direcionada ao reconhecimento, por parte da Comissão de Verificação de Poderes, de Raymundo Afonso de Carvalho como deputado estadual, acusado de ser responsável pela miséria e ruína do povo amazonense (40 MINUTOS. *Correio do Norte*. Manaus, ano I, nº 349, 1º de fevereiro de 1910).



atuando inclusive na diretoria do partido como suplente (Diretório Central). Portanto, possuía estreitas ligações com José Gonçalves Dias e seu círculo político mais tradicional.

Acerca de Vicente L. de Paula Galvão (membro do Conselho de Diretores do Partido Operário), foi encontrado um dado interessante, presente em artigo que ele elaborou e publicou no jornal *Gutenberg*, revelador de sua atividade profissional. Ele era tipógrafo e, como tal, se empenhou em direcionar uma fala conclamando a classe ao processo organizativo (MOVIMENTO TYPOGRAPHICO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, nº 1, 15/11/1891).

Sobre Marcellino da Exaltação Fernandes (Orador do Partido Operário e redator chefe do *Gutenberg* – 2º fase), obteve-se apenas informações ligadas à tutoria de menores. Pelo menos quatro nomes emergiram sob sua tutoria, Lychia e Almerinda Campello, Antônio e Theodoro Raposo (*DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano I, nº 23, 14/12/1893). Ainda nesse âmbito de escassos testemunhos documentais, encontraram-se Antônio Leão, Joaquim Pinto dos Santos (ambos eram membros do Conselho de Diretores do Partido Operário) e Izidoro Vieira (2º Secretário do Partido Operário) (DIRECTORIA DO PARTIDO OPERÁRIO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, nº 25, 1/7/1892). Certamente, eles também faziam parte do corpo comercial ou tipográfico, no primeiro caso talvez com um importante lugar na hierarquia administrativa. O próprio Izidoro Vieira elaborou artigos direcionados aos comerciantes em geral (PREVENÇÃO AO COMMÉRCIO. *Quo Vadis?* Manaus, ano I, nº 8, 27/11/1902).

Infelizmente, não foi encontrada sequer uma pista a respeito do trabalho e da vida de Joaquim Carvalho (Presidente do Partido Operário), J. A. de Figueiredo Castro, Gervásio dos Reis e Francisco Alves Medeiros (estes três últimos membros do Conselho de Diretores do Partido Operário) (DIRECTORIA DO PARTIDO OPERÁRIO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, nº 25, 1/7/1892). Entretanto, esses personagens estiveram presentes, juntamente com os anteriores, no cenário político regional, especificamente na organização dos operários, comungando de muitas ideias e ações que buscaram divulgar e defender através do jornal *Gutenberg*.

Esse grupo agregou outros personagens e juntos mobilizaram esforços para assegurar um projeto político voltado aos operários no interior de um clima em que ocorreu a suspensão da publicação do *Gutenberg* e o surgimento de outro jornal que claramente veio para sucedê-lo, o *Operário*. Mas por que isso aconteceu? Esta pergunta

será respondida na próxima seção do capítulo, por ora identificar-se-ão os novos personagens agregados.

Eram eles Thomaz de Medeiros Pontes e Antônio Augusto Santos Porto. O primeiro era tenente (*A FEDERAÇÃO*. Manaus, ano III, nº 457, 6/5/1896). Desenvolveu atividades como 2º suplente de Juiz Municipal e de Comércio do 2º distrito judiciário de Manaus e também como chefe da Repartição de Terras, em 1896 (*DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano III, nº 651, 23/2/1896). Em 1899, já como 1º tenente reformado, tornou-se comandante do vapor “Barés”, por onde entrava em contato com outras regiões. O segundo era tenente e advogado. Exerceu o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos de Maués, sendo exonerado no ano de 1896 por questionar as ações, vistas como autoritárias, do governador Eduardo Riberio em relação aos grupos opositores e à imprensa, sobretudo pelo fato do governador solicitar a prisão de personagens como Frederico Rhossard, redator chefe do *Commercio do Amazonas*, o que era encarado por Santos Porto como uma ação de extrema violência (SEÇÃO LIVRE – GOVERNO DO TERROR. *Operário*. Manaus, ano I, nº 1, 12/12/1892). Pode-se dizer que esse grupo foi um dos primeiros a se articular em favor da classe operária no Amazonas. Sobre eles, cabem algumas considerações.

A primeira diz respeito ao processo de “vanguarda” dos gráficos no movimento operário local. Isso não foi uma peculiaridade do Amazonas. Pelo contrário, essa categoria assumiu essa posição em diversas regiões do país e do mundo. Sobre eles, por exemplo, Hardman e Leonardi apontaram que:

teriam, assim, tanto em Manaus como em todos os centros, maiores ou menores, pelas próprias características do seu ofício, um papel pioneiro na aglutinação da vanguarda operária, através da imprensa classista e do sindicalismo combativo (1982, p. 315).

Essas características do ofício eram a alfabetização (controle normativo da leitura e da escrita), o domínio da técnica e o acesso direto a máquinas e equipamentos tipográficos (PINHEIRO, 2003, p. 3). A primeira característica permitia aos gráficos, em especial os tipógrafos, que entrassem em contato com correntes de pensamento responsáveis por modelos interpretativos elaborados para entender o mundo e o funcionamento das sociedades. Certamente, esse entendimento caminhava ao lado do desejo de intervenção social,

e, no caso dos operários, uma intervenção que resultasse em melhorias de vida e trabalho através de projetos políticos que promovessem ações nesse sentido.

Por outro lado, as duas outras características deram a possibilidade da categoria de se lançar na publicação de jornais, por onde divulgavam e defendiam suas leituras acerca da sociedade, seus projetos políticos, suas ações e demais assuntos que julgavam interessantes. No Amazonas, o *Gutenberg* surgiu ligado aos gráficos, depois passou a ser órgão do Partido Operário. Nesse caminho, percebe-se que alguns personagens da primeira fase e, portanto, da categoria em tela, fizeram parte da diretoria do Partido, juntamente com comerciantes, militares e outros. Como eram socialistas, aceitavam fazer alianças com outros grupos e participar do jogo político-eleitoral vigente.<sup>11</sup>

A segunda vai em direção à heterogeneidade do grupo, sobretudo na segunda fase, quando o jornal se tornou porta-voz do Partido Operário. Essa característica já havia sido assinalada por Batalha (2003). Contudo, o que se deve destacar é que esse grupo era formado por indivíduos de profissões variadas (gráficos, comerciantes, juizes, militares e outros), com diferentes inserções sociais, alguns, como José Gonçalves Dias, possuíam relações com grupos dominantes locais.<sup>12</sup> Porém, estavam reunidos e vinculados ao redor de um projeto político e social.<sup>13</sup>

A terceira consideração gira em torno da possibilidade de articulação, através de alianças e apoios, que o grupo acenava, o que condizia com sua perspectiva de participação e intervenção por dentro do jogo político-eleitoral desenhado nesse momento. Como pôde se notar acima, apoiaram inclusive nomes de candidatos ao processo eleitoral que provinham de outras classes, ou seja, não eram necessariamente operários.

A quarta e última consideração diz respeito ao papel de liderança que esses indivíduos operaram. Efetivamente, pelos vestígios colhidos, sobretudo nos jornais em geral, tiveram

<sup>11</sup> As alianças giravam em “candidaturas operárias” e/ou “candidaturas apoiadas pelos operários”. Cabe apontar também que essas alianças foram possíveis nos anos iniciais da Primeira República, no Amazonas, em função de cisões que ocorreram entre os grupos da elite local que, para ampliar suas bases de apoio, voltaram-se para setores operários. Como se verá mais adiante no texto, isso se refletiu nos grupos que giravam em torno de Thaumaturgo de Azevedo e Eduardo Ribeiro. Essas cisões marcaram presença em todo esse período da “República Velha”, gerando conflitos.

<sup>12</sup> Sobre os grupos políticos locais na Primeira República Brasileira, ver (SANTOS, 1985; FIGUEIRA, 2011).

<sup>13</sup> De participação política, de reconhecimento social e de proteção ao trabalho.

uma atuação ampla, para além de suas respectivas profissões. Movimentaram-se organizando categorias, escrevendo em jornais, fundando e dirigindo um Partido Operário, numa dinâmica típica de uma militância de liderança, consoante Batalha (1997, p. 93).

### **OS JORNAIS *GUTENBERG* E *OPERÁRIO*: CARACTERÍSTICAS E CONTEÚDOS**

Mas o que possibilitou o surgimento da imprensa operária no Amazonas? Impossível não mencionar aqui a expansão da economia gomífera e os impactos substanciais que jogaram a região num turbilhão de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais (DIAS, 1999; PINHEIRO, 1999; COSTA, 1997) que promoveram uma série de dinâmicas e movimentos que a ligaram ao mundo, expressos em linhas de vapores regulares entre Manaus-Liverpool, por exemplo, como também na importação de comportamentos e hábitos europeus (DAOU, 2000).

No bojo desse processo, o Amazonas, particularmente a cidade de Manaus, passou por uma forte ampliação e diversificação das atividades socioeconômicas, o que contribuiu para elevar o nível demográfico e interligar mais intensamente a região com outras regiões do Brasil e do mundo. Da mesma forma, esse movimento atraiu mão de obra especializada, em especial os gráficos, e recursos materiais para alavancar a produção de impressos (PINHEIRO, 2001, p. 65-66).

Assim sendo, foram as transformações estruturais pelas quais a região passou – urbanização, industrialização, ampliação do mercado de trabalho, abolição da escravatura e a formação do trabalhador livre, imigração, etc. –, somadas ao avanço da cultura letrada para além dos círculos das elites tradicionais (alta burocracia, grandes comerciantes e seringalistas), em função do advento e avanço dos setores médios urbanos (advogados, médicos, professores, funcionários públicos e outros), que potencializaram aos “novos” grupos, em especial aqueles voltados ao universo operário, viabilizarem impressos para divulgarem ideias, interesses e projetos.

Essas mudanças que atingiram o norte do país ocorreram nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX e fizeram parte de um movimento mais geral, ao qual as principais cidades do país não passaram incólumes, tanto no que tange aos aspectos estruturais, quanto ao avanço e difusão da cultura letrada e impressa. Para Cruz, foi nessa época que “em ritmo acelerado,

no compasso de um modo de vida que exporta capital e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social” (CRUZ, 2000, p. 43).

Essa multiplicação do tempo e da experiência social foi relevante para que os “novos” grupos sociais pudessem invadir o “espaço público” através da produção, circulação e consumo de jornais. Neste sentido, temáticas ligadas às relações e interações entre os grupos e entre estes e a cidade marcaram presença na imprensa como um todo. Cruz salientou isso quando apontou que:

A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações (2000, p. 80).

Os operários se constituíram como um desses grupos que se envolveram na produção de jornais (MACIEL, 2008). Alguns deles, articulados com outros setores da sociedade (como se viu), estiveram em torno dos jornais *Gutenberg* e *Operário*. Estas folhas podem ser definidas como operárias, sobretudo por se direcionarem aos trabalhadores, falarem em seu nome e tratarem de conteúdos do seu universo (FERREIRA, 1988, p. 13-14). Além disso, ambos os jornais estiveram ligados à Associação Tipográfica e a um dos primeiros Partidos Operários no Amazonas.

O *Gutenberg* surgiu na arena jornalística do Estado em 15 de novembro de 1891, tendo como subtítulo “Periódico Noticioso e Litterario” e como divisa “um por todos e todos por um”. Sua oficina e redação funcionavam na rua 5 de setembro nº 42. Com o formato de 41x29 cm, foram editados 25 números, dos quais apenas três (nº 01,19 e 25) se encontram microfilmados em arquivos localizados no estado do Amazonas (Biblioteca Pública, Museu Amazônico, IGHA e LHIA).

## Imagem 2 – Jornal *Gutenberg*



Fonte - Acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas

Este periódico era vendido avulso por 60 réis e por assinaturas trimestrais ao preço de 3\$000, para a capital, e 4\$000, para o interior. Interessante destacar que no seu primeiro título o jornal trazia a informação de que a venda só se daria de forma avulsa e não por assinaturas. Ao que parece, houve dificuldades no que tange a essa estratégia, de modo que foi implantada e oferecida a venda por assinaturas.

Com efeito, possuía quatro páginas e três colunas. Nos títulos de nº 01 e nº 19, as páginas eram preenchidas basicamente com matérias e informações, não havendo imagens, nem anúncios e propagandas. Quanto a estes últimos, só apareceram na derradeira página do nº 29 e sem imagens, somente texto.

Como o jornal falava para e em nome dos gráficos, a distribuição entre esta categoria era gratuita, assim como também eram cedidos espaços nas suas colunas para quem porventura desejasse externar publicamente a defesa da classe. Segundo o próprio jornal, as estações de venda se localizavam na tabacaria 22, mercado público e por todos os círculos<sup>14</sup> da cidade (PINHEIRO, 2001). Quanto à tiragem, no primeiro número o jornal indica a cifra de 1.000 exemplares publicados. O corpo de redação era composto por Francisco Alves Medeiros, Izidoro Vieira, V. Galvão, R. Vasconcellos, Antônio Leão e Marcellino da Exaltação Fernandes, como destacado anteriormente.

<sup>14</sup> Cafés, botequins, praças, etc.

Os conteúdos veiculados pelo *Gutenberg* eram variados. Falavam-se dos precários serviços de limpeza de rua, da péssima iluminação pública, da carestia de vida, da perseguição política, além de salientar a importância de um órgão de imprensa e de um Partido Operário para a defesa da classe tipográfica e operária em geral.

Por outro lado, sucedendo o *Gutenberg*, e praticamente sustentado pelo mesmo grupo, apareceu o jornal *Operário*. Era de formato 37x52 cm. Tinha como redatores Izidoro Vieira, Thomas Porto e, como colaborador, Santos Porto e, como foi destacado anteriormente. Era vendido avulso pelo preço de 300 réis e por assinaturas trimestrais no valor de 5\$000 para a capital, e 6\$000 para o interior. Era de publicação semanal e sua oficina e redação eram as mesmas do *Gutenberg*.

O *Operário* possuía quatro páginas e quatro colunas. Nas duas primeiras páginas e metade da terceira eram distribuídas as notícias e informações e nas restantes propagandas e anúncios. Com relação aos conteúdos, as críticas sobre os serviços urbanos continuavam. A novidade estava em uma coluna específica denominada “Movimento Social”. Nela havia uma espécie de análise do movimento operário no mundo moderno. Aqui entra uma questão que fazia parte também do jornal antecessor, qual seja: a ligação e interações com outros jornais operários de outras regiões do Brasil.

Essas ligações e interações que permitiram a circulação de ideias foram colocadas em relevo por alguns trabalhos que jogaram luzes sobre trocas de informações<sup>15</sup> entre militantes, associações e jornais operários de diferentes capitais do país. Um desses estudos, por exemplo, procurou reconstituir a articulação entre as associações de operários do Rio Grande do Sul e os operários organizados do centro do país, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, por intermédio da imprensa operária, percebendo como essa imprensa estabeleceu ligações num dos mais importantes períodos da história do movimento operário brasileiro, os anos entre 1917-1920 (BARTZ, 2008, p. 4-6).

Cabe lembrar que Petersen já havia assinalado a importância de se “cruzar fronteiras”, salientando que esse caminho potencializa a percepção das especificidades regionais sem perder de vista os processos mais globais, como foi destacado anteriormente (PETERSEN, 1995, p. 134). Quando mencionou a imprensa operária, a autora foi mais além:

<sup>15</sup> Bartz (2008), por exemplo, usou termos como “corredor de informações”, “redes de troca”, “rede de contatos” e “rede de informações”.

Ainda é possível constatar que alguns aspectos da cultura operária podem ganhar um peso relativo diferente do que decorre de uma análise fragmentada: é o caso da própria importância concedida à imprensa, que provavelmente será redimensionada quando pudermos recompor a rede de sua circulação pelo país (1995, p. 135).

Portanto, a coluna “Movimento Social”, presente no jornal *Operário*, apresentava e analisava o que ocorria para além das fronteiras estaduais, além de construir referências para serem seguidas, particularmente de movimentos e ações políticas que deveriam ser tomados como exemplos no sentido de dinamizar o movimento operário local.<sup>16</sup>

**Imagem 3 – Jornal *Operário***



**Fonte** - Acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas

Com efeito, os anúncios e propagandas apareceram, além de textos recomendando serviços médicos e produtos de determinados estabelecimentos comerciais – Alfaiataria do Centro do Mundo Elegante, Sapataria Amazonense, Armarinho Papa Arroz, Casa de Armador e outros – e uma imagem de mulher com ramalhetes de flores (em propaganda da casa Mascotte). Esta imagem era relativamente simples, mas já figurava no jornal.

<sup>16</sup> Como salientou Batalha (1992, p. 172), os militantes procuravam “modelos” para justificar suas posições ideológicas, muitas vezes produzindo um paradigma idealizado.



Os dois jornais, *Gutenberg* e *Operário*, conseguem sintetizar bem as características da imprensa operária como um todo. Técnicas artesanais de produção, irregularidades nas publicações, dificuldades de financiamento tipográfico, caráter doutrinário e pragmático. Em geral, construíam discursos que caminhavam na contramão dos interesses patronais e, em grande medida, dos poderes constituídos. Buscavam conscientizar e mobilizar os operários no sentido de se organizarem para lutar por melhores condições de vida e trabalho (TELES, 2011).

### **O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA: OS ANOS DE 1891 E 1892 NO AMAZONAS**

O *Gutenberg* saiu de cena no ano de 1892. Um primeiro ponto que ajuda a entender o “empastelamento” dessa folha, e de alguns outros jornais que criticaram as autoridades que assumiram a condução do Estado a partir do ano de 1892, refere-se à crise política de âmbito nacional, que teve desdobramentos em diversas regiões do país, após a iniciativa mal sucedida, levada a cabo pelo Marechal Deodoro da Fonseca, de tentar fechar o Congresso Nacional (SILVA, 1975, p. 97-103).

Essa crise teve efeitos na política regional. Em 1º de junho de 1890, foi instalado um Congresso Constituinte no Amazonas, com a finalidade de promulgar a primeira Constituição Política Republicana do Estado e nomear o seu governador de forma indireta, o que aconteceu em Sessão Solene no dia 27 de junho de 1891 (FERREIRA, 2005, p. 149). Dois nomes se destacaram na disputa para o governo do Estado. De um lado estava Thaumaturgo de Azevedo, fortemente sustentado por setores “deodoristas”. De outro, marcava presença o candidato de setores importantes da elite local, Eduardo Ribeiro. Nessa disputa, venceu Thaumaturgo de Azevedo (PINHEIRO, 2014, p. 270).

Como governador do Estado, Thaumaturgo de Azevedo apoiou a tentativa frustrada de golpe do Marechal Deodoro da Fonseca em novembro de 1891. Após esse episódio, não conseguiu permanecer no posto e, embora tenha resistido, foi destituído logo após Floriano Peixoto ter enviado oficiais para o Amazonas para este fim. Em seu lugar, assumiu Eduardo Ribeiro, que ficou no governo por quatro anos (FERREIRA, 2005, p. 159-160). Esses eventos políticos demonstram os conflitos intestinos existentes, a ligação com o governo central e, nos anos iniciais da República, a dinâmica para sua consolidação e definição.

Nesses anos iniciais, motivado por uma percepção de maior inserção e intervenção política, o grupo responsável pelo jornal *Gutenberg* se movimentou, lançando-o no segundo aniversário da República. Assim se expressaram sobre esse momento:

Esta data, na ampulheta do tempo é inapagável e, na senda da política moralizada ella é, então – sublime e toda republicana.

É d'entre as letras acima fluctuantes que, veio de juntaremse dois acontecimentos na historia revolucionaria: a proclamação da República no Brazil e o apparecimento do Guttemberg na Imprensa do Amazonas. O dia de hoje, devéras, não passará dessapercebido para os incansáveis populares de 1889, aquelles que, prasenteiros o abrilhantavam de palmas e de risos pomposamente festivaes.

A redacção d'este periódico, vivamente de jubilo, commemora e assignala a proeminente data do 2º anniversario da Republica brasileira (SALVE – 15 DE NOVEMBRO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, nº 1, 15/11/1891).

A implantação da República era vista por eles como um acontecimento “revolucionário”, “sublime” e “inapagável”, assim como também era o surgimento do *Gutenberg*, um dos primeiros jornais operários a circular no cenário urbano local (PINHEIRO e PINHEIRO, 2004, p. 11). A movimentação para a organização dos operários em torno de uma associação de classe e de um Partido Operário, nesses primeiros anos do novo regime, só revelam o desejo que o grupo em torno do *Gutenberg* possuía de participação política e intervenção social.

Assim, o jornal passou a circular nesses anos de instabilidade e crise política, em especial quando Thaumaturgo de Azevedo ainda conduzia o Estado. Não se pode esquecer, como ficou evidente na primeira seção deste capítulo, que alguns membros do grupo do *Gutenberg* mantinham relações políticas próximas com Thaumaturgo, cerrando fileiras com ele. Portanto, eram “simpáticos” ao seu governo. Com a destituição deste, passaram a tecer críticas a Eduardo Ribeiro, que tomou medidas fortes, suspendendo a publicação de jornais de oposição, incluindo aí o próprio *Gutenberg*.

Consoante o *Operário*, ocorreu uma “suspensão” da liberdade de imprensa e os motivos alegados por Eduardo Ribeiro – de que as críticas atacavam sua honra pessoal, etc. (REAPPARECEMOS.

*Operário*. Manaus, ano I, nº 1, 12/12/1892) – não justificavam essa medida. No lançamento do primeiro número do *Operário*, em seu primeiro artigo intitulado “Reapparecemos”, ficou bem visível o “clima” desse momento:

O reaparecimento do órgão das classes operárias, sob o nome “Operário” não é, por certo, um facto que cause surpresa no seio da opinião.

Os graves acontecimentos que se desdobraram no nosso meio e motivaram a suspensão de publicação dos jornaes desta capital, excepção feita do órgão oficial, e outros factos da mesma ordem incoherentes e contra-ditórios com os propósitos d’aquelles que lhe deram causa...

(REAPPARECEMOS. *Operário*. Manaus, ano I, nº1, 12/12/1892).

Com efeito, o mesmo grupo que estava por trás do *Gutenberg*, ao lançar o jornal *Operário*, deixou explícito em suas novas páginas o objetivo de sucedê-lo. As críticas ao governo estadual não cessaram, pelo contrário, ficaram mais fortes, com publicações de artigos que chamavam o governo de “Terror” (SECÇÃO LIVRE – GOVERNO DO TERROR. *Operário*. Manaus, ano I, nº 1, 12/12/1892). Tempos depois deixou de ser publicado, provavelmente alvo de perseguições e empastelamentos.

Para além das perseguições e empastelamentos, as agressões que ocorreram eram mais individualizadas, no sentido de serem operacionalizadas a determinados militantes. Em artigo revelador, Marcellino da Exaltação Fernandes salientou:

Como já é bastante conhecido do público a agressão de que fui victima na noite de 19 do corrente nada de novo vêm trazer estas linhas, as quaes traço unicamente para dar uma satisfação ao público.

As pessoas que me conhecem sabem que nunca fui desordeiro, portanto, fui victima de uma aggressão torpe, cujo instrumento vil é um pobre desgraçado mais digno de lástima que de ódio; por traz do qual o meu gratuito inimigo, não tendo a coragem precisa, achou mais conveniente se deixar ficar; mas como sobre a terra nada se faz que se não venha a saber, espero em Deus que indo se descobrirá.

(...)

... não restará dúvida alguma que fui victima dos dominadores da actual situação e com mais provas poderia affirmar o que digo se não estivéssemos impedidos de recorrer a justiça, pois todos conhecem que ella vê, houve e julga pelas combinações (AGRESSÃO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, nº 25, 1/7/1892).

Cabe apontar dois elementos presentes no desabafo de Marcellino que remetem aos mecanismos acionados pelos grupos politicamente hegemônicos (seringalistas e grandes comerciantes) quando se sentiam ameaçados. O primeiro é a ideia do desordeiro. As violências repressivas se assentavam na justificativa de assegurar a ordem instituída. Assim, discursos, posições, comportamentos e ações que porventura caminhassem na contramão – e isso era uma característica dos grupos envolvidos no processo de organização dos trabalhadores e na produção de jornais – dessa ordem e que, de alguma forma, incomodassem esses grupos hegemônicos, eram alvos dos aparatos repressivos (GODOY, 2003, p. 50). O segundo elemento se refere às relações e conchavos dos grupos políticos com as autoridades judiciais. Ficou explícito o descrédito dado por Marcellino à justiça, que, segundo ele, tomava posições a partir de “combinações” de bastidores, desfavorecendo os setores populares, em especial os operários.

Além desse militante operário, Santos Porto sofreu na pele as ações retaliadoras. Este, que, como citado, era Juiz Municipal e de Órfãos de Maués, foi exonerado do cargo pelo então governador Eduardo Ribeiro, pelo fato de ter feito questionamentos sobre algumas atitudes de seu governo (SECÇÃO LIVRE – GOVERNO DO TERROR. *Operário*. Manaus, ano I, nº 1, 12/12/1892).

O próprio Santos Porto, em artigo produzido, acabou por expor as violências executadas:

De facto, chegaram os manifestados no dia 5 de setembro e alta noite “por ordem superior”, estando Palácio aberto, foi recolhido preso a cadeia pública Frederico Rhossard, redactor chefe do “Comércio do Amazonas”, sendo eu procurado immediatamente pelos amigos dessa victima e inteirado da violência, dirigia-me a cadeia quando deparei em frente d’aquelle estabelecimento com o comandante, major, e seis praças do Batalhão de Polícia, todos à cavallo, acautelado o “criminoso”: conversei incontinentemente com o sr. Governador q’ d’uma das janellas do Palácio

contou-me risonhamente o triumpho dos seus maus bofes (SECÇÃO LIVRE – GOVERNO DO TERROR. *Operário*. Manaus, ano I, nº 1, 12/12/1892).

Com efeito, a consolidação da “política dos governadores” (1898) e o sistema cooptativo-repressivo, materializado nas relações estabelecidas entre Estado e os militantes operários, não eliminaram as frequentes e constantes mobilizações das categorias de trabalhadores ao longo da “República Excludente”.

\*\*\*

Em que pese a expectativa inicial de maior inserção e participação política por parte do operariado local, em especial os militantes, na esteira da implantação do novo regime, os anos iniciais foram marcados por instabilidades e crises políticas que contribuíram para a realização de perseguições e agressões às lideranças operárias.

Não obstante, as ações não foram somente individualizadas, as violências atingiram o grupo como um todo, como foi demonstrado a partir do empastelamento do jornal *Gutenberg* e da interrupção do seu sucessor *Operário*.

Importante colocar em relevo que alguns militantes que se envolveram em atividades de organização e produção de jornais não se intimidaram com essas violências. E apesar do regime ter assumido um contorno excludente, estiveram à frente conduzindo os operários, fundando partidos, jornais e sindicatos que atravessaram esse período conhecido como Primeira República Brasileira. O que significa dizer que o sonho de maior participação política em busca de justiça social não havia sido enterrado nesse primeiro momento, ainda havia esperança.

# 3

**O PRIMEIRO DE MAIO NA  
CAPITAL DO AMAZONAS POR  
MEIO DOS JORNAIS *A LUCTA  
SOCIAL* (1914) E *VIDA OPERÁRIA*  
(1920)**

Recentemente, em virtude das comemorações do dia Primeiro de Maio, ficou evidente o caráter festivo em torno da data, no intuito de enunciar e dar ao trabalho um significado alinhado com o sistema capitalista globalizado, ou seja, trabalho como produtor de riquezas e de dignidades. Mas produção de riqueza e dignidade para quem?

Quando se olha para o trabalhador brasileiro, em especial o que atua no interior da indústria, percebe-se a dificuldade que existe em garantir sua sobrevivência, por força dos baixos salários e da ausência de oportunidades iguais. Para onde vai a riqueza produzida pelo trabalho na perspectiva acima mencionada?

Essas indagações sugerem talvez uma reflexão geral sobre a relação entre trabalho e capital, mas não é objetivo deste capítulo respondê-las. O que se pretende aqui é demonstrar como os jornais operários – notadamente o *A Lucta Social* e o *Vida Operária* – produzidos e publicados no Amazonas, em especial em Manaus, incorporaram e difundiram questões relacionadas ao contexto do surgimento do significado político em torno do dia Primeiro de Maio, paralelamente ao esforço de grupos econômicos e dirigentes políticos em esvaziar o conteúdo político desta data no Amazonas e, conseqüentemente, no Brasil.

Cabe destacar que o capítulo também procura apresentar, por meio das colunas presentes nos referidos jornais, as disputas e discussões travadas em torno da data e das ações realizadas no “grande dia”.

Pretende-se, ao elucidar essas questões, compreender o esforço das autoridades e de setores econômicos da sociedade brasileira em esvaziar o conteúdo político dessa data, tornando-a festa do trabalho, uma inversão de significados que acabou levando parcela significativa dos trabalhadores atuais a não se identificarem com ela.

Com efeito, num primeiro momento, pretende-se caracterizar os jornais *A Lucta Social* e o *Vida Operária* e destacar a presença de artigos relacionados ao Primeiro de Maio em suas páginas e colunas. Em seguida, busca-se apresentar a percepção dos jornais acerca do significado político daquela data, destacando as discussões e disputas travadas em torno dela. Por fim, espera-se demonstrar o esvaziamento do conteúdo político desta data.

### **OS JORNAIS OPERÁRIOS NO AMAZONAS: A *LUCTA SOCIAL* (1914) E *VIDA OPERÁRIA* (1920)**

Como em outras capitais brasileiras no contexto da Primeira República, Manaus viu florescer, no seu espaço urbano, a produção e difusão de diversos jornais. Pasquins, imprensa estudantil, polyanthéas, grande imprensa e os jornais operários circularam em seu âmbito. Cada “grupo” desses possuía públicos e características específicas.<sup>17</sup> A composição do cenário jornalístico na cidade era ampla e, deste universo, recortou-se os jornais operários *A Lucta Social* e *Vida Operária*.

O impulso dado à produção jornalística na capital do Amazonas se deveu ao processo de expansão da economia gomífera. A cidade passou ao mesmo tempo por um processo de transformação e crescimento e de ampliação e diversificação das atividades econômicas. Este processo elevou o nível demográfico, interligou a região do extremo norte a outras regiões do Brasil e do globo, como se destacou anteriormente.

Mesmo numa sociedade marcada pela oralidade, como Manaus, os jornais e impressos em geral, expandiram-se. Nesta esteira, Pinheiro salientou que “por vezes, a introdução da escrita, menos que desarticular ou sobrepujar o pensamento oral, vê-se apropriada por ele e submetida a seus próprios termos” (2001, p. 55). Desta forma, a leitura coletiva realizada nos botequins, bares, clubes, associações de classe, ambiente escolar e nas ruas constituiu-se como resposta a este contexto.

Com efeito, o jornal *A Lucta Social* passou a circular em Manaus no ano de 1914 graças à iniciativa de um grupo de trabalhadores gráficos articulados com a Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 11 de setembro de 1910. *A Lucta Social* era de orientação anarcossindicalista.

<sup>17</sup> Para verificar os públicos e as características específicas de cada tipo de imprensa, conferir a bibliografia ao final, e, em especial, a obra de Pinheiro (2001).



Imagem 4 - Exemplar do Jornal A Lucta Social – Nº 1



Fonte - Reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas

Este jornal teve duas fases, sendo a primeira no ano de 1914 e tendo, como seu redator-chefe, Tércio Miranda. De publicação mensal e com formato de 22x30 cm, podendo apresentar variações na quantidade de páginas em virtude do número e tamanho dos artigos, seus dois primeiros números foram distribuídos gratuitamente e os seguintes vendidos a 200 réis. Os colaboradores dessa primeira fase eram Joaquim Azpilicueta, Virgílio de Sá, José da Mota Veiga, Carlos Malato e F. Cavalcante. Não se pode deixar de destacar que algumas publicações de caráter doutrinário eram transcrições de obras de pensadores anarquistas.

Os artigos obedeciam a uma configuração discursiva lógica e focalizavam a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das sociedades, identificando os conflitos entre as diferentes classes e as formas de organização do trabalho, os aspectos relacionados à “consciência de classe do operariado”, à “ampliação de suas lutas” e à “necessária transformação revolucionária da sociedade” (PINHEIRO, 2001, p. 157-158).

Na segunda fase, na década de vinte, em especial no ano de 1924, o redator chefe era J. Nicoláo Pimentel. Como colaborador,

destacou-se Gervasio Leal. Esta fase refletiu o momento político vivido pelo Amazonas. O movimento de 1924 ganhou as páginas do periódico. Da mesma forma, as críticas direcionadas à gestão Rego Monteiro<sup>18</sup> foram registradas.

Alguns anos depois, em 1920, o jornal *Vida Operária* passou a circular na arena jornalística. Sobre ele, já se falou em capítulo anterior.

**Imagem 5** - Exemplar do Jornal *Vida Operária* – Nº 9



Fonte - Reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas

Cabe destacar que quando os jornais começaram a circular em Manaus, a capital já havia passado por modificações significativas em sua estrutura espacial e socioeconômica, por força da expansão da economia gomífera entre os anos de 1890 e 1920. Entretanto, diferente do jornal *A Lucta Social*, o *Vida Operária* se apresentou à sociedade amazonense quando o Estado do Amazonas estava imerso numa grave crise econômica oriunda da gradativa marginalização da borracha nativa no mercado mundial, fruto da penetração da borracha cultivada no continente asiático (WEINSTEIN, 1993; COSTA, 1997).

<sup>18</sup> Cezar do Rego Monteiro foi governador do Estado do Amazonas entre o período de 1920 a 1924. Inseriu sua família nas estruturas do Estado – seus quatro filhos Mario do Rego Monteiro, Claudio, Scylla e Edgar ocuparam respectivamente os cargos de Chefe de Polícia, Secretário de Estado, Oficial de Gabinete e Superintendente da capital. Seu genro tornou-se presidente da Assembleia Legislativa. Além disso, seu governo pautou-se na perseguição política e censura à imprensa, empastelando, inclusive, jornais como o *Gazeta da Tarde* (SANTOS, 2001, p. 47-54).

Em que pese a diversidade de notícias, temáticas e questões ligadas ao universo operário presentes em ambos os jornais, o interesse deste capítulo são as questões relacionadas ao Primeiro de Maio.

### **O PRIMEIRO DE MAIO: UMA DATA COM CONTEÚDO POLÍTICO**

No Amazonas, os estudos sobre o Primeiro de Maio ainda são tímidos. Uma primeira consideração sobre a data apareceu na obra de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, *A Cidade Sobre os Ombros*, fruto de uma dissertação de Mestrado publicada em forma de livro pela Editora da Universidade Federal do Amazonas, em 1999. Nesta obra, a autora mencionou a data, inserindo-a como um momento específico de luta e lazer dos estivadores de Manaus:

O primeiro de maio era outro momento que os estivadores consagravam ao descanso e ao lazer, muito embora, após 1914 com a criação do seu sindicato, a “festa do trabalho” passasse a conter uma dose mais significativa de protestos e manifestações, fruto de uma acentuação das preocupações políticas desse segmento, realizando, inclusive, as eleições e a posse da direção do sindicato nessa data. Além dos cortejos cívicos, dos discursos e protestos, envolviam-se em atividades esportivas e culturais agenciadas pela associação (PINHEIRO, 1999, p. 67).

Analisando os estivadores no espaço, nos processos e nas condições de trabalho, mas também no cotidiano, nas relações com a cidade, moradia, alimentação, vestuário, lazer e outros aspectos, considerando ainda a organização política da categoria, resgatando seu processo de organização (desde a sociedade de socorro mútuos até o sindicato, numa perspectiva que se distanciava da ideia de um suposto evolucionismo), as greves e suas dinâmicas, as relações entre lideranças e categorias, Pinheiro não deixou de mencionar, mesmo que pontualmente e em articulação com os estivadores, o Primeiro de Maio.

Esta data apareceu também, agora numa seção no interior de um capítulo, na dissertação de Mestrado de Francisca Deusa Sena da Costa, intitulada *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 1997.

Nesta dissertação, a autora colocou em relevo os aspectos relacionados ao Primeiro de Maio em Manaus, apontando a articulação mundial desta manifestação, demonstrando sua dimensão pública e o sentido de criação de uma identidade operária, considerando aspectos como o ato de saltar a voz e a apropriação do espaço urbano de forma ritualística, produzindo significados ligados ao universo operário. Para Costa:

O primeiro de maio, que é um dos momentos em que o trabalhador faz suas reivindicações, celebra suas conquistas e festeja, já se impõe com visibilidade pelo seu caráter público. É uma manifestação que, apesar de ser organizada pelas lideranças, conta com a participação de indivíduos que nem sempre a ela se ligam diretamente. Destes, uns vão até ela mais por seu caráter de festa. Outros, como no caso dos estudantes da Universidade Livre de Manaós, a ela se juntam por compartilharem do sonho de uma nova sociedade harmoniosa, decodificando-o em palavras e falando em nome do trabalhador (1997, p. 157).

Observam-se, nas dinâmicas ocorridas em torno do Primeiro de Maio, diferentes inserções. Isto foi fruto das posições político-ideológicas assumidas pelos diferentes grupos que atuaram no seio do movimento operário, aspectos revelados pela autora.

Buscando ampliar as informações e discussões acerca do Primeiro de Maio no Amazonas, propôs-se apresentar as posições dos jornais *A Lucta Social* e *Vida Operária* sobre o dia. Nesta esteira, cada um posicionou-se de forma específica com relação ao Primeiro de Maio, disputando as ações em torno da data, assim como a memória e os sentidos dados a ela.

Com relação ao *A Lucta Social* – jornal de orientação anarcossindicalista – percebe-se que o Primeiro de Maio foi visto como um dia de protesto, de reivindicação e luta contra a burguesia e o capital: “O 1º de maio é um dia de protesto universal, contra a tirania burguesa, aplicada aos que tem querido para os que trabalham, melhor e mais feliz futuro” (*A LUCTA SOCIAL*, nº 2. Manaus, 1º de maio de 1914).

Interessante perceber, no trecho extraído do jornal, o caráter universal da data. Ela emergiu a partir de um ato político deliberado no sentido de promover o processo de construção de uma classe, a classe operária (PERROT, 1988, p. 127), por meio da

exposição de elementos comuns ligados às condições de trabalho e vida produzidos como consequência da inserção no interior das relações de trabalho capitalistas. O caráter internacional da data, neste ínterim, acompanhou a postura internacional do capital.

Se rebuscarmos as páginas da história, havemos de ver que todas as festas se realizam para celebrar ou comemorar um triunfo.

Mas o trabalho, esse, ainda não triunfou. Continua sob o peso da maldade bíblica. Os governantes e os sacerdotes, os nobres e os militares, os funcionários e os privilegiados, os capitalistas e financeiros não só não participam dele, como o fazem pesar, qual fardo maldito, sobre a carcaça dos assalariados...

A festa do trabalho! Que irrisão. Poderá o trabalhador embelezar com frescas e aromáticas flores a máquina em que se extenua para ganhar uma ridicularia que mal chega para o pão e caldo, a oficina que o sufoca, as cadeias que lhe coartam a liberdade, o chicote que o açoita, a organização social contemporânea que pretende reduzi-lo à submissão e à impotência?... (A *LUCTA SOCIAL*, nº 2. Manaus, 1º de maio de 1914).

A crítica direcionada à ideia do Primeiro de Maio como dia de “festa do trabalho” teve como base não somente as condições de trabalho às quais a classe operária estava submetida, mas também ao processo de repressão posto em prática pela “burguesia” quando via a disciplina e o controle constantemente ameaçados por ações operárias, como protestos e greves, por exemplo.

Com efeito, segundo o jornal *A Lucta Social*, a classe operária realizou uma greve geral no dia primeiro de maio de 1886, em Chicago, em prol da jornada de oito horas de trabalho diário, o que desencadeou ações repressoras e extremamente violentas de grupos políticos e econômicos sediados nesta cidade norte-americana. Estas ações violentas acabaram ceifando vidas operárias, por meio de tiros e bombas lançadas na direção do movimento paredista pelas forças policiais. Ainda segundo o jornal, a greve geral que ocorreu em 1886 foi pensada e estabelecida no interior de um Congresso Operário ocorrido em 1884, na mesma cidade, como instrumento de conquista das oito horas de trabalho.

Este acontecimento, colocado em relevo nas colunas do jornal *A Lucta Social*, fez com que o jornal encarasse o Primeiro de Maio como uma “Data de Sangue”:

O dia de hoje (...) concretiza ao mesmo tempo duas causas alias de relevante transcendencia para o povo propriamente dito – para os productores, para os que tudo produzem e nada possuem – para o proletariado universal. Uma, é a chacina de que foram victimas os nossos irmãos de trabalho, em Chicago (...), contra a qual clamam bem alto os trabalhadores de todo o Orbe, porque ella foi barbara, foi iniqua, foi selvagem.

(...)

Vamos chorar ao tumulo sagrado a perda dos martyres do trabalho, render-lhes homenagem e seguir-lhes o exemplo doutrinário para sua justiça, que é também a nossa. Ergamos ao cume, o nosso protesto contra aquelle acto vandálico que enluctou a dezenas de famílias proletárias; digamos alto e bom son que, esses senhores alvorados em legisladores do povo são factores directos d'aquella carnificina humana, lavada a cabo em nome da lei e do direito, com que eles pretendem impôr-se na actual sociedade... (A *LUCTA SOCIAL*, nº 2. Manaus, 1º de maio de 1914).

Como é possível notar, para o jornal *A Lucta Social*, luto e luta caracterizavam-se como dois elementos norteadores dos sentidos e das ações do Primeiro de Maio. No primeiro caso, desenvolvimento de ações que objetivassem não deixar cair no esquecimento os chamados “Mártires de Chicago”. No segundo caso, a realização de reivindicações e lutas contra o capital.

Por outro lado, o jornal *Vida Operária* – de orientação reformista – apontava o Primeiro de Maio como dia de “festa do trabalho”. Para o jornal:

A ideia da festa do trabalho tem encontrado partidários por toda a parte. A iniciativa de sua criação partiu do Congresso da Federação do Trabalho, reunido em S. Luiz da América do Norte, em 1888, cuja primeira manifestação foi em favor do dia de oito horas de trabalho.

No Congresso Internacional dos operários reunidos em Paris em 1889, foi aceita a ideia americana, ficando accordado que o 1º de maio de 1890, fosse festejado em toda a Europa.

A ideia, da festa espalhou-se por toda a parte, e o Congresso Operário reunido em Zuric, na Suissa, em 1893, declarou o 1º de maio dia de Festa do Trabalho (*VIDA OPERÁRIA*, nº 13. Manaus, 1º de maio de 1920).

O Primeiro de Maio como dia de “festa do trabalho” não foi o único ponto de divergência deste jornal em relação ao *A Lucta Social*. A ideia do nascimento da data (origem) também gerou polêmicas. Para o jornal *Vida Operária*, a data surgiu, como ficou evidente na citação destacada anteriormente, em 1888, no interior do “Congresso da Federação do Trabalho reunido em S. Luiz da América do Norte”. Para o jornal *A Lucta Social*, contudo, como visto, o surgimento da data ocorreu alguns anos antes, em 1884, no interior de um Congresso realizado pela Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá, em Chicago. Segundo o jornal, este Congresso “deliberou votar a greve geral no dia 1º de maio de 1886 para a conquista da jornada de oito horas de trabalho” (*A LUCTA SOCIAL*, nº 2. Manaus, 1º de maio de 1914).

Com efeito, aqui se apresenta um ponto importante e que deve ser contemplado nos estudos que envolvam grupos operários, jornais, movimentos de protestos e outros, qual seja: os diferentes posicionamentos frutos de divergências ideológicas que estiveram presentes no seio do operariado e que se materializavam nas diversas manifestações políticas e culturais de classe.

A divergência em torno do surgimento da data revelava as disputas existentes em torno do socialismo-reformista e do anarcossindicalismo, correntes político-ideológicas existentes em Manaus.<sup>19</sup> Era uma disputa que não se restringia à capital do Amazonas, pelo contrário, atingia o mundo, como aponta Perrot: “a história política do Primeiro de Maio, apesar de tudo, continua a ser bastante controvertida. Cada um ‘puxa a brasa para sua sardinha’” (1998, p. 131).

Neste sentido, ambos os jornais queriam atribuir o surgimento da data à realização, em diferentes anos, dos seus respectivos Congressos. O jornal anarcossindicalista *A Lucta Social* tomava como marco o Congresso realizado pela Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá realizado em Chicago, no ano de 1884, enquanto o jornal *Vida Operária*, de cunho socialista-reformista, associava a importância do Primeiro de Maio às deliberações do Congresso da Federação do Trabalho reunido em S. Luiz da América do Norte, em 1888.

<sup>19</sup> Eram as duas correntes mais fortes no seio do movimento operário (PINHEIRO, 1999; COSTA, 1993/1994). São as que interessam para os objetivos deste capítulo.

## DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS E A CELEBRAÇÃO DO PRIMEIRO DE MAIO NOS JORNAIS *A LUCTA SOCIAL* E *VIDA OPERÁRIA*

As disputas em torno da data eram fundamentais para os dois jornais, pois encaminhavam isso como um processo histórico de luta travada pelos grupos – socialistas reformistas e anarcossindicalistas – no sentido de apresentarem-se como representantes e defensores históricos do operariado. Isto era importante para absorver operários em suas fileiras e assim ter uma maior influência sobre setores dos trabalhadores.

A celebração da data refletia aspectos relacionados às suas respectivas correntes. Por exemplo, a celebração conduzida pelos anarcossindicalistas, segundo o jornal *A Lucta Social*, assim se deu:

...tendo como ponto de partida o largo de S. Sebastião, o qual as 16 horas se juntaram proletários e estudantes dando início ao comício (...). Seguiu imediatamente o imenso gentio proletário em direção da “Federação Marítima” (...), os manifestantes encaminhavam-se pela avenida Eduardo Ribeiro, dando entusiásticos vivas ao operariado livre (...) a onda humana proletária caminhou serena à rua da Instalação, detendo-se em frente da pequena bastilha denominada Fábrica de Roupas Amazonense onde as operárias daquela indústria receberam os seus companheiros de trabalho (...), a multidão operária desfilava levando na vanguarda o grupo de operárias da fábrica, em direção ao teatro Alcazar... (*A LUCTA SOCIAL*, nº 3. Manaus, 1º de junho de 1914).

Percebem-se na citação acima alguns elementos interessantes. O primeiro deles diz respeito ao itinerário. O ponto de partida era o largo de São Sebastião, seguindo descendo pela Avenida Eduardo Ribeiro, entrando pela rua da Instalação e se dirigindo ao teatro Alcazar, que ficava na esquina da Sete de Setembro com a Getúlio Vargas. Portanto, o centro da cidade de Manaus.

Outro ponto importante era a dinâmica do evento. No largo de S. Sebastião, após se reunirem por volta das dezesseis horas, vários discursos foram pronunciados acerca do dia Primeiro de Maio, sempre na perspectiva de fazer um resumo histórico da data e revelar a situação social do operário, em especial o amazonense, destacando a exploração patronal, os baixos salários, as condições de trabalho e outros aspectos relacionados à relação trabalho-



capital. Esses discursos se reproduziam, alternadamente com marítimos, estudantes da Universidade de Manaós, gráficos e outras categorias de trabalhadores – nas paradas realizadas em frente às associações de classe.

Outra questão interessante foi a parada realizada em frente à Fábrica de Roupas Amazonense. Ao que parece, essa parada acabou absorvendo as operárias desta fábrica que foram incorporadas à caminhada, deslocando-se até o teatro Alcazar. No teatro, a dinâmica continuou, sendo a palavra concedida àquele que porventura se disponibilizasse a falar sobre o Primeiro de Maio.

Por outro lado, de acordo com o jornal *Vida Operária*, a celebração do Primeiro de Maio foi planejada da seguinte forma:

A tarde, as 15 horas em ponto, sahirá da sede da “União Operária Nacional”, sita a rua Xavier de Mendonça, o grande “Cortejo Cívico”, promovido pelas sociedades operárias Manauenses, em comemoração da confraternização do mundo operário, obedecendo o seguinte itinerário:

Ruas 10 de julho, Epaminondas, Henrique Antony, Governador Victório, Municipal, Praça do Commercio, Marquez de Santa Cruz, Marcílio Dias, Quintino Bocayuva, Joaquim Nabuco, Municipal, Barroso, Saldanha Marinho, Avenida Eduardo Ribeiro, José Clemente, Praça de São Sebastião, 10 de julho e Xavier de Mendonça (*VIDA OPERÁRIA*, nº 13. Manaus, 1º de maio de 1920).

Ainda consoante o jornal, o que foi planejado foi realizado:

As 14 horas, partiu da sede da União Operária, o grande Cortejo Cívico puxado pela banda de música da Força Pública do Estado.

Percorreu todo o itinerário anunciado, na melhor ordem possível, recolhendo-se as 19 horas.

Acompanharam o Cortejo com os seus respectivos pavilhões a União Operária, as Quatro Artes, o Centro Operário e comissões *de todas as sociedade operárias* (*VIDA OPERÁRIA*, nº 14. Manaus, 9 de maio de 1920).

Fazendo uma comparação entre o jornal *A Lucta Social* e o jornal *Vida Operária* sobre o que veicularam de informações acerca da celebração do Primeiro de Maio, observam-se semelhanças e diferenças. No que tange às semelhanças, é possível citar a estrutura

da celebração, em que se percebe a existência de um itinerário, paradas em locais específicos e discursos proferidos sobre a data.

Não obstante, olhando as diferenças, a primeira delas corresponde à incorporação de outros setores ao denominado “Cortejo Cívico”, como, por exemplo, a banda de música da Força Pública do Estado, e também os locais onde foram realizadas as paradas (respeitando o itinerário), incluindo a União Portuguesa, *O Jornal do Comércio* e O Palácio Rio Negro, só para citar alguns (*VIDA OPERÁRIA*, nº 14. Manaus, 9 de maio de 1920), o que foi diferente da celebração registrada pelo outro jornal que parou somente em associações operárias.

Essas diferenças traduziam o alinhamento político-ideológico dos jornais. O jornal *Vida Operária*, por exemplo, defendia a colaboração de classes – aceitando a elaboração e realização de alianças com outros setores da sociedade – e via na atuação parlamentar uma forma de produzir reformas significativas que promovessem melhorias nas condições de vida e trabalho dos operários. Portanto, aceitava as regras do jogo do sistema político da Primeira República Brasileira (TELES, 2008). Disto resultou a incorporação de grupos de outros setores da sociedade no “Cortejo Cívico”, as paradas em outros locais, como, por exemplo, no *Jornal do Comércio* e no Palácio Rio Negro, e a presença da banda da Força Pública do Estado.

Por outro lado, o jornal *A Lucta Social* apresentava o sindicato como principal elemento da luta operária. Enquanto instrumento de resistência e de uma nova sociedade, o sindicato tinha um papel primordial no processo de transformação social. O Estado era negado, assim como o sistema político democrático-representativo burguês. Desta forma, é possível entender porque, na narração da celebração decorrente do dia Primeiro de Maio, presente no jornal *A Lucta Social*, as paradas ocorreram somente nas associações dos trabalhadores e, em especial numa fábrica para incorporar as trabalhadoras que ali desenvolviam suas atividades.

Com efeito, observam-se, na celebração do dia Primeiro de Maio, as diferenças relativas aos posicionamentos políticos e ideológicos assumidos pelos jornais.

## **ESVAZIANDO O CONTEÚDO POLÍTICO DO PRIMEIRO DE MAIO: A IDEIA DO DIA DO TRABALHO**

Quando se procurou resgatar as celebrações em torno do Primeiro de Maio, por meio dos jornais *A Lucta Social* e *a Vida Operária*, era justamente para apresentar o significado político e as ações realizadas em torno da data. Em que pese as divergências apontadas entre as ações presentes e narradas nos jornais a respeito das atividades em torno da data, é inconteste o conteúdo político presente em ambos no intuito de identificar, analisar, avaliar e reivindicar melhorias para a classe operária.

No Brasil, os anos finais da década de vinte marcaram um processo de expansão do movimento operário. Greves, passeatas, protestos e demais atos foram conduzidos por diversas organizações operárias que se expandiram e intensificaram suas ações. Ganham o apoio dos setores médios da sociedade que estavam insatisfeitos com o sistema político da Primeira República Brasileira.<sup>20</sup> Os operários clamavam e lutavam por melhores condições de trabalho e vida e os setores médios ambicionavam reformas políticas.

Nos anos finais da década de vinte, sobretudo com os impactos da crise econômica de 1929, a Revolução Russa e o Nazifascismo, mudanças significativas ocorreram em diversos países. No Brasil, a partir de 1930, iniciou-se o que se convencionou chamar a Era Vargas (1930-1945). Não se tem o propósito de analisar este momento, apenas de retirar deste contexto elementos significativos que possibilitem entender o processo de “Invenção do Trabalhismo” (GOMES, 1988) e com ele um novo significado para o Primeiro de Maio, dado pelo Estado com o objetivo de esvaziar o conteúdo político atribuído à data pelos trabalhadores.

Com efeito, em articulação com a movimentação que ocorria no país, no Amazonas também houve um processo de intensificação do movimento operário, da insatisfação dos setores médios e das críticas em torno do sistema político da Primeira República.

É notório que no período em questão (1930-1945) ocorreram mudanças que impactaram o mundo do trabalho. Entre elas, toda a estrutura destinada aos trabalhadores. O Ministério do Trabalho, os sindicatos atrelados ao ministério, a implantação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a carteira de trabalho e a

<sup>20</sup> Sistema político que privilegiava as oligarquias, mantendo fora do cenário político outros setores da sociedade brasileira, entre eles os operários e os setores médios (FAUSTO, 1986).

oficialização pelo estado nacional brasileiro do dia Primeiro de Maio como dia do trabalho fizeram parte de todo um processo destinado a minimizar a ação organizativa e reivindicatória dos operários e avançar no sentido de controle social, via articulação do sindicato ao Ministério do Trabalho, e da elaboração de todo um corpus jurídico que buscava neutralizar as ações dos operários (D'ARAUJO, 2003).

Como apontam Alexandre Fortes e Antônio Luigi Negro, o Estado passou a intervir no mundo do trabalho no pós-trinta numa perspectiva de controlar os grupos sociais com o objetivo de evitar os conflitos, e o fez promovendo a “asfixia da organização autônoma” e a substituição do “significado de conquista dos direitos”, que passaram a ser implementados como concessão (2003, p. 198).<sup>21</sup>

Nesta esteira, cabe destacar o chamado “mito da outorga”, presente no decorrer do Governo Provisório – percebido nas falas e discursos direcionados aos trabalhadores – e intensificado na vigência do Estado Novo. A ideia da outorga surgiu no sentido de afirmar que o conjunto das leis trabalhistas, consolidado via CLT, emergiu da postura de um Estado provedor e de seu dirigente clarividente que, percebendo as lutas dos trabalhadores, procurou contemplá-las. Portanto, a busca de direitos sociais estaria na órbita do Estado, incumbido deste fim (ALVES, 2009).

Além deste direcionamento, o surgimento da ideologia do trabalhismo viria ao seu encontro. O “mito da outorga”, incorporado à ideologia do trabalhismo, tentou ocultar a luta histórica dos trabalhadores por direitos sociais e políticos.

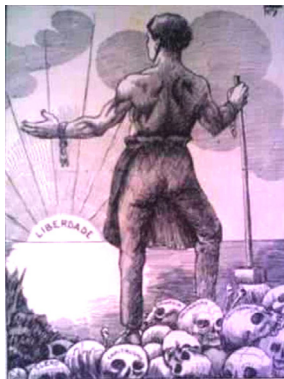
A despolíticação ficou evidente neste processo, e, segundo Paranhos, o que houve foi um processo de apropriação da fala dos trabalhadores pelo Estado, através de uma legislação trabalhista direcionada a eles. Para Paranhos, ainda, o mito da doação serviria para amortecer as lutas de classe e tentar apagar da memória dos trabalhadores suas atuações políticas anteriores ao Estado Novo – do período que compreende toda a República Velha até os meados da década de 1930 (1999, p. 25).

No que tange ao Amazonas, este processo foi analisado na dissertação de Mestrado de Hosenildo Gato Alves, intitulada “Imprensa e Poder: a propaganda Vargasista na imprensa

<sup>21</sup> Em que pese toda a estrutura criada, no decorrer da Era Vargas, com a finalidade de controlar as ações dos sindicatos e, por conseguinte, dos trabalhadores, estes promoveram movimentações em busca de autonomia, cujo maior exemplo se materializou nas “comissões de fábricas” e no processo de embate que daí surgiu com o “patrão” (NEGRO e SILVA, 2003). Além disso, ocorreu também a emergência de uma relação entre lei, direitos e espaço público que intensificou as atuações dos trabalhadores (FORTES e NEGRO, 2003).

amazonense”, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. O autor procurou, por meio de duas imagens, analisar o processo de apropriação do discurso do trabalhador pelo Estado.

**Imagem 6**



**Fonte** - *A Voz do Trabalhador*, nº. 30, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1913. (coleção fac-similar, 1908-15).

**Imagem 7**



**Fonte** - *O Jornal*, nº. 2340, Manaus, 01 de maio de 1938.

### Segundo Alves:

A primeira imagem simboliza perfeitamente uma concepção corroborada por vários setores do operariado brasileiro do pré-30. Para esses trabalhadores, seria através das suas atuações políticas, através das suas lutas, de suas organizações que eles iriam conseguir a liberdade; conseguir direitos sociais. Nessa perspectiva eles pregavam, em sua grande maioria, uma autonomia em relação ao Estado brasileiro, ou melhor, eles defendiam a supressão desse Estado; não é por acaso, que o trabalhador, dessa imagem, está sobre as caveiras que simbolizam a derrocada do exército, do capitalismo, do clero, da burguesia, da aristocracia, em síntese dos grupos e sistema econômico, que exploram esse trabalhador, e que detêm o controle do Estado. Para esses trabalhadores, seus inimigos seriam o próprio Estado e suas Instituições. Somente eles, através de suas lutas seriam os responsáveis por sua liberdade. O 1º de maio *seria o dia do trabalhador*, um dia de lutas.

Já a segunda imagem representa perfeitamente, o discurso sócio-político, presenciado no período pós-Movimento de 1930, principalmente, durante o Estado Novo. Nesse discurso, o Estado se apresenta enquanto o único capaz de prover os direitos trabalhistas, ele seria o responsável por outorgar esses direitos. Assim sendo, os trabalhadores deveriam agradecer o que estava sendo feito para eles. Nessa perspectiva o 1º de maio *seria o dia do trabalho*, um dia de festas e agradecimentos para com os governantes (2009, p. 179-180).

Para o autor, a diferença entre as imagens está justamente na ausência (na imagem 7) dos crânios, sendo que o sol estava nascendo não pela luta dos trabalhadores no decorrer de décadas, mas sim pela ação do Estado, “mito da outorga”.

Neste ponto, o processo de despolitização aconteceria pela mudança de significado atribuído à data. De dia de luto e luta, a data se tornaria dia de “festa do trabalho”, num processo de “apagamento” das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

\*\*\*

Como se viu, o Primeiro de Maio foi instituído como uma data para reivindicar a jornada de oito horas de trabalho. Por conta do movimento que ocorreu em Chicago, sobretudo a morte de trabalhadores, esta data passou a ser um momento não somente para lembrar os chamados “mártires de Chicago”, mas também para discutir a inserção do operário na sociedade denunciando a exploração e os desdobramentos deste processo, como baixos salários, precárias condições de trabalho e outros temas relacionados ao universo do trabalho e da vida operária.

Não obstante, o significado político da data foi se esvaindo por um processo iniciado após os anos trinta e consolidado na década de quarenta do século XX. Este processo esvaziou o conteúdo político da data, que passou a ser encarada não mais como um momento de reflexão do operário e suas condições de trabalho e vida, mas sim como dia do trabalho, enaltecendo-o e glorificando-o dentro de um processo de aceitação dos ditames de um sistema voltado para o mercado e que busca o enquadramento profissional dentro de condições de trabalho e de vida contestáveis.

No bojo do processo denominado de “Invenção do Trabalhismo”, tentou-se produzir um novo significado para o Primeiro de Maio como dia do trabalho, buscando torná-lo hegemônico e, assim, ocultar o surgimento da data e o significado político atribuído a ela pela classe trabalhadora.

# 4

## **DENUNCIANDO A RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO, OS IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA E AS DISPUTAS ENTRE IMIGRANTES NACIONAIS/NATIVOS**

o jornal *Vida Operária* e o mundo  
do trabalho no Amazonas na  
década de 1920



Ao desenvolver atividades de pesquisa nos arquivos situados na cidade de Manaus, em especial na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, foi possível entrar em contato com uma gama de jornais operários, dentre eles o já citado *Vida Operária*.

Este jornal chamou atenção por duas questões importantes: 1) pelo número seguido de títulos publicados, no caso, 26 números, 2) pelos conteúdos presentes em suas páginas.

No primeiro caso, dos jornais preservados nos arquivos, poucos passavam de 10 títulos (com exceção do jornal *Tribuna do Caixeiro*) e muitos não eram títulos publicados numa sequência sem interrupções até seu último número.<sup>22</sup> No segundo caso, diferentemente dos outros jornais operários, o *Vida Operária* trazia, por força dos 26 números publicados de uma forma ininterrupta, um conjunto de informações significativas – denúncias, demandas, disputas políticas, propostas de intervenção, etc. – para entender o mundo do trabalho na Manaus do início do século XX.

Neste sentido, pareceu de uma potencialidade ímpar explorar as volumosas e diversificadas referências acerca do universo do trabalho urbano em Manaus veiculadas pelo jornal *Vida Operária*, investigando sua trajetória e, ao mesmo tempo, as questões pontuadas em suas páginas sobre o universo do trabalho urbano (TELES, 2008).

Com efeito, mesmo após a defesa da dissertação, em outubro de 2008, vários aspectos a respeito do mundo do trabalho em Manaus precisavam ser iluminados. Nesta esteira, coloca-se o presente capítulo, que tem como objetivo destacar e discutir alguns aspectos relacionados ao mundo do trabalho no Amazonas, por meio das denúncias e demandas veiculadas pelo jornal em tela.

Para isso, num primeiro momento, houve a necessidade

<sup>22</sup> Importante apontar que muitos dos jornais encontrados possuíam muito mais que dez títulos publicados, porém se perderam ao longo do tempo, não estando presentes nos arquivos.

de apontar a inserção do Amazonas no mercado mundial, via exportação da borracha, e os impactos socioeconômicos sobre a cidade de Manaus. Em seguida, de iluminar os reflexos desse processo no universo do trabalho urbano para, por fim, por meio das denúncias e demandas presentes no jornal *Vida Operária*, apontar alguns aspectos do mundo do trabalho na região.

### **A INSERÇÃO DO AMAZONAS NO CONTEXTO MUNDIAL VIA EXPORTAÇÃO DA BORRACHA E OS IMPACTOS SOBRE O UNIVERSO DO TRABALHO URBANO EM MANAUS**

Quando se fala em exportação da borracha amazônica, em geral, procura-se situar esse processo no final do século XIX e início do XX, ou seja, no auge das exportações. Porém, a borracha presente na Amazônia já era exportada para as nações que possuíam “indústria de produtos de borracha”, ainda que em quantidades modestas, desde a primeira metade do século XIX – meados de 1830, em diante (SANTOS, 1980).

Nessa indústria, ela era utilizada enquanto matéria-prima para a produção de bens industriais e de consumo. Entretanto, a sua utilização era limitada em virtude das influências que sofria com as mudanças de temperatura<sup>23</sup>, o que só foi superado após o processo de vulcanização (1839) empreendido por Charles Goodyear, que tornou a goma elástica resistente ao calor e ao frio.

Assim, a chamada “borracha vulcanizada” passou a ter sua utilização ampliada. Rodas dentadas, correias, mangueiras e outros produtos passaram a ser produzidos tendo-a como matéria-prima. Este crescimento da borracha enquanto matéria-prima pode ser constatada no quadro abaixo:

ANO	KG	ANO	KG
1827	31.365	1846	673.725
1830	156.060	1850	1.446.550
1836	189.225	1856	1.906.000
1840	388.220	1860	2.673.000

Produção de borracha na Amazônia entre os anos 1827 a 1860 (WEINSTEIN, 1993, p. 22).

<sup>23</sup> A borracha possuía alta sensibilidade a mudanças de temperatura, por exemplo, “botas de borracha tornavam-se duras como pedra no inverno e grudentas como piche no verão” (WEINSTEIN, 1993, p. 22).

O processo de vulcanização acabou por impulsionar o consumo da borracha pelas nações industrializadas. Tal consumo se tornou ainda mais intenso com a produção e difusão da bicicleta, em 1890, e a popularização do automóvel a partir de 1900 (sobretudo pelo desenvolvimento de pneumáticos):

Conhecida e utilizada pelos indígenas da Amazônia, a hévea torna-se produto comercial de crescente importância após a descoberta da vulcanização da borracha, em 1840. Neste período praticamente toda a borracha era extraída na área amazônica, em território brasileiro ou de países limítrofes, sendo comercializada nos portos de Manaus e Belém. (...) a borracha ganha (...) destaque em nossa pauta de exportação [ Brasil ] a partir de 1851-60, ocupando o terceiro lugar nela em 1881-90 e o segundo a partir de 1891 até o fim da Primeira Guerra Mundial. A demanda da borracha nos países industrializados crescia fortemente, devido à utilização da mesma na fabricação de pneus de veículos: de bicicleta primeiro, de automóveis depois (SINGER, 1997, p. 360-361).

Instalada a demanda externa por borracha, no século XIX, a Amazônia foi incorporada ao mercado mundial articulado. Importante assinalar que isso fez parte de um processo maior ligado ao sistema capitalista de produção que nesse século assumiu uma nova fase de expansão, o que ensejou a incorporação de “regiões remotas” do globo, tornando-as palcos da reprodução de capitais. Sobre este ponto, Eric Hobsbawm destacou:

O fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimento de bens, dinheiro e pessoas ligando países desenvolvidos entre si ao mundo não desenvolvido (1988, p. 95).

Em escala global, foi esse movimento que levou a Amazônia a ser incorporada ao mercado mundial, uma vez que as indústrias norte-americanas e europeias de borracha exigiram uma maior demanda desta matéria-prima. Isto impactou duas cidades que acabaram se tornando centros comerciais: Manaus e Belém. Neste capítulo, o interesse e o foco recaem sobre Manaus, não sendo nosso objetivo discutir esse processo em Belém<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Sobre tal processo em Belém, ver Sarges (2000).

Sendo assim, o processo de expansão econômica trouxe consigo um conjunto de transformações que atingiram o espaço urbano de Manaus, fenômeno já discutido em capítulo anterior. No entanto, cabe sublinhar que ao assumir a função de centro comercial, as atividades econômicas se ampliaram e se intensificaram, ou seja, além das firmas estrangeiras que passaram a atuar na administração dos serviços urbanos (porto, transporte, energia, abastecimento de água, etc.) ocorreu uma ampliação significativa da praça comercial. Diversos estabelecimentos passaram a comercializar uma variedade de produtos nacionais e importados, assim como uma gama variada de serviços (hotéis, restaurantes, botequins, etc.) passaram a ser oferecidos na cidade.

### **O JORNAL *VIDA OPERÁRIA* E ALGUNS ASPECTOS ACERCA DO MUNDO DO TRABALHO NO AMAZONAS NA DÉCADA DE 1920: DENÚNCIAS E DEMANDAS**

No Brasil, em especial nas principais capitais, a produção e a difusão da imprensa, em particular da imprensa operária, deram-se pelas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no final do século XIX<sup>25</sup>, associadas ao avanço das técnicas de produção dos periódicos e dos segmentos médios urbanos – advogados, médicos, professores, funcionários públicos e outros. Este último produzindo um aumento no número de pessoas que possuíam o domínio da leitura e da escrita. Segundo Cruz:

Seria principalmente nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e impressa começaria decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social (2000, p. 43).

Com a expansão dos grupos produtores de periódicos, temas relacionados com as cidades e as relações entre os grupos presentes no espaço urbano passaram a ser retratados. No Brasil, particularmente nas principais capitais brasileiras, a formação da classe operária se intensificou com o advento da urbanização e da

<sup>25</sup> Entre as transformações, é possível citar a abolição da escravidão, a proclamação da República, os processos de industrialização, ampliação do mercado interno e a imigração.

industrialização.<sup>26</sup> Não obstante, como alguns estudos apontam (PETERSEN, 2001; BATALHA, 2003), o surgimento da classe operária deve ser pensado menos como uma relação mecânica e automática entre indústria e operário – este como consequência direta daquela – e mais como “fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares” (THOMPSON, 1987, p. 30).

Neste sentido, como assinala Batalha, pode-se falar de formação da classe operária como “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação que afirma seu caráter de classe” (BATALHA, 2003, p. 173).

A imprensa operária é uma dimensão dessa manifestação e, em Manaus, surgiu no contexto de transformações demandadas pela exportação da borracha. Desta forma, a cidade passou a vivenciar, em seu espaço urbano, o surgimento, a ampliação e a diversificação de atividades econômicas ligadas, sobretudo, à circulação, consumo e serviços que passaram a absorver uma quantidade significativa de trabalhadores nacionais e estrangeiros.

O jornal *Vida Operária* surgiu nesse contexto<sup>27</sup> e incorporou questões presentes no universo urbano, particularmente no mundo do trabalho<sup>28</sup>, como já se mencionou. Neste sentido, o foco deste

<sup>26</sup> Pesquisas recentes têm demonstrado que não se pode pensar na emergência da classe operária associada, de forma automática e mecânica, ao grande marco da abolição (1888), da República (1889) e da industrialização que se deu, a partir daí, de forma mais intensa (1889-1930). Mostrou-se insustentável traçar um fosso entre a formação da classe operária e o período anterior da escravidão. Ver Lara (1998) e Mattos (2009).

<sup>27</sup> Após 1880, ocorreu um processo de proliferação e diversificação de jornais. Este processo foi alimentado pelo “boom” da economia gomífera que possibilitou não somente o capital necessário para a modernização das oficinas tipográficas (novas tecnologias) como também a oferta de profissionais especializados (tipógrafos) e a ampliação do círculo de produtores e leitores de jornais. Desta forma, a composição do cenário jornalístico entre os anos de 1880 e 1920 incluiu diversos tipos de impressos (alguns deles antes apenas citados sucintamente nesta obra), como os “Pasquins”, cujo foco é a sátira social; a “Imprensa Estudantil”, que discutia tanto questões literárias e científicas quanto questões políticas de âmbito local e nacional; as “Polyanthéas”, espécie de impresso produzido em homenagem a governadores, artistas e instituições políticas e sociais; a chamada “Grande Imprensa”, composta pelo *O Amazonas*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Correio do Norte*, *Gazeta da Tarde* e outros; Por fim, jornais de cunho operário que criticavam a ordem política, econômica, social e cultural vigente (SOUZA, 2005, p. 76).

<sup>28</sup> Percebe-se a existência de dois eixos principais no discurso do jornal. O primeiro está ligado à elaboração de críticas ao sistema capitalista e sua atuação exploradora e opressora sobre o operário. O segundo está associado à orientação para uma determinada ação operária no sentido de se obter uma mudança social. Os desdobramentos que surgem a partir daí trazem como questões a importância de um veículo de comunicação para a discussão e difusão de ideias, as desigualdades sociais presentes no mundo moderno, a situação política do operariado amazonense, a ação operária a ser seguida, a organização dos trabalhadores em associações, a fundação de um partido operário, a importância do processo político-eleitoral e denúncias sobre questões do trabalho (acidentes de trabalho, demissões arbitrárias, multas e penalidades) e da vida (carestia dos gêneros de primeira necessidade, alcoolismo, jogatina e outros).

texto recai sobre o jornal e, portanto, sobre o discurso das lideranças que estavam por trás dele. Além disso, não se pode deixar de lado o contexto das mudanças socioeconômicas, retratadas anteriormente, em que o jornal se inseriu, uma vez que só é possível entendê-lo conectado à sociedade onde surgiu (HOBSBAWM, 2000, p. 27-28).

Com efeito, recuperando as denúncias que constam em suas páginas, podem-se agrupá-las em três grandes grupos: denúncias que 1) denotam a implantação de uma racionalização do trabalho, fruto das transformações que se deram na cidade, 2) apontam o impacto que a crise econômica exerceu sobre o mundo do trabalho e 3) reforçam a imigração e as disputas travadas por trabalho entre os imigrantes e os nacionais/nativos.

### **IMPLANTAÇÃO DE UMA RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO: O CONTROLE DAS HORAS E DO COMPORTAMENTO NO LOCAL DE TRABALHO**

Com relação à racionalização do trabalho, as denúncias que apareceram nas colunas do jornal foram direcionadas ao disciplinamento do trabalho, que acompanhou e se intensificou com o capital inglês instalado na região, impactando os costumes presentes e produzindo conflitos e afirmações muitas vezes preconceituosas de que os nativos eram “preguiçosos” e pouco afeitos ao trabalho (PINHEIRO, 1999, p. 118).

Ampliação da jornada de trabalho, vigilância, penalidades e multas por atraso constituíram-se instrumentos que expressavam a tentativa de construção dessa disciplina, na busca de assegurar a presença dos operários nos espaços de atuação profissional e o controle sobre seu tempo e ritmo de trabalho (THOMPSON, 1998). Certamente, isso era produto de concepções diferentes, entre patronato inglês e trabalhadores nacionais/nativos, acerca do trabalho e do tempo (PERROT, 1988).

A imposição de uma disciplina do trabalho no Amazonas fazia parte do universo do patronato em geral. Pela Revista da Associação Comercial do Amazonas (ACA), é possível vislumbrar uma série de posições deste setor frente ao mundo do trabalho, dentre elas, algumas desqualificações sobre os trabalhadores, vistos como “preguiçosos”, “vadios” e “indolentes” e, portanto, como obstáculos ao processo de modernização e desenvolvimento do Estado, em especial, Manaus.

Para o patronato amazonense – grandes comerciantes, seringalistas, diretores das empresas concessionárias dos serviços

urbanos, setores dirigentes do Estado –, colocava-se como fundamental controlar o trabalho e o tempo daqueles que foram absorvidos pelo mercado de trabalho formado.

A chamada grande imprensa<sup>29</sup>, nas mãos desses setores, reforçava a necessidade de disciplinamento sobre os trabalhadores que, utilizando do mesmo veículo, em condições artesanais, publicaram jornais denunciando esse processo.

Neste sentido, a Amazon Engineering, empresa inglesa de engenharia, foi alvo de denúncias quanto aos olhares atentos dos vigias sobre os operários que trabalhavam na oficina:

Chegou ao nosso conhecimento que o gerente da “Amazon Engenharia” determinou aos vigias das oficinas que não consinta os operários passar mais de cinco minutos na sentina. É uma medida vexatória e anti-higiênica do sr. Gerente, que pode ocasionar aos operários moléstias, tais como o vômito ou uma infecção intestinal, devido temperamento da nossa região, além de tudo essa medida pode trazer outras consequências como há poucos dias, aconteceu de haver um atrito entre o vigia e um operário (*VIDA OPERÁRIA*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920).

Essas denúncias não ficaram somente no jornal *Vida Operária*, foram veiculadas também por outros jornais. *O Extremo Norte* estampou em sua primeira página um artigo intitulado “Explorações da Tramways” (Manaós Tramways, empresa que, por concessão do poder público, era responsável pelos serviços de bondes (MAGALHÃES, 2003) e energia elétrica, tratando da ampliação da jornada de trabalho pela empresa.

Os nossos companheiros de luta que começavam o seu trabalho quotidiano às seis e meia horas e largavam para almoçar às onze; recomeçavam às treze e concluíam às dezesete e meia, e aos sábados às dezesete, agora, são obrigados a trabalhar de seis às seis (*O EXTREMO NORTE*, nº 13. Manaus, 8 de abril de 1920).

Um desdobramento disso foi o convívio tenso entre as categorias de trabalhadores que atuavam numa mesma companhia estrangeira. Os diferentes cargos ocupados obedeciam a uma ordem hierárquica que ordenava as relações num âmbito de subordinação

<sup>29</sup> Jornais de grande circulação no Estado, produzido diariamente, com destaque para o *Jornal do Comércio e Gazeta da Tarde*.

e obediência, o que gerava tensão entre as diferentes categorias de trabalhadores, principalmente quando havia vigilância quanto ao horário, execução do serviço e outros pontos referentes às atividades laborais.

Na Manaós Harbour, empresa inglesa que administrava o porto, esses conflitos também emergiram. No porto, o capataz tinha a responsabilidade em imputar ao estivador penalidades e multas, motivadas por inúmeras posturas consideradas transgressões, como: morosidade no serviço, saída dos armazéns sem autorização, pequenos furtos, sabotagens no serviço e outras posturas consideradas nocivas ao processo de trabalho. Por conta desta relação, contra eles era dirigida boa parte das queixas feitas pelos estivadores (PINHEIRO, 1999, p. 110-111).

### **IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA SOBRE O MUNDO DO TRABALHO**

O segundo grupo de denúncias permite reforçar a visão de uma “gradual decadência” da borracha. Nesse contexto, a conjuntura de crise econômica vivida no início da década de 1920 afetou diretamente os serviços empreendidos pelas empresas inglesas, em especial pelo movimento de desarticulação econômica mundial da região.

As empresas, como a Manaós Tramways e a Amazon Engineering, deixaram de injetar capitais nos serviços que eram responsáveis, precarizando equipamentos, aparelhos e demais instrumentos de trabalho e, ao precarizá-los, tornavam a atividade de seus trabalhadores perigosa. Isto é apenas uma das formas de impacto da crise da borracha no universo do trabalho urbano em Manaus e num setor específico, o de serviços, o que gerou uma série de denúncias sobre as condições de trabalho nesses espaços:

As machinas estão completamente estragadas, os mancaes escorados com madeiras; as bobinas dos motores estão sendo cheias com fios velhos e as caldeiras em lamentável estado, podendo de uma hora para outra tudo aquilo virar pelos ares (*VIDA OPERÁRIA*, nº 8. Manaus, 28 de março de 1920).

Esta denúncia foi direcionada à Manaós Tramways. Além dela, a Amazon Engineering foi acusada de não fornecer materiais adequados para que seus trabalhadores pudessem desenvolver as atividades laborais (*VIDA OPERÁRIA*, nº 8. Manaus, 28 de março de 1920).



Ainda com relação à Manáos Tramways:

O estado lamentável em que se acham todos os serviços dessa companhia, é tão extraordinário, que não sabemos por onde começar a nossa reclamação. No nosso numero passado, falamos sobre a Usina do Plano Inclinado, que graças ao seu estado de ruínas, ameaça a qualquer momento, um grande sinistro, sem que até hoje, houvesse qualquer providência tomada a respeito. Quanto aos fios e cabos condutores se tem a seguinte pergunta: “porque os fios da iluminação pública e os cabos condutores de corrente, conservam-se nus em diversas partes, e quando são concertados, são com fios velhos?” (*VIDA OPERÁRIA*, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920).

Associado a isso, o jornal mencionava a possibilidade de ocorrerem acidentes no trabalho:

Quarta-feira última estando o nosso camarada Francisco Isaphe, machinista da Uzina Central da Manáos Tramways, a manejar com um fiche das mesmas officinas, aconteceu que o referido aparelho, devido o mau estado em que se encontra, rebentando um cabo que o sustentava, apanhou desastadamente esse nosso amigo, atirando-o ao solo (...) lamentamos o estado em que se encontra o referido aparelho, chamando a atenção da Companhia afim de evitar outro acidente (*VIDA OPERÁRIA*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920).

Com efeito, as precárias condições de trabalho, nas páginas do jornal *Vida Operária*, apresentavam-se como um problema a ser enfrentado pelos trabalhadores das empresas estrangeiras. O jornal registrava constantemente alguns acidentes que ocorriam:

Quarta-feira última, as 17 horas, o nosso companheiro de classe Otellino de Souza, empregado nas officinas da Manáos Tramways, estando a furar uma barra de aço, essa em dado momento, desequilibrado-se, cahiu, apanhando-o desastadamente, cortando-lhe o dedo médio da mão direita, e machucando-lhe os restantes. Socorrido por seus companheiros, foi levado à Pharmacia Borba, recebendo os primeiros curativos. Agora resta saber se esses tratamentos foram feitos á espensa da victima ou da Companhia, e se à mesma

levou o facto ao conhecimento das auctoridades leaes, para que seja facultado os direitos que lhe assistem pela lei do accidente do trabalho!  
Esperamos (*VIDA OPERÁRIA*, n° 1. Manaus, 8 de fevereiro de 1920).

Além de procurar fomentar uma solução para a melhoria das condições de trabalho com o objetivo de evitar acidentes, quando estes aconteciam, os editores do jornal procuravam verificar, numa atitude de investigação, se houve ou não o cumprimento da lei de acidente de trabalho<sup>30</sup> pela empresa.

A emergência da lei de acidente de trabalho, que foi anterior à CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), acaba por revelar que a pressão exercida pelo movimento organizado dos trabalhadores forçou o Estado Nacional a produzir legislações que normatizassem a relação entre capital/trabalho, não somente na questão ligada aos acidentes de trabalho, mas também na regulamentação do trabalho do menor, das mulheres, na regulamentação de férias para o trabalhador e outras que pouco são mencionadas e, portanto, silenciadas.

Esse silêncio enseja outro silêncio, qual seja: sobre a luta dos trabalhadores por uma legislação que os protegesse. Academicamente, este silêncio tem sido rompido (FORTES e NEGRO, 2002; NEGRO, 1989), por outro lado, no universo atual dos trabalhadores – e aqui é importante refletir sobre o alcance dos trabalhos acadêmicos, no âmbito da História do Trabalho, no universo dos trabalhadores e as consequências do alcance/não-alcance desses trabalhos –, raramente encontram-se referências a esse processo que fuja da noção de concessão de direitos outorgado por Vargas.<sup>31</sup>

Portanto, cabe reforçar que “nem tudo começou a partir dessa data”, 1930. Já nos anos de 1910, o Estado Nacional foi pressionado a fazer aberturas em relação à classe operária, e nos anos 1920, tornaram-se mais frequentes os ensaios de “legislação trabalhista” (PINHEIRO, 1997, p. 137).

Isso fica bastante evidente em Manaus com essa postura de fiscalização empreendida pelos editores do jornal *Vida Operária* sobre o cumprimento ou não da lei de 1919. Eles se preocupavam com relação a isso:

<sup>30</sup> Em 1919, surgiu uma Lei que passou a regulamentar o acidente de trabalho. Por meio deste instrumento jurídico a empresa era obrigada, em caso de acidente no trabalho, a prestar assistência ao acidentado, custear o tratamento e manter o pagamento integral a ele (mesmo que este estivesse impossibilitado de retomar suas atividades imediatamente).

<sup>31</sup> Neste sentido, embora não tenha sido alvo de investigações profundas, mas sim de curiosidade, circulei por algumas associações perguntando acerca dos direitos trabalhistas – vigilantes, metalúrgicos, rodoviários e outros – e a menção sobre Vargas foi inevitável.

[Que] ... não aconteça como está acontecendo com a lei de accidentes do trabalho, que alguns proprietários de officinas e companhias diversas, além de não darem a devida publicidade da lei, procuram leval-a ao esquecimento, usando de todos os ordis, para fugirem a sua observância... (*VIDA OPERÁRIA*, nº 1. Manaus, 8 de fevereiro de 1920).

Além de reservar espaços nas colunas do jornal para destacar que a lei não era devidamente socializada, não hesitavam em denunciar o não cumprimento dela:

No dia 10 de janeiro último o conductor chapa 13, Luiz Ventura da Silva, na ocasião em que procedia a cobrança, perdendo o equilíbrio, foi cuspido violentamente ao chão, recebendo forte pancada e diversas escuriações, prostrando-o sem falta durante todo o dia. Pois bem. O director da Companhia ou quem quer que fosse, mandou recolher o chapa 13 a Beneficente Portuguesa, arbitrando-lhe o salário de 5 horas de trabalho durante o tempo que estivesse em tratamento. Ora, sabem os nossos companheiros qual foi o resultado dessa amabilidade da Tramways? Lá vae. Logo que o nosso companheiro Luiz Ventura voltou ao trabalho o gerente mandou que lhe fosse descontada mensalmente uma certa importância até final amortização das despesas feitas na beneficente. Agora pergutamos nós: Onde está a lei que regula o accidente de trabalho? (*VIDA OPERÁRIA*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920).

Os animadores do jornal tinham uma postura de fiscalização e buscavam acompanhar o desenrolar de alguns tratamentos que eram resultados de accidentes no trabalho, tentando inclusive identificar os responsáveis pelo pagamento das despesas, se a empresa ou o trabalhador. Percebe-se, no trecho extraído do jornal acima, que quem pagou o tratamento foi o trabalhador, tendo 50% de seu salário cortado durante o tratamento e, após recuperação e retorno ao trabalho, o restante descontado em seu vencimento.

O não cumprimento da lei de accidente de trabalho não ficou restrito às empresas estrangeiras, estendendo-se também aos proprietários de officinas em Manaus:

Estamos informados que o sr. Carvalho, proprietário de uma officina, mechanica à rua de S. Vicente não tem ate hoje ligado importância à Lei do accidente

do trabalho. Alguns accidentes já se teem dado em sua officina e nunca tomou em consideração, nem tão pouco tem a mesma Lei afixada em logar visível, como manda a mesma.

Sabemos ainda, que outros proprietários de officinas procedem do mesmo modo. Com todos esses camaradas, estaremos de atalaia (*VIDA OPERÁRIA*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920).

Em Manaus, diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram um processo de industrialização significativo para este período, foram as oficinas e fábricas de pequeno porte<sup>32</sup>, e ainda de maneira tímida, que se destacaram, juntamente com o serviço burocrático estadual, a praça comercial e as empresas estrangeiras já mencionadas.

Outro impacto da crise econômica sobre o universo do trabalho urbano em Manaus foi a demissão. As empresas estrangeiras começaram a reduzir seus trabalhadores. Essas demissões ganharam as páginas do jornal *Vida Operária*, que as denunciava. Segundo o jornal, “foguistas”, “chaufeurs do automóvel de transporte”, “empregados da lancha” e outras categorias foram atingidas:

Sabemos que no dia 11 do corrente foi inopinadamente despedido do cargo de cahufieur (...) da Manãos Engenering o companheiro Menezes, sem dar para isso motivo algum.

A sua conducta e exemplar, podemos attestal-a. Basta dizer, como sorteado e praça do nosso exército, que chegou a ser cabo, e a sua caderneta, não tem a menor nota, e, como operário se tem conduzido na mesma norma de vida.

O snr. Menezes, procurando saber do director da Companhia qual motivo de sua demissão teve o silêncio por resposta.

Mais outro absurdo! Mais outra monstruosidade praticada por um patrão, inconsciente e sem coração. Não contente ainda o snr. Makense, e faminto de vinganças, demitiu também o snr. Herculano, empregado da lancha da mesma Companhia (*VIDA OPERÁRIA*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920).

<sup>32</sup> Uma das características do trabalho urbano na Manaus da borracha foi a forte concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços). Em contrapartida, o trabalho fabril pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de trabalhadores em empresas de beneficiamento de produtos regionais, como a castanha, nas fábricas de gelo e cerveja ou ainda nas oficinas gráficas locais (PINHEIRO, 2011, p. 5).

Associadas às demissões, vinham as qualificações sobre o patronato:

O gerente ou coisa que o valha, senhor de baração e cutello da “Manãos Tramways”, (por infelicidade nossa) num acesso de prepotência inqualificável, despediu segunda-feira última 9 do corrente o foguista Flaviano Borges de Lima, honrado chefe de família, que vinha prestando os seus serviços profissionais aquella companhia, há cerca de 6 mezes, sem a menor nota desabonadora (*VIDA OPERÁRIA*, n° 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920).

Nesse trecho, e em outros presentes no jornal, é possível assinalar a emergência de um discurso que buscava desenhar a relação patrão/empregado. Consistia na postura diferenciada do patrão e do operário. O patrão era retratado como “prepotente”, “arrogante”, “sem coração”, em oposição ao operário “sem a menor nota desabonadora”, ou seja, cumpridor de seus deveres.

Isso evidencia a tentativa de construção de um discurso de boa conduta do operário x patrão autoritário. Ao que parece, esse discurso se deveu menos à tentativa de fazer com que o patrão repensasse a medida tomada do que à vontade de tornar públicas as demissões ocorridas, inserindo-as no interior da contradição capital/trabalho, acentuada numa conjuntura de crise e desemprego.<sup>33</sup>

Embora não seja finalidade deste capítulo explorar o discurso construído pelo jornal sobre o patronato, aponta-se para o alerta feito por Michele Perrot em dar maior visibilidade à forma como os padrões são percebidos pelos trabalhadores para uma melhor percepção das dimensões e densidades das tensões existentes entre eles (PERROT, 1988, p. 81-125).

Porém, as demissões não estão ligadas somente à crise econômica, mas também às chamadas “políticas de modernização”:

O sr. Makfald, homem sem entranhas e sem coração, procura por todos os meios, inutilisar e oprimir a esses desventurados estivadores, vomitando sobre elles a sua peçonhosa cólera de burguez faminto.

<sup>33</sup> Embora as demissões contribuíssem para conduzir os operários destas empresas a uma situação de desemprego e de privação dos elementos necessários à sobrevivência, percebeu-se que alguns procuravam outros espaços de trabalho e obtinham êxito: “O Herculano S., que fora há dias dispensado da “Amazon Engeering” devido a prepotência e arrogância do gerente daquela companhia, acha-se os misteres de sua profissão, na casa Miranda Corrêa e C” (*VIDA OPERÁRIA*, n° 5. Manaus, 07 de março de 1920).

Esse inqualificável burguez, de volta de sua terra, trouxe para experiência um carrinho automóvel, para transportes de mercadorias, nos armazéns da Manáos Harbour, cujas experiências, deram optimos resultados, e o sr. Makfald fez encommenda de mais 5 desses carrinhos.

Com os taes carrinhos a Manáos Harbour, economisará 70% de trabalhadores, sendo bem provável que em breve esse Makfald, faça nova viagem, e na volta traga aparelhos automáticos e electricos, afim de substituir todos os empregados e trabalhadores da Manáos Harbour. Não vamos de encontros ao progressos da sciencia, mas vamos de arrojo contra esse Albion nojento, que ostensivamente proclama num autoritarismo sem qualificativo, que trouxera de sua terra um título nobiliarchico como garantia, para poder fazer aquilo que bem entender... (*VIDA OPERÁRIA*, nº 9. Manaus, 4 de abril de 1920).

Nesse ponto, o jornal evidenciou o caso da Manaós Harbour, que adotou uma “política de modernização” que foi vista como uma ameaça pelos seus trabalhadores.

Não se pode perder de vista que tanto a crise econômica como a política de modernização causavam preocupações legítimas para os trabalhadores que queriam manter-se nos seus postos de trabalho. Isto não foi um fenômeno presente unicamente em Manaus. Boris Fausto assinalou que a emergência de uma greve na companhia paulista, em 1906, bem antes da notícia veiculada pelo jornal *Vida Operária*, deu-se pela política de modernização adotada pela empresa, que afetou em primeiro lugar o nível salarial, em virtude do estabelecimento de três feriados não pagos por mês, e, no segundo momento, o nível de emprego, quando centenas de operários começaram a passar por um processo de demissões (FAUSTO, 2000).

Na mesma linha, posicionando-se contra as demissões provenientes do aperfeiçoamento tecnológico que afetou os gráficos (introdução das máquinas de linotipo), *A Voz do Trabalhador* defendeu o uso das máquinas e a manutenção do emprego de todos os trabalhadores, com uma jornada de 4 horas e salários mais elevados (*A VOZ DO TRABALHADOR*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1909).

## DISPUTAS ENTRE IMIGRANTES, NACIONAIS E “NATIVOS”

Também a imigração, terceiro grupo de denúncias, gerou conflitos entre os trabalhadores. Ela apareceu ligada a duas questões fundamentais: a concorrência no mercado de trabalho entre brasileiros e estrangeiros – no caso, a contratação deste último em detrimento daquele – e o desrespeito à legislação (lei estadual nº 962, de 4 de Setembro de 1918 e lei municipal nº 979, de 25 de Outubro de 1918) que reservava 2/3 das vagas aos trabalhadores nacionais no serviço público feito administrativamente ou por arrendamento.

Em artigo intitulado “A Limpesa Pública”, denunciou-se a admissão de trabalhadores imigrantes em detrimento dos nacionais/nativos. Este artigo mencionou as propostas apresentadas pelos concorrentes Lima Ruas, José Tolentino e Jorge Santos para celebração de contrato de prestação de serviços de limpeza pública.

Segundo o jornal, a reunião em que os projetos e as propostas foram apresentados ocorreu no Paço Municipal e contou com a presença dos empregados da categoria, dos proponentes, das diversas pessoas gradas e dos representantes da imprensa, entre estes, os colaboradores do jornal *Vida Operária*.

Os representantes do jornal *Vida Operária* presentes na reunião, ao apreciarem as propostas, chegaram à conclusão que não deveriam ser aceitas, pois feriam:

de modo insophismavel, as disposições das leis nº 962 de 4 de Setembro de 1918 e 979 de 25 de Outubro de 1918, aquella estadual e esta municipal.

Clara nas suas interpretações, dizem as citadas Leis que, em nenhum serviço público feito administrativamente ou por arrendamento, não poderá deixar de trabalhar, pelo menos dois terços de operários e trabalhadores nacionaes, sendo os concorrentes obrigados a respeitarem, nas suas propostas estes dispositivos (*VIDA OPERARIA*, nº 11. Manaus, 18 de abril de 1920).

Para eles, nenhuma das propostas apresentadas à superintendência respeitava essa obrigação. Desta forma, em tom de denúncia, o jornal acusou o Sr. Jorge Santos, que era o atual responsável por este serviço, de não ter admitido trabalhadores nacionais/nativos.

Claudio Batalha, ao falar sobre a imigração e seu impacto sobre a classe operária, destacou que ela pode ser vista mais como elemento de dissenso do que de consenso entre os trabalhadores

(2003, p. 166). Deste modo, os estrangeiros que chegavam a Manaus e que passavam a disputar os espaços no mercado de trabalho com os nacionais, acabavam por causar ressentimentos nestes. Ainda mais com a crise econômica existente (o que acabava por diminuir a oferta de emprego), e a preferência do patronato pelos trabalhadores estrangeiros (AVELINO, 2008).

Talvez isso explique a proposta de proibição da imigração presente no jornal. Consoante o jornal, os imigrantes europeus que haviam se deslocado de seu continente em direção à América, mais especificamente à Manaus, poderiam ter escapado “do fuzil e da granada”, porém não escapariam das negruras da fome oriundas da falta de emprego. A “Canaam falada” não passava de uma imagem criada, denunciava o jornal. E mais, dizia que a esperança de dias melhores, que acompanhava os imigrantes no processo de deslocamento, poderia se materializar numa grande desilusão:

A proibição da imigração estrangeira na presente época, em que a europa está escangalhada, e vós aqui? A braços pela falta de trabalho, vendo as vossas esposas e os vossos filhinhos nus e crus, sem terdes remédio a dar, quanto mais, quando entrar centenas de milhares de immigrantes, pensando que esta terra é a Canaam fallada!...

Evitando a imigração, é uma obra de caridade, que fazeis aos vossos irmãos.

Elles escaparam do fuzil e da granada, porém não escaparão da fome... (VIDA OPERÁRIA, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920).

Muito embora em contextos e conjunturas diferenciadas, essa discussão contra a imigração não se deu só no Amazonas. Em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo, no ano de 1913, o movimento operário chegou a realizar uma campanha contra a imigração para o Brasil. Essa campanha, longe de representar uma reação contra este elemento, tinha por objetivo explicitar aos potenciais candidatos à imigração, assim como aos seus governos, as condições adversas que encontrariam no Brasil. Sobretudo numa conjuntura de perseguição e repressão ao movimento operário e ao estrangeiro, em particular, sujeito ao enquadramento na Lei de Expulsão de Estrangeiros elaborada e aprovada em 1907 e ampliada, em seus dispositivos, no ano de 1913 (GYTAHY, 1992, p. 69-71).

Das vivências e experiências, os trabalhadores de Manaus construíram uma série de demandas que visavam modificar



e melhorar as suas condições de vida e trabalho. O jornal *Vida Operária* recepcionou algumas delas com destaque para a diminuição da jornada de trabalho (estipulada em 8 horas diárias), pontualidade no pagamento, elevação dos níveis salariais, criação de tribunais arbitrários para julgamento de conflitos entre patrão e empregado (com destaque para uma atuação do Estado enquanto árbitro da questão), estabilidade no emprego, enfim, uma série de pontos a serem discutidos e implementados.

Porém, na vigência de um regime liberal e excludente, sendo a participação política direito de uma minoria, as demandas operárias, embora atingindo, mesmo que de forma modesta, os espaços institucionais, eram externadas, sendo o jornal *Vida Operária* um instrumento desse processo.

\*\*\*

A expansão da economia gomífera na região amazônica impactou significativamente a cidade de Manaus, tornando-a entreposto comercial. Este processo produziu fortes transformações, que atingiram tanto o espaço urbano da cidade, que passou por uma metamorfose, quanto o universo do trabalho urbano.

Com relação a este último, por meio do jornal *Vida Operária*, foi possível identificar três grandes aspectos: 1) a racionalização do trabalho, fruto das transformações que se deram na cidade, 2) o impacto que a crise econômica exerceu no mundo do trabalho e 3) a imigração e as disputas travadas por trabalho entre os estrangeiros e os nacionais/nativos.

No primeiro caso, não foram poucos os artigos, alguns estão no decorrer do texto, veiculados pelo jornal denunciando a ampliação da jornada de trabalho, a vigilância executada, as penalidades e multas aplicadas.

No segundo, também não foram modestas as colunas que destacaram a precarização do espaço de trabalho, das condições de trabalho, e como isso poderia potencialmente causar acidentes, como de fato causaram.

Por fim, ficou evidente, pelos trechos retirados do jornal, que a imigração produziu disputas por espaços de trabalho entre os estrangeiros e os nacionais/nativos, o que se intensificou em momento de crise econômica e da preferência do patronato pelos trabalhadores estrangeiros, fomentando até mesmo uma posição, materializada no jornal, contra a imigração.

Cabe assinalar que as denúncias, na esmagadora maioria, eram direcionadas às empresas concessionárias dos serviços urbanos, de capital inglês, que, por um lado, implantavam e encarnavam as práticas de disciplinamento do trabalho, e, por outro, sofreram as consequências da crise econômica.

Não se pode deixar de mencionar que a crise atingiu, além das empresas estrangeiras, principalmente o setor comercial. Vários estabelecimentos comerciais fecharam suas portas, demitindo seus funcionários. Com a diminuição do movimento comercial, outras categorias de trabalhadores que possuíam atividades ligadas, de forma direta ou indireta, com o setor comercial, sofreram redução. A crise gerou falências e desempregos. Porém, os impactos da crise neste setor praticamente só apareceram tangencialmente nas páginas do jornal *Vida Operária*, o que pode ser explicado por três elementos articulados: as críticas e denúncias direcionadas para as empresas estrangeiras associadas à crise econômica e a posição política reformista do jornal que o levava a fomentar alianças com os setores comerciais locais para superar a crise econômica, numa espécie de “colaboração entre as classes”, mas isso é outra história...

# 5

## **OS JORNAIS *VIDA OPERÁRIA* E O *EXTREMO NORTE***

disputas sobre as ações  
políticas operárias

É preciso primeiramente reconhecer que, no que tange à ideia que se tem acerca do trabalhador urbano da Primeira República Brasileira, conhecida também como “República Velha”, predomina a imagem do italiano anarquista, contestador da ordem política e do sistema socioeconômico vigente. Ainda a ele são atribuídas as inúmeras tentativas de mobilização e organização dos trabalhadores em torno de organismos e de ações em busca de uma sociedade mais justa.

Esta imagem é caricata e reúne dois componentes fundamentais. Por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante, este por sua vez reduzido ao italiano. Por outro, a atribuição de um ideário político único, o anarquismo, àquele momento histórico. Segundo Batalha, esta imagem é reforçada por meio de romances, filmes, novelas e mesmo em parte da produção acadêmica (2000, p. 8).

Entretanto, recentemente a produção acadêmica vem realizando importantes revisões sobre esta questão. Nos últimos anos, a pesquisa histórica tem apontado para a complexidade e multiplicidade étnica, política, ideológica e cultural presente no mundo do trabalho, como indica Batalha, em sua obra *O Movimento Operário na Primeira República*:

Minha intenção (...) é uma história da classe operária e de seu movimento na Primeira República, procurando incorporar aquilo que grande parte da pesquisa histórica nos últimos anos tem tentado enfatizar: a multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões. Busco tornar clara as distinções entre os setores de produção, a diversidade da origem dos trabalhadores, a especificidade das dinâmicas regionais, a variedade de formas de organização e a constelação de correntes ideológicas (2000, p. 08).

Deste modo, os estudiosos de História Operária que se esforcem em produzir obras que expressem as manifestações regionais do universo do trabalho – e, no interior destas, a multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões – contribuem significativamente para gerar condições e possibilidades de confrontamentos e enriquecimentos das sínteses nacionais, uma vez que as generalizações, como a da imagem do italiano anarquista, podem muito mais obscurecer do que iluminar a riqueza das diferenças dos elementos presentes no universo do trabalho.

As diferenças, no Amazonas, entre as diversas tendências políticas e ideológicas<sup>34</sup> que influenciaram o movimento operário embora sejam enriquecedoras, principalmente do ponto de vista das propostas de participação política num ambiente onde a exclusão política e social era significativa (GOMES, 1994), não serão alvo do presente capítulo, que visa apenas identificar, por meio de dois jornais operários, *Vida Operária* e *O Extremo Norte*, convergências e divergências quanto à proposta de participação e ação políticas de ambos.

Sabe-se que a corrente política e ideológica que mais forte influenciava o movimento operário desta região era o socialismo reformista. Ambos os jornais eram influenciados por ela. Não obstante, nem de longe se deve imaginar uma uniformidade/homogeneidade no interior desta tendência. Havia diferenças quanto a determinados aspectos da luta operária, o que explicita e reforça a multiplicidade e pluralidades de expressões. Neste sentido, muito mais do que os pontos em comum, são as diferenças que serão identificadas.

O capítulo estrutura-se em duas partes. A primeira procura identificar o surgimento, a atuação e a proposta política dos jornais *Vida Operária* e *O Extremo Norte*. Em seguida, por meio da ação de ambos, apontar os aspectos de convergência e divergência na condução da luta operária.

<sup>34</sup> Por meio dos jornais operários preservados em arquivos, e que serviram como suporte para estudos de História Operária Regional, identificam-se, pelo menos, duas tendências esboçadas e presentes no seio do movimento operário: O Anarquismo e o Socialismo. Entretanto, não devemos considerá-las de modo uniforme, uma vez que foram interpretadas pelas lideranças e, neste processo, tiveram seus significados ampliados com doses de positivismo, cientificismo, evolucionismo, darwinismo social, etc.

## OS JORNAIS: *VIDA OPERÁRIA* (1920) E *O EXTREMO NORTE* (1920)

Como já foi realçado em capítulos anteriores, o jornal *Vida Operária* se apresentou enquanto espaço, por excelência, em que questões do universo operário eram mencionadas e discutidas. Assim, em suas páginas identificam-se denúncias contra os baixos salários, a carestia de vida, a prepotência e arrogância dos patrões, as demissões, além de um conjunto de demandas operárias.

Além disso, o jornal externava e difundia uma proposta de ação política operária, visando garantir, por meio dela, uma melhor qualidade de vida e trabalho. Quanto a este ponto, destacam-se alguns elementos, como o próprio jornal – encarado como instrumento de conscientização, mobilização e luta –, a organização dos trabalhadores e o partido operário.

No que tange à organização dos trabalhadores, ela era vista como essencial para empreender movimentos em prol de melhores condições de vida e trabalho:

Não vacileis um só instante, não percaes um só momento – congregae-vos, – porque um momento de vacilação, redundará num aniquilamento inqualificável para vós que, sois a força motora, de tudo que se vê nesse imenso orbe! A organização é o mais forte baluarte, é a mais viva manifestação, é a arma da defeza, é o reducto impenetrável da conquista dos direitos de uma classe... (*VIDA OPERÁRIA*, nº 05. Manaus, 07 de março de 1920).

Eram constantes as tentativas de esclarecimentos a respeito da importância da organização dos operários em torno de organismos que os representassem. Caso contrário, apontava-se para as dificuldades advindas do processo de enfrentamento contra as “imposições” e os “desmandos” do patronato, uma vez que, com a falta de organização, as possibilidades de intervir para a modificação das condições de trabalho e vida diminuían.

Quanto ao partido político, segundo elemento e suporte da luta a ser estabelecida, era visto como elemento de inserção dos operários na vida política, uma vez que ele era um instrumento reconhecido pela nova forma de governo.<sup>35</sup> Em torno dele os operários se organizariam e se mobilizariam em prol de suas causas, articulando um conjunto de ações e reivindicações a serem defendidas:

<sup>35</sup> Quanto ao partido político, os setores dominantes organizavam-se em torno dele, aceitavam-no. Desta forma, os operários procuravam inserir-se na política com os instrumentos disponíveis e juridicamente legais do jogo: o partido, o voto, a eleição, a representação no parlamento, a elaboração de leis e outros.

No domingo p. p. realizou-se a primeira reunião anunciada no teatro Alcazar para a fundação do Partido Operário Amazonense. As 9 ½ horas da manhã, na presença de um avultado número de operários, o sr. Cursino Gama, abriu a sessão, expondo aos assistentes o fim da reunião, e em seguida deu a palavra a quem della quizesse fazer uso.

Falaram os operários Nicolau Pimentel, Raymundo Rodrigues, Anacleto José dos Reis e Nicodemos Pacheco. Depois de alguns debates, foi approvedo a fundação do partido, adherindo a ideia, a totalidade dos assistentes. Hoje as mesmas horas e no thetro Odeon deverá se realizar nova reunião, afim de ser approveda a regulamentação do Partido.

Concitam os operários em geral para comparecer a reunião de hoje.

Esta redacção fez-se representar pelo nosso director (*VIDA OPERÁRIA*, nº 18. Manaus, 18 de junho de 1920).

Assim, destaca-se também a relevância do processo político eleitoral e do voto. Ambos, juntamente com a organização operária em torno de associações e do partido político, poderiam ser as chaves que abririam as portas do parlamento para que os representantes dos operários atuassem no sentido de realizar, via legislação, as reformas sociais:

E uma vez que o nosso operariado trabalhem em suas sociedades, e estabelecendo entre os seus associados várias conferencias neste sentido e lendo ao mesmo tempo os mais necessários tópicos da Constituição Brasileira, e, sobre tudo na parte que se refere aos direitos civis e políticos do cidadão; creio ser mais que o bastante, para que cada associado se compenetrem dos seus principaes direitos e deveres.

E uma vez se trabalhando com esse intuito, tempo virá que quando se tratar de qualquer renovação para Câmara ou para o Senado da República, os companheiros serão, não enxergados por um occulo, mas sim reivindicados nos seus direitos representativos (*VIDA OPERÁRIA*, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920).

A proposta difundida e defendida era articular os operários em associações operárias ligadas a um Centro Federativo (âmbito estadual) que por sua vez estaria articulado com o Partido Operário que se empenharia em lançar nomes para participar do processo

político eleitoral a fim de eleger representantes. Quanto ao Centro Federativo, estaria subordinado à Confederação do Trabalho, cuja sede ficaria na Capital Federal:

Em o nosso primeiro artigo publicado no segundo número desta folha, fizemos sentir aos nossos companheiros, que para podermos alcançar o nosso direito representativo no seio do Parlamento Nacional, como nos Congressos Estaduais ou nas nossas Municipalidades; preciso se tornava em todos os Estados da República, as sociedades operárias se constituíssem unidamente; criando uma outra com o nome de – Confederação do Trabalho, – dentro da capital do país, e em cada Estado um centro federativo, e dentro da própria agremiação, um grande partido operário entre as classes, mantendo estas, não só uma constante troca de ideias entre as suas congêneres, obedecendo ao mesmo tempo a superior orientação da própria Confederação do trabalho no caso de ser a mesma fundada no Rio de Janeiro (*VIDA OPERÁRIA*, nº 24 de fevereiro de 1920).

Desta forma, percebe-se que o jornal *Vida Operária* não negava o regime republicano, aceitava a colaboração entre as classes e o processo político eleitoral. Era por meio da eleição de candidatos que representassem a classe operária que as questões do trabalho chegariam ao parlamento e, por meio de leis, seriam feitas as mudanças necessárias.

Quanto ao jornal *O Extremo Norte*, que circulou no mesmo contexto e ano que o jornal *Vida Operária*, encontram-se, nos arquivos, seis números, sendo o primeiro de 08 de abril de 1920 e o último de 24 de outubro de 1920. Possuía o formato semelhante ao jornal anteriormente mencionado, com aproximadamente 30 x 43 cm, quatro páginas e quatro colunas, em que eram distribuídos, na última página, propagandas e anúncios e, nas três primeiras, artigos e notícias. A sua publicação era semanal e, com relação ao preço que era vendido, não há informações.

Tinha como subtítulo “União, Labor e Liberdade”. Sua redação localizava-se à rua Municipal nº 239. No lado superior direito do jornal, estão impressos os termos “Propriedade de uma empresa”. Entretanto, percebe-se que a produção do jornal se sustentava menos por se constituir enquanto empresa do que por divulgação e colaboração dos operários:



Certamente ninguém ignora que a crise do papel, vae se agravando cada vez mais, o que dificulta de maneira assustadora a publicação do nosso jornal e não temos recursos outros que não sejam os que nos dá o proletariado em geral, pedimos, aos companheiros que nos auxiliam, attender ao nosso camarada Manoel Ferreira, que se acha em actividade na gerência do Extremo Norte (*O EXTREMO NORTE*, nº 37. Manaus, 20 de setembro de 1920).

Como é possível observar, o jornal possuía como gerente Manoel Ferreira. Seus redatores eram Nicolau Pimentel, Raul Braga e Themístocles dos Reis. Pelas colunas do jornal *O Extremo Norte*, eram veiculadas denúncias contra a atuação das empresas estrangeiras que administravam os serviços urbanos da cidade, as relações de trabalho, a jornada de trabalho, a falta de pontualidade nos pagamentos, além de um conjunto de notícias sobre o movimento operário em algumas regiões do Brasil e do mundo. Também não ficavam de fora as discussões sobre algumas correntes político-ideológicas que atingiam o movimento operário.

Enfim, o conteúdo presente no jornal tratava de assuntos relacionados ao viver operário e tinha tais operários como público alvo. Quanto ao seu surgimento, não se encontra artigo relatando este fato, como acontece no jornal *Vida Operária*, talvez em virtude da ausência dos seus 12 primeiros números.

Identifica-se, da mesma forma que no jornal *Vida Operária*, a elaboração, difusão e defesa de uma proposta de participação política operária. Nela, aparecem alguns instrumentos considerados pilares de assentamento da luta operária. São eles: a associação, o partido e o jornal.

A associação era vista como um instrumento capaz de produzir “união” e “coesão”, elementos considerados necessários ao processo de luta operária. Ainda, em seu interior, abria-se espaço para discussões acerca de temas referentes às questões de trabalho e vida da classe operária. Certamente, a associação, enquanto organismo institucional constituído juridicamente, possibilitava uma maior articulação interna, congregando os operários e veiculando suas demandas de uma forma mais segura.

Já o partido político era o aglutinador das demandas operárias, em torno dele seriam articuladas as ações e reivindicações a serem defendidas. Do mesmo modo que no jornal *Vida Operária*, *O Extremo Norte* via o partido operário como elemento de inserção dos próprios operários no universo político. Quanto ao jornal, seria

o instrumento de divulgação, discussão e defesa não só da proposta política criada, como também de aspectos do mundo do trabalho.

Assim, ambos os jornais buscavam agir junto aos operários visando criar condições para a intervenção política em prol de melhores condições de vida e trabalho.

### **CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS ENTRE OS JORNAIS *VIDA OPERÁRIA* E *O EXTREMO NORTE***

Como se pode perceber, tanto o jornal *Vida Operária* como *O Extremo Norte* destacam, como elementos para a luta política operária a associação, o partido e o jornal. Não se negava a participação no processo eleitoral e ambos defendiam a representação no parlamento para, a partir daí, produzir leis que beneficiassem o operário e atendessem suas demandas. Entretanto, em que pese as convergências nestes pontos, havia divergências quanto à organização operária e a natureza do partido operário.

Sobre a organização operária, no decorrer da Primeira República Brasileira, identificam-se três tipos de sindicatos ou sociedades de resistência: as associações pluriprofissionais, reunindo operários de diferentes ofícios e diferentes ramos, as sociedades por ofício, reunindo unicamente operários de determinado ofício e alguns similares e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade (BATALHA, 2000).

O jornal *Vida Operária* se posicionava a favor da organização operária tanto por sociedades de classe (pode-se dizer também ofício), quanto por associações pluriprofissionais. Observa-se isto não só pelas sociedades presentes nas páginas do jornal, e que indicam alguma influência sobre elas e vice-versa, quanto pelo próprio diretor, Elesbão Luz, membro do Centro Operário, e dos redatores, Marcelino Ferreira e Guilherme de Oliveira, este presidente da sede regional da União Operária Nacional e aquele membro desta.

Quanto ao *O Extremo Norte*, a leitura de seus artigos aponta para a defesa da organização dos operários por classe:

É uma necessidade de grande valor a organização das Associações Operárias por classe, afim de que a nossa política se possa solidificar, porque só assim o comunismo será implantado no Brasil.

Aqui no Amazonas existem Associações Operárias, cujos estatutos não se coadunam com os princípios básicos do Socialismo.

A União Operária Nacional, por exemplo, está nas condições citadas, porque não tendo forma federativa, como todos nós sabemos, abrange toda sorte de operário, prejudicando deste modo a organização das Associações por classe.

(...)

Mas, para gáudio daquelles que se vem esforçando pela emancipação operária entre nós, a U.O.N° tende a desaparecer, o que constitue um grande acontecimento para o proletariado desta terra, porque a sua existência forma um verdadeiro óbice á concretisação dos nossos ideaes.

Os nossos companheiros de trabalho devem se organizar por classes distinctas para que o Socialismo no Amazonas não seja uma coisa abstracta (*O EXTREMO NORTE*, nº 21. Manaus, 05 de julho de 1920).

A União Operária Nacional é mencionada e criticada quanto à posição assumida na organização dos operários. Embora não citado, a crítica estabelecida no jornal *O Extremo Norte* atinge também O Centro Operário, uma vez que a posição tomada quanto a esta questão era a mesma da União Operária Nacional.

Com relação ao partido operário, pelas colunas do jornal *O Extremo Norte* que tratavam deste ponto, identifica-se a defesa da construção de um Partido Operário Amazonense sem ligação com as agremiações políticas que atuavam nas disputas pelo controle do Estado. Além disso, concernente à filiação, esta seria exclusiva de operários:

No próximo domingo, 7, às nove horas, terá lugar, no Theatro Alcazar, gentilmente cedido pelo seu illustre proprietário dr. Raymundo Fontenelle, a primeira reunião operária para a fundação do Partido Operário Amazonense.

Como medida de precaução, o nosso companheiro Cursino Gama, previne a todos os nossos companheiros de classe, que o futuro P. O. A. nenhuma ligação terá com as diversas aggremações políticas, que se degladiam no Estado; bem assim que somente aos operários no goso de seus direitos civis e políticos, como cidadãos brasileiros, será permittido filiareem-se a esse Partido, de accordo com a Constituição Federal Brasileira, quer sejam ou não eleitores.

Todos os operários, trabalhadores, etc. devem comparecer a essa reunião, aonde serão apresentadas as bases para a organização do mesmo.

(...)

Que seja coroado de bom êxito o primeiro passo dos nossos companheiros, em prol da emancipação operária local, são nossos votos (*O EXTREMO NORTE*, nº 21. Manaus, 05 de julho de 1920).

Por outro lado, pelas informações e artigos produzidos pelo jornal *Vida Operária* acerca da organização dos operários e dos rituais e temas presentes nas pautas de discussões realizadas nas associações, percebe-se a constante presença de advogados, políticos e outros profissionais não necessariamente pertencentes à classe operária. Esta situação sugere a possibilidade de ampliar o leque de pessoas que, de alguma forma, poderiam contribuir para o reconhecimento e melhoria de alguns aspectos do cotidiano operário:

No dia 27 de janeiro próximo findo, pelas 19 horas, foi esta promissora Sociedade (União dos Foguistas) visitada pelo director da Vida Operária e nosso bemquisto companheiro de redacção, Elesbão do Nascimento Luz, que alli compareceu em propaganda do nosso jornal, na sede social de nome acima (...) Presidia as funcções da referida Sociedade o Sr. Alfredo Moreira Lima como o seu Presidente effectivo: sendo que na supra-mencionada sessão tomava também parte na qualidade de advogado da União dos Foguistas o muito illustre Sr. Dr. Edggar de Castro, o qual suggeriu a lembrança da criação de uma escola dentro da própria sede da Sociedade para os seus próprios associados; comprometendo-se até de trocar idéas com o exmo. Sr. Dr. Governador do Estado no sentido de conseguir alguns materias didáticos para esse dito fim!

Torna-se, portanto, bastante digno aqui na imprensa operária o registro dessas brilhantes palavras: tanto mais quanto ellas vem de ser proferidas por um illustre magistrado, cujas aspirações se concretisam os novos haustos de uma verdadeira regeneração civicamente social, e democraticamente moderna!... (*VIDA OPERÁRIA*, nº 01. Manaus, 08 de fevereiro de 1920).

Ao que parece, a posição assumida e contrária à do jornal *O Extremo Norte*, procura traçar um rumo em que as alianças entre partidos e a filiação de membros não pertencentes à classe operária não seriam de imediato descartadas, apresentando-se como possibilidade de ampliação tanto do reconhecimento social quanto dos adeptos à luta operária, numa tentativa de aumentar a capacidade das demandas a serem atendidas.

Em que pese as divergências, tanto o Jornal *Vida Operária* quanto *O Extremo Norte* se colocavam como instrumento de conscientização e mobilização para a condução da luta operária, numa contribuição efetiva para que o operário pudesse “escrever a própria história”.

## **EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS: CAMINHANDO EM AMBOS OS LADOS**

Na análise das propostas de participação política dos jornais anteriormente citados, encontram-se presentes artigos de colaboradores que redigiram para ambos. Tanto nas colunas do jornal *Vida Operária*, quanto do *O Extremo Norte*, Manoel Sérvulo e Cursino Gama deram a sua contribuição ao processo de organização e luta da classe operária amazonense.

Observando os artigos produzidos por cada um desses militantes, percebe-se a posição, mais contundente ou menos contundente, com relação a determinados aspectos da existência e da vivência operária.

Manoel Sérvulo era o mais contundente na elaboração das críticas. Produziu, no interior do jornal *Vida Operária*, um artigo intitulado “Palavras Simples”<sup>36</sup> e, pelo *O Extremo Norte*, dois, denominados, respectivamente, de “Luctemos”<sup>37</sup> e “Aos Plebeus”<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> “Não há cousa mais triste, do que a vida do pobre trabalhador, numa quadra como esta que não há trabalho. a desgraça bate-lhe a porta e vae enconral-o vacilante e acabrunhado, pensando como há de sustentar a prole, com tão mesquinho salário que percebe (e e as vezes não recebe); que não chega a atender as primeiras necessidades do lar. Então pensativo, e dentro do circulo de ferro em que se acha exclama: que miséria! Não tenho dinheiro nem credito!... É uma verdade. Porque se recorre ao taverneiro que é seu amigo (emquanto vir o interesse) e pede-lhe crédito, este logo lhe diz; não posso! Outros dizem sim, mas... exploram tão estupidamente o pobre trabalhador, que não sabe o meio de julgal-o. E, ai daquelle que diz; não posso pagar esta semana; tenha um pouco de paciência. Fica termitantemente cortado, e entregue á sua própria desventura... não sabem elles que o pobre é honrado, e se não lhe poude pagar foi por não ter recebido, ou teve que atender á doença em casa, e o que ganhou, não deu para o medico e a pharmacia. Mas que há de fazer?... O pobre está sujeito a todos esses dissabores!...” (*VIDA OPERÁRIA* nº 06. Manaus, 14 de março de 1920).

<sup>37</sup> “Luctar, pelejar sem armas com adversários, diversos é para vencer a todos os obstáculos que se apresentem na lucta. Cabe a todos o dever de luctar para adquirir o pão corporal e o pão espiritual. Devemos todos luctar sem trégoas, com todo o esforço, para retirar dos nossos companheiros todos os preconceitos e vícios que corrompem o physico, e a moral social. Luctemos, com carinho, amor e energia, pela consummação de nosso ideal. Luctemos pela causa magna de todos os que soffrem e morrem dia a dia privados de recursos, espoliados de todos os bens, exhaustos de todas as forças (...) Luctemos contra os despotismos da burguezia, que trazem calçados aos pés os nossos direitos. Luctemos pela emancipação do operariado, eternamente perseguido pelos patrões ...” (*O EXTREMO NORTE*, nº 22. Manaus, 12 de junho de 1920).

<sup>38</sup> “Companheiros. Sendo nós os plebeus, os que menos valor temos na República, somos forçados a tomar outro rumo (...) não precisamos nós de defensores. Seremos suficientes para nos defender de todo e qualquer perigo que nos ameace, bastando para isso a união de todos, formando um só corpo, um só ideal, uma só política, uma só religião e uma só sociedade...” (*O EXTREMO NORTE*, nº 37. Manaus, 20 de setembro de 1920).

Ainda sobre este militante, *O Extremo Norte*, num artigo produzido com o objetivo de fomentar a organização dos trabalhadores, o citou como exemplo, apontando-o enquanto referência de iniciativa, esforço e persistência na condução da organização de algumas categorias profissionais:

Não podemos deixar passar em silêncio a attitude francamente sympathica do nosso esforço companheiro Manoel Sérvulo.

Por iniciativa inteiramente sua, foram organizados os Sindicatos dos Cigarreiros e dos Estivadores; e agora, segundo informações que acabamos de receber, será organizado o dos trabalhadores e magarefes, ainda sobre iniciativa de Manoel Sérvulo.

E é de elementos da força desse nosso destemido companheiro que precisamos, para chegarmos ao termino das aspirações da Humanidade... (*O EXTREMO NORTE*, nº 21. Manaus, 05 de julho de 1920).

Quanto a Cursino Gama, no *O Extremo Norte*, publicou um artigo chamado “A Posto”<sup>39</sup> e, no jornal *Vida Operária*, outro, denominado “O Momento”<sup>40</sup>. Ambos os artigos focalizavam a importância do processo político eleitoral para o operariado e o voto enquanto instrumento capaz de incluir e excluir do cenário político regional (mas também num âmbito nacional) candidatos que se colocavam enquanto representantes dos interesses e das demandas operárias.

É preciso destacar ainda a atuação importante de Nicodemos Pacheco<sup>41</sup>. Este fazia parte do sindicato dos cigarreiros e atuou

<sup>39</sup> “O indiferentismo do operário as coisas políticas do nosso Estado é um erro irremissível (...) E qual o meio mais viável de cooperarmos nessa tão anciada salvação? Unificando-nos, e correndo as urnas por ocasião de ferir-se o pleito governamental, afim de collocarmos um homem que reúna, todos os requisitos indispensáveis a um perfeito chefe de Estado (...) justo, inteligente, honrado...” (*O EXTREMO NORTE*, nº 13. Manaus, 08 de abril de 1920).

<sup>40</sup> “Não deve ser olvidado pelo operariado do Amazonas, notadamente o nacional, o momento político que se nos apresenta, pois, para nós, elle é assaz apprehensivo. Aproxima-se o dia em que deverá surgir das urnas o nome do varão escolhido para presidir os destinos deste Amazonas infeliz (...) devemos intervir directamente nesse magno problema; devemos dar um exemplo de civismo, expurgando do scenario político os elementos perniciosos ao engradecimento do nosso rincão amado, e auxiliando aquelles que juntem qualidades reaes de honradez, intelligência e justiça...” (*VIDA OPERÁRIA*, nº 09. Manaus, 04 de abril de 1920).

<sup>41</sup> Nicodemos Pacheco atuou na fundação e redação do jornal *Vida Operária*. Estabeleceu ligações com Cursino Gama e Manoel Sérvulo, o que indica a possibilidade de ter caminhado junto com os dois. Dentre seus artigos, destaca-se “Bilhete aos Reacionários” (*VIDA OPERÁRIA*, nº 20, Manaus, 11 de julho de 1920), em que procura fazer uma distinção entre o operário e o burocrata. Para ele, o operário “vive para a sociedade” e o burocrata “vive da sociedade”. Ou seja, este “parasita” aquele, que é produtor de riquezas.

ainda como redator do jornal *Vida Operária*. Seus artigos sempre procuravam destacar a importância do operário enquanto elemento fundamental e dinâmico na produção das riquezas, no mundo “moderno”.

Embora dessem maior relevância a diferentes temas, a presença deles (Manoel Sérvulo e Cursino Gama) em ambos os jornais indica a tentativa de superar as divergências. Isto fica evidente quando, ao longo dos artigos produzidos, identificam-se termos como “uma só família”, “um só ideal”, “uma só política”, “um só corpo”, etc.

Ao que parece, os três (Manoel Sérvulo, Cursino Gama e Nicodemos Pacheco) atuaram de forma intensa na elaboração, difusão e fundação de um Partido Operário no Amazonas. Faziam parte da comissão organizadora. Nos jornais, pelos artigos que versam sobre as reuniões que ocorreram e que trataram desta questão, além de outros nomes mencionados (entre eles, Nicolau Pimentel, Raymundo Rodrigues e Anacleto José dos Reis), encontram-se os três, sempre à frente dos trabalhos (nos preparativos, na mesa que conduzia os trabalhos, abrindo as sessões, etc.).

Enfim, a atuação de ambos parecia caminhar no sentido de superar as divergências – encaradas como elemento desarticulador da organização, mobilização e coesão, necessários à luta operária – a fim de entabular uma luta que viabilizasse mudanças no âmbito do trabalho e vida dos operários amazonenses.

Não obstante, não convém idealizar o quadro, uma vez que se identifica, por meio dos artigos publicados por estes militantes, divergências.<sup>42</sup> Entretanto, a superação delas parecia ser o interesse comum destes incansáveis mortais.

<sup>42</sup> Quanto à organização dos operários, Manoel Sérvulo estava alinhado com a organização por ofício. Já Cursino Gama e Nicodemos Pacheco, embora fizessem parte do sindicato dos cigarreiros (por ofício/profissão), não descartavam as organizações pluriprofissionais denominadas de União, Centro, etc.

No que tange aos partidos operários, não se encontram informações que possam funcionar como base para apontar possíveis convergências e divergências entre eles.

# 6

**INSTRUÇÃO EDUCACIONAL E  
INSERÇÃO POLÍTICA**  
o jornal *Vida Operária* (1920)



Com a implantação da Primeira República brasileira, em 15 de novembro de 1889, a classe operária, por meio dos seus jornais, acabou externando um processo de construção de uma efetiva participação política, no sentido de influenciar nas decisões ligadas ao campo político-econômico do país, em especial, nos principais centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e outros (PÁDUA, 1985; GOMES, 1988; PETERSEN, 2001; CASTELLUCCI, 2008).

Não obstante, a República assumiu um caráter excludente, restringindo a participação política de parcela significativa da população, incluindo aí os operários. Mulheres, menores de 21 anos e analfabetos não votavam e nem se candidatavam.

Considerando os operários, a luta pela construção e alargamento da participação política ocorreu de uma forma intensa. Entendido isso, o objetivo deste capítulo consiste em perceber este processo, caracterizando o sistema político da Primeira República brasileira e revelando como a imprensa operária no Amazonas, em especial o jornal *Vida Operária*, posicionou-se frente a ele, destacando as críticas à proposta de ação política operária e o destaque dado à instrução (educação, no caso, saber ler e escrever, sobretudo) como instrumento de participação política.

## **A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA E A IMPRENSA OPERÁRIA NO AMAZONAS**

A implantação da República impactou o universo operário, o que ficou perceptível pelos artigos publicados em jornais de diversas regiões do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, o jornal *A Voz do Povo*

se destacou pelas informações sobre a importância de se construir organizações operárias, inclusive, partidos políticos operários. Em São Paulo, o jornal *O Socialista* seguiu também nesta esteira.

Segundo Aldrin Castellucci:

A última década do século XIX foi fortemente marcada por um clima de otimismo, expectativa e anseio de participação política gerado na classe operária brasileira em virtude da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, levando à fundação de organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas em vários centros urbanos do país, muitas vezes acumulando e articulando, de forma complexa e original, funções mutualistas, beneficentes, recreativas, sindicais e político-partidárias (2008, p. 45).

Esta posição foi fruto das profundas transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no Brasil a partir das duas décadas finais do século XIX, sobretudo, como destacado na citação acima, a desintegração das relações escravistas e do regime monárquico vigente.

A República implantada em 15 de novembro de 1889 envolveu esta dinâmica de transformações que vinha ocorrendo desde décadas atrás. Segundo Ângela de Castro Gomes:

O golpe vitorioso de Deodoro concluía, contudo, um processo que se iniciara décadas atrás, envolvendo questões cruciais como a abolição do trabalho escravo e a participação política dos militares, e que se materializara numa campanha com significativo grau de mobilização e organização, como o demonstra o Partido Republicano. Os interesses e a composição dos segmentos que se reuniram em nome da República são reconhecidamente diversos e complexos. A proclamação, se não é um momento de política revolucionária, é ao menos um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade (1988, p. 19).

Após a Proclamação da República, buscou-se então definir o seu formato. Para esta definição, vários segmentos sociais procuraram participar, entre eles os operários que elaboraram e tornaram pública a sua proposta de intervenção e participação política, numa clara tentativa de contribuir com o processo de formação da Primeira República brasileira.

Com efeito, os operários viram nesse processo a possibilidade da abertura de novos horizontes, sobretudo quanto à expectativa de reconhecimento social e participação política. Porém, o novo regime tomou um caminho distante dos anseios e desejos, pois assumiu a República um caráter excludente em virtude de ter sido hegemônica a proposta do núcleo republicano civil e liberal paulista em formatá-la excludente, federalista, francamente agrarista e ortodoxa em termos de política financeira (GOMES, 1988, p. 39).

Entretanto, mesmo antes dessa hegemonia, já se podia perceber esta tendência por meio do texto produzido em 1891 a respeito dos direitos políticos:

Pelo texto de 1891 teriam direitos políticos – seriam cidadãos plenos – todos aqueles maiores de 21 anos que fossem alfabetizados. Eliminava-se o requisito da renda, mas mantinha-se o indicador social como o saber ler e escrever ao mesmo tempo em que se eximia o Estado da obrigação de dar instrução primária, o que existira no período imperial (CARVALHO, 1987, p. 45).

É possível notar que este texto excluía um número considerável da população brasileira do exercício do voto e da candidatura, marginalizando sua participação política. Além disso, o mecanismo elaborado para assegurar os espaços formais da política nacional para as oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais – a Política dos Governadores<sup>43</sup> – conformara estes interesses num jogo de alianças que contemplava as esferas federal, estadual e municipal:

A rotinização do regime só sobreveio no quadriênio governamental do presidente Campos Sales (1898-1902), por meio da chamada política dos governadores, ou, como preferiu aquele político, política dos estados. A partir de eficiente ingerência junto à Câmara dos Deputados, o presidente Campos Sales conseguiu promover uma reforma do Regimento Interno daquela casa legislativa, de tal sorte, que a Comissão de Verificação de Poderes passou a reconhecer todos os candidatos ao parlamento que tivessem o apoio das situações estaduais e a expurgar os demais por meio das chamadas degolas. Estava conquistada a docilidade do Legislativo e o apoio do Executivo dos Estados (CASTELLUCCI, 2008, p. 30).

<sup>43</sup> Elaboração de alianças entre as oligarquias que conduziam a política em âmbito federal com as que conduziam em âmbito estadual e municipal (Política dos Governadores).

A Comissão de Verificação de Poderes era o instrumento, no interior da Câmara dos Deputados, utilizado para inviabilizar as candidaturas daqueles que não estivessem em consonância com setores das oligarquias estaduais dominantes, alinhados ao poder central.

Tal pacto – Política dos Governadores – firmado pelas elites norteou as relações políticas entre o governo central e os estados. No Amazonas, a situação não foi diferente, embora os atritos entre o poder federal e estadual fossem profundos em virtude daquele promover uma relação marginal com este, materializada nas respostas tímidas aos solicitados planos de valorização da borracha (sobretudo no âmbito da crise econômica do produto, o que provocou cisões no interior do Partido Republicano Conservador do Amazonas) e na ausência de intervenção na política local, deixando que as facções se digladiassem pelo poder.

Neste sentido, percebe-se que os conflitos inter-oligárquicos, em especial no Amazonas, ficavam confinados no estado, sem intervenções do poder central, desde que não interferissem na política mais ampla, nacional. Cabe destacar que esses conflitos foram movidos por interesses particulares e se expressaram “na dualidade do Legislativo e pela violação das leis que regiam o processo eleitoral”. Em 1912, por exemplo, “realizaram-se eleições para a Assembleia, havendo duplicata de apurações e reconhecimentos” (SANTOS, 2001, p. 53).

Com efeito, o caráter privado, as relações de mando, o apadrinhamento e a troca de favores não eram exclusivos do cenário político amazonense, mas faziam parte da dinâmica política das principais capitais brasileiras da Primeira República.

Esse ainda era o contexto dos anos 20. Nesses anos, o jornal *Vida Operária* materializou os conflitos e as características da política local por meio das críticas elaboradas contra o chamado “desvirtuamento” do regime republicano, ou seja, os conflitos políticos entre as facções pelo poder, a utilização das instituições a serviço de interesses particulares, o uso do erário público para deleites pessoais e outros. Os interesses particulares em jogo, que se sobrepunham aos coletivos, eram tidos como elementos contributivos da situação de marginalização e desamparo vivido pela classe operária local:

Os entrechoques políticos, que seguramente já há quase um mês, vem constituindo a principal ordem do dia aqui em Manaus ou para melhor dizer, em todo o Amazonas e no país inteiro perante os verdadeiros responsáveis pelo destino da nossa terra, não passam os mesmos de uma peça verdadeiramente cômica no cenário amazonense; cuja paixão política de uns e os interesses inconfessáveis de outros, só nos pode é trazer o descrédito como habitantes que somos desse tão opulento e quão infeliz Estado.

(...)

Em tudo isso o que vemos?

É mais do que a negação da lealdade e da pureza do regime das nossas instituições concretizadas no interesse do próprio eu; do que o resultado do bem estar deste Estado e da sua própria coletividade, na verdadeira senda do seu pleno evoluir (*VIDA OPERÁRIA*, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920).

Cabe destacar que o jornal *Vida Operária* apresentou-se no cenário urbano amazonense em 1920, ou seja, 29 anos depois do primeiro jornal direcionado aos operários citado anteriormente, o *Gutenberg*. Porém, percebe-se, pela leitura de ambos os jornais e outros localizados entre 1891 e 1928<sup>44</sup>, que havia uma luta constante para viabilizar um Partido Operário no Amazonas. Mesmo em 1920, pelas colunas do jornal *Vida Operária*, buscava-se fundar um Partido Operário “novamente”, o que deixa claro o movimento de avanços e recuos neste processo.

Enfim, a condução do regime republicano realizada pelos grupos oligárquicos e a consequente exclusão política e social existentes contribuíram de forma incisiva para que o operariado realizasse uma série de contraposições. Desta forma, algumas respostas foram elaboradas pelos operários para combater a situação política e social vivida neste momento, dentre elas a participação política dentro sistema político vigente na Primeira República.

<sup>44</sup> *Gutenberg* (1891-1892), *Operário* (1892), *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909), *Confederação do Trabalho* (1909), *O Marítimo* (1911), *Recordação* (1911), *Marinha Mercante* (1913), *A Luta Social* (1914), *Folha Marítima* (1916), *O Construtor Civil* (1920), *O Extremo Norte* (1920), *Vida Operária* (1920) e *O Primeiro de Maio* (1928).

## **O JORNAL *VIDA OPERÁRIA* E A INSTRUÇÃO EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INSERÇÃO POLÍTICA**

No jornal *Vida Operária*, cujo contexto e características já foram mencionados em capítulos anteriores, a importância da instrução foi destacada em dois sentidos: como geradora de conquistas intelectuais, morais, sociais e econômicas e como instrumento para garantir a inserção dos operários no sistema político vigente.

Com relação ao primeiro sentido, a instrução era encarada como elemento necessário ao “desenvolvimento coletivo” e “engrandecimento” de um país:

Também um outro ponto que devemos ter demasiadamente em vista, é a parte que diz respeito a generalização por demais intensificadora do ensino instrutivo no seio das classes proletárias.

É esta portanto, uma das idéias que devem ser preconizadas dentro das leis sociais do nosso operariado...

Pois, como todos nós sabemos; a instrução é a grandeza, a alma e a vida de um povo, e o grande progresso de uma Nação.

Procuremos, por tanto, instruímo-nos, caros companheiros, visto como tão somente devido a instrução, foi que a outrora grande Alemanha; bem como a Bélgica, a Itália, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte, se constituíram os principais Países do mundo!

E o que foi que deu lugar a tudo isto?

Respondendo-vos.

Foram os diversos inventos das variadas industriais, entrando como parte ativa, o conhecimento da matemática, da física e da química; verdadeiras forças motoras, que em auxílios dos seus trabalhos de arte, lhes foram dado a executar.

Eis aí, portanto, como foram acumulados nos vários países que ora me refiro, esses grandes capitais de operários (*VIDA OPERÁRIA*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920).

Percebe-se que o jornal apontou a instrução como base necessária para a realização de avanços tecnológicos importantes para o desenvolvimento econômico e material de uma nação.

Neste sentido, a apropriação de conhecimentos era vista como fundamental para fomentar esse processo, pois eles seriam aplicados na produção de tecnologias essenciais para a produção industrial. Cabe destacar que os avanços não se dariam somente neste campo, como facilmente pode se levar a crer. Pelo contrário, outros elementos, como a moral, o social e o intelecto, seriam contemplados, segundo o jornal.

Com efeito, na perspectiva do intelecto, o saber necessário para o desenvolvimento de tecnologias era algo cumulativo e pessoal, porém com resultados coletivos. Com relação à moral, esta foi direcionada para a atuação do operário como produtor e reproduzidor de ações e atividades necessárias ao labor. Por fim, a dimensão social era apontada pelo fato do jornal defender uma sociedade cuja produção e riquezas fossem para o “desenvolvimento coletivo”.

Portanto, não se pode pensar numa visão estritamente material e econômica da temática da instrução veiculada pelo jornal. Ela faz parte de algo maior e está direcionada à proposta política do jornal e à ideia de sociedade por ele é defendida.<sup>45</sup>

No outro sentido, a instrução se colocava como fundamental para garantir a inserção do operário na vida política. Isto porque a Constituição de 1891, como se destacou anteriormente, acabou estabelecendo que somente homens, brasileiros, maiores de 21 anos e alfabetizados poderiam gozar de direitos políticos.

Em estudo que buscou apontar a relação entre o movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República, Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio trouxe informações importantes a respeito dos índices de analfabetismo. Resgatando os censos de 1890 e 1900, asseverou a existência, na Primeira República, de 82,63% de iletrados na população total e 69,63% para os vinte estados (2009, p. 157).

Desta forma, a Constituição de 1891 acabou excluindo uma gama significativa da população brasileira – analfabetos, mulheres e menores de 21 anos – na qual estava inserida uma grande parcela de operários. Segundo José Murilo de Carvalho, na República, por volta de 2% da população total votava (1997, p. 43-85).

Isto assegurou aos “grupos dominantes” amplo controle do processo eleitoral:

<sup>45</sup> Como antes citado, o jornal seguia a linha do Socialismo Reformista.

Todo o processo eleitoral era controlado pelo partido situacionista, propiciando fraudes, e não havia voto secreto, deixando os eleitores à mercê de todo tipo de pressão. Assim, durante a Primeira República, as eleições de candidatos operários foram fenômenos raros, limitados a uns poucos casos: como o do tipógrafo João Ezequiel, eleito deputado estadual, em 1913, em Pernambuco graças a sua inclusão na lista oficial do governador general Dantas Barreto; e, em 1928, a eleição dos comunistas Minervino de Oliveira e Octávio Brandão para o Conselho Municipal do Distrito Federal pelo Bloco Operário e Camponês. As características do funcionamento dos legislativos, com garantia de ampla maioria para o situacionismo, tornavam as eleições de eventuais candidatos muito mais um feito propagandístico do que uma possibilidade para mudanças significativas no sistema político (BATALHA, 2003, 180-181).

Em Manaus, os documentos pesquisados não evidenciaram, para o período da Primeira República, operários amazonenses ocupando cadeiras no parlamento estadual ou no conselho municipal. Visando mudanças neste quadro, a instrução era vista como essencial para a participação do operário no processo político eleitoral. Portanto, uma vez estabelecida e defendida a luta parlamentar, a instrução, neste sentido, tornava-se necessária:

Também não faltará quem deseje ser apresentado pelas classes operárias, porque terão plena certeza, que ela estará aqui a um certo tempo inteiramente poderosa, conquistando assim os seus verdadeiros ideais. E por essa razão, concitamos aos nossos companheiros ainda não instruídos, que procurem as escolas a fim de se alimentarem com o verdadeiro pão espiritual da instrução!  
O mundo caros companheiros, só se acaba é para quem morre.  
Não perdemos, portanto as esperanças da vitória, a qual um dia será nossa (*VIDA OPERÁRIA*, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920).

Em virtude disso, o jornal apoiava projetos que buscavam implantar a instrução, inclusive, no interior das associações (União Operária, Associação dos Construtores Cíveis e outras ligadas ao jornal), procurando incentivar a sua viabilização mesmo com as



constantes dificuldades de ordem econômica e política presentes neste momento. A ideia era qualificar o operário para a participação ativa no processo político-eleitoral da Primeira República brasileira.

Este processo não era algo isolado, pelo contrário, estava presente em diversas regiões do Brasil, intensificando-se na década de 1910, ganhando, inclusive, espaço em discursos oficiais, como ocorreu numa declaração de Nilo Peçanha no processo de campanha presidencial em 1921-1922.

Segundo Ferreira e Pinto:

O destaque dado à questão da relação Capital/Trabalho estava ligado a intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em evidência o debate acerca da questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados (2006, p. 7-8).

Interessante observar que a demanda operária foi identificada e apropriada em discurso, na campanha presidencial de Nilo Peçanha, em 1921. Assim, evidenciou-se a importância dada à instrução pelo jornal *Vida Operária*, a qual era entendida como instrumento de inserção política do operário.

Porém, enquanto buscava viabilizar a instrução, o jornal procurava pessoas que haviam se candidatado para, por meio do voto e da eleição, colocá-las nos espaços formais de decisão política para que pudessem defender as demandas operárias.<sup>46</sup> Pode-se notar esta postura nos artigos publicados pelo *Vida Operária* sobre a sucessão governamental que ocorreu no dia 14 de julho de 1920, no Amazonas.

Antes desta data, especialmente no dia 04 de abril de 1920, o jornal passou a veicular uma série de artigos sobre a sucessão. Neste espaço de tempo – entre 04 de abril e 14 de julho – estes artigos publicados em 12 números consecutivos tinham por objetivo explicitar posições e opiniões a respeito do tema, destacando a importância de eleger representantes que estivessem compromissados com a causa operária.

Por outro lado, a posição do jornal era contundente na condenação daqueles que se distanciassem dessa causa:

<sup>46</sup> Isto ficou visível quando, em artigos específicos, o jornal passou explicitamente a apoiar candidatos ligados à oligarquia amazonense, em que pese a cobrança por maior atenção ao operariado.

Alerta operários!

Ribomba os horizontes políticos, pesada trovoada; cruzam na imensa órbita da politicalha, relâmpagos de opiniões; o infinito espaço, enegrece-se de candidaturas e, copiosa chuva de promessas, ameaça cair sobre o infeliz povo do Amazonas!

Operários não vos assusteis!

São eles, sempre eles, de todas as épocas, de todos os tempos!

Sim! São eles, que aí vem com as suas promessas legendárias!

Todos eles, apresentando-se com direitos adquiridos pelos serviços prestados, mas, - todos esses serviços, estão plenamente comprovados, que não foram para o povo!... Milhões de promessas, grandes empreendimentos, colossais problemas, enormes melhoramentos (...) passadas as eleições? Todos esses castelos não passaram nem passarão de confeccionados estratagemas preparados, para serem lançados ao povo.

(...)

Uma vez reconhecidos e empoleirados, afirmam que sua vitória, dependeu exclusivamente do prestígio de seu partido, depois desconhecem o eleitorado, renegam os amigos, traem a sua própria política, e acabam fazendo do erário público balcão de negociatas.

(...)

Diante de todos esses factos, nós operários (...), o único eleitor, poderemos assistir passivos a todas essas farsas lançadas sobre nós, sem o menor protesto?

Não! Mil vezes não!

Deveremos compenetrados nas nossas forças, nos nossos direitos, repelir todos aqueles que, pelos seus atos tenham demonstrado o quilate de seu caráter.

Devemos reagir moralmente com todo o furor de nossa dor, esses vendilhões banais, que vendem o seu caráter, e tentam subjugar o nosso e o nosso trabalho... (VIDA OPERÁRIA, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920).

O instrumento capaz de repelir aqueles que marginalizavam as demandas do operário era o voto. O voto era a operacionalização ao mesmo tempo do protesto e da renovação e mudança. Por meio deste instrumento, o operário poderia retirar ou inserir candidatos na cadeira governamental ou no parlamento. Nesta esteira, o jornal alertava para a importância do debate e da discussão, no seio das sociedades operárias, de nomes que se alinhavam com a causa operária:

De dezenas de nomes apresentados a sucessão governamental, apresentam-se três que se destacam por ser de correntes opostas. Não queremos hostilizar este ou aquele, porém orientamos ao Povo principalmente ao operariado em geral que devemos cerrar fileiras ao lado daquele que consultar os interesses do povo.

Devemos trabalhar com todas as nossas forças ao lado daquele que nos garanta a queda do patronato e a regulamentação entre o Capital e o Trabalho, por que são as aspirações dos nossos ideais, e será um passo agigantado que daremos na evolução da nossa vida associativa.

(...)

Avante operários!

(...)

É chegado o momento das nossas reivindicações! Cada operário deve correr as urnas sufragando um nome... (*VIDA OPERÁRIA*, nº 17. Manaus, 06 de junho de 1920).

Cabe colocar em relevo que a eleição e o voto eram considerados como essenciais, o que também explica o direcionamento do jornal, nesse processo de sucessão governamental, para além dos operários, dirigindo-se ao povo em geral.

Parece que o jornal *Vida Operária* acabou promovendo uma articulação do jornal e da parcela que ele representava, no interior do processo político eleitoral (sucessão governamental de 1920), com os setores da oligarquia regional e seus mecanismos de inserção nos espaços políticos formais.

Enfim, o jornal *Vida Operária* defendia três elementos como suporte da luta operária por direitos políticos e sociais: a associação, o partido e o próprio jornal. Não negava o regime republicano (mas sim a forma como estava sendo conduzido), não negava o processo político-eleitoral (mas sim o sistema que vigorava e que excluía uma parcela significativa de operários e populares) e aceitava a colaboração entre as classes. Para isso, lutava pela inserção do operariado, via instrução, no sistema político-eleitoral da Primeira República brasileira.

\*\*\*

Como procuramos evidenciar, o jornal *Vida Operária* surgiu na arena jornalística amazonense, em 1920, como um veículo de mobilização, conscientização e luta direcionado aos operários. Nele, artigos e notícias sobre o universo operário – denúncias sobre questões do trabalho e da carestia de vida, situação política do operariado amazonense, ação operária a ser desenvolvida, importância de um partido operário e outros – foram divulgados.

Com efeito, o jornal *Vida Operária* propagou a defesa de uma proposta de ação política operária dentro do sistema político estabelecido no interior da Primeira República brasileira. Esta proposta consistia na participação do operariado no processo político eleitoral como eleitores e candidatos, para que pudessem, no interior de um Partido Operário, criar condições para que as reformas sociais, sobretudo relacionadas ao mundo do trabalho, fossem realizadas pela via parlamentar, por meio de uma legislação voltada para o trabalho, especialmente.

Neste processo, a instrução era vista como algo essencial, um instrumento de inserção política do operário no cenário político da Primeira República. Isto porque, na Primeira República, analfabetos não podiam votar e serem votados. Por força disso, a atuação no sentido de promover a instrução educacional era defendida como ponto importante da ação política operária no Amazonas.

# **ALGUMAS DIMENSÕES**

Os textos que compõem este livro, articulados em torno do tema da imprensa operária, foram elaborados no sentido de explicitar algumas dimensões desse veículo de comunicação que foi considerado, pelos trabalhadores, como fundamental para o processo de conscientização, mobilização e luta.

Através da imprensa, como se procurou demonstrar, os operários tornaram públicas questões que faziam parte do mundo do trabalho. Jornada laboral extensa, penalidades e multas, instabilidade no emprego, carestia de vida, baixos salários, entre outros foram debatidos.

Da mesma forma, pelas páginas dos jornais, difundiram e defenderam a participação política do operariado, com a finalidade de transformar a sociedade e, assim, assegurar melhores condições de vida e trabalho. Certamente, as propostas eram diferentes. No caso dos socialistas reformistas, cujos jornais *Gutenberg*, *Operário*, *Vida Operária* e *O Extremo Norte* os representavam, defenderam a organização dos operários em associações e estas em torno de um partido operário que, por intermédio do sistema político eleitoral, lançariam candidaturas para que pudessem se inserir no parlamento e, assim, elaborar leis que modificassem a realidade do trabalho.

Os próprios socialistas reformistas, como se viu, possuíam diferenças. Enquanto o grupo em torno do *Vida Operária* aceitava a organização dos operários em associações multiprofissionais e o partido político com a possibilidade de absorver em seus quadros (ou apoiar) personagens de outros segmentos sociais, como advogados, médicos e até mesmo políticos tradicionais, o grupo por trás d'*O Extremo Norte* argumentava que as associações e o partido operário tinham que possuir como protagonistas, exclusivamente, os operários.

Por outro lado, diferentemente dos socialistas reformistas, os anarquistas negavam o sistema político-eleitoral vigente na Primeira República Brasileira em prol da ação direta – no jornal *A Lucta Social*, que representava este grupo, isso era defendido.

Mas, além dos problemas que infligiam os operários e das propostas políticas defendidas para mudar a sociedade vigente à época, encontram-se também temas ligados à instrução, à própria produção e circulação dos jornais, como foi colocado em relevo.

Enfim, essas são somente algumas dimensões que tencionou-se iluminar. Porém, existem muitas outras à espera de algum pesquisador para que possam vir à tona e, assim, tornar mais claro o papel da imprensa operária no Amazonas na Primeira República Brasileira. Ao fim, considera-se evidente o quanto a imprensa voltada aos trabalhadores detém um potencial significativo para a construção do conhecimento histórico em geral.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Seringueiros, Caçadores e Agricultores: Trabalhadores do Rio Muru (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D' INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Izolda Macile da. (Orgs). *A Amazônia e Crise da Modernização*. Belém: MPEG, 1994, p. 521-548

ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda Varguista na imprensa amazonense*. Dissertação (Mestrado em História), Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Ideologia e imprensa operária: o contra-discurso pequeno-burguês. *IX Encontro Anual da ANPOCS*. Águas Claras/SP, p. 1-22, out./1985.

ARAVANIS, Evangelia. Apresentando um banco de dados: imprensa anarquista, homens e mulheres na cidade de Porto Alegre (1908-1930). *Textura. Canoas*, n. 1, p. 29-36, 2º semestre de 1999.

AVELINO, Alexandre Nogueira. *O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: a revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas*. Dissertação (Mestrado em História) Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2008.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

BALCÃO, Lier Ferreira. *A Cidade das Reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista – 1900/1913*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1998.

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, abril de 2004.



\_\_\_\_\_. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARTZ, Frederico Duarte. Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves. Vestígios do passado: a história e suas fontes. *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul, 2008.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva*.

\_\_\_\_\_. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23/24, p. 111-124, set./ago 1992.

\_\_\_\_\_. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dezembro de 1997.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Representações do movimento operário na imprensa. Resumo. *Anais do IV Encontro Estadual da ANPUH/RS*. São Leopoldo, 5 a 9 de outubro de 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese de Doutorado: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. Manaus e a imprensa operária: o discurso do trabalhador também exclui. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, n. 2/3, p. 221-232, 1993/94.

\_\_\_\_\_. *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. São Paulo: Uduc/Fapesp, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 215-239.

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo (1889-1940)*. São Paulo: Brasiliense. 1997.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.

FARIA E SOUZA, João Baptista de; SOUZA, A. Monteiro de e BAHIA, Alcides. *A Imprensa no Amazonas*, 1851-1908. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, Lygia Portenha Borges. *A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (1937-1945)*. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História/Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.

FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (Doutorado em História) Econômica. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

FIGUEIRA, Rickson França. *Imprensa, política e poder: a sucessão governamental do Amazonas em 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

FONTES, Edilza (org.) *Contando a História do Pará*. Da conquista à sociedade da borracha. Vol. I. Belém: E. Motion, 2002.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. *Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p 183-211.

\_\_\_\_\_. *Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil*. Trajetos (UNICAMP), Fortaleza, v. 1, n.2, p. 25-49, 2002.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

GODOY, Clayton Peron Franco de. *Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Trabalhismo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GONÇALVES, Adelaide (Org). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.

GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (Orgs). *O Trabalhador Gráfico – Edição fac-similar*. Fortaleza: UFC, 2002.

GYTAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Unesp, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2º edição. São Paulo: Ática, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IGNOTUS. *A Imprensa no Maranhão, 1820-1880*. Rio de Janeiro: Editora Faro & Lino, 1883.

JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

LARA, Sílvia. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. São Paulo (16) fev. 1998. p. 25-38.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul /dez. 2008.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal da Paraíba, Recife, 2004.

MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 1, n. 1, jan /jun de 2009.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora Universitária de Recife, 1972.

NEGRO, Antônio Luigi. As Organizações dos Trabalhadores por Local de Trabalho (1945/1968). Tempo. *Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 3, n.3, 1989, p. 7-27.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: Uma história social do trabalho. *Tempo Social*. USP, v. 18, n. 1.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 49-96.

OLIVEIRA, Adélia Engracia. *Ocupação Humana na Amazônia: desenvolvimento integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PÁDUA, José Augusto Valadares. A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. Dados - *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, nº 2, 1985, p. 163- 192.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A imprensa dos trabalhadores do Ceará de 1862 aos anos 1920*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2001.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989.

\_\_\_\_\_. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 3, p. 129-153, junho de 1995.

\_\_\_\_\_. “*Que a União Operária seja nossa pátria!*”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Porto Alegre: UFSM/ UFRGS, 2001.

PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. “Imprensa e Modernidade: relato de pesquisa em curso”. *Amazônia em Cadernos*, n 2/3, Manaus, Universidade do Amazonas, 1993/4, p. 195-206.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2004.

\_\_\_\_\_. Imprensa e mundos do trabalho na Belle Époque manauara. *XXII Simpósio Nacional de História* – ANPUH. João Pessoa, 2003, p. 1-8.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

\_\_\_\_\_. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História/ANPUH*, São Leopoldo/RS, 2007, p. 5.

\_\_\_\_\_. Apresentação. Vivências Urbanas: o cotidiano de trabalhadores na contramão dos processos de modernização em Manaus. *Fronteiras do Tempo*, vol. 1, n. 2, Manaus, dez. /2011.

\_\_\_\_\_. *Folhas do Norte: Periodismo e Cultura Letrada no Amazonas (1880-1920)* Tese de (Doutorado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*. Florianópolis, vol. 21, n. 31, p. 251-278, agosto de 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira do. *O movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República: a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância*. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Ceará, 2009.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC/SP, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Suframa/ Calderaro, 1985.

\_\_\_\_\_. *A rebelião de 1924 em Manaus*. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1980.

\_\_\_\_\_. O equilíbrio da firma aviadora e o significado econômico-social do aviamento. *Revista Pará Desenvolvimento*, Belém, n. 3, 1968.

SCHMITT, Jean Claude. A História dos Marginais. In: LE GOFF, J. (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 261-290.

SHARP, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992, p. 39- 62.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930). In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III. O Brasil Republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997.

SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: nasce a República (1888-1894)*. São Paulo: Editora Três, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005.



TELES, Luciano Everton Costa. *A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho*. Dissertação (Mestrado em História), Seminário de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e Mundos do Trabalho: a singularidade da imprensa operária no Amazonas*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, p. 186-212, jan./jun. de 2011.

\_\_\_\_\_. *O jornal Vida Operária: instrumento de conscientização, mobilização e luta dos trabalhadores de Manaus*. *Diálogos*, vol. 15, n. 3, set-dez 2011, p. 611-630.

THOMPSON, Eduard Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar. et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

WEINSTEIN, Renée Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

ZICMAN, Renée Barata. *História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas*. *Projeto História*, n 4. São Paulo, 1985, p. 89-102.

## **JORNAIS**

A FEDERAÇÃO (1896)

A LUCTA SOCIAL – Manaus (1914)

A VOZ DO TRABALHADOR – Rio de Janeiro (1909)

AMAZONAS COMMERCIAL (1900)

COMMÉRCIO DO AMAZONAS (1899)

CORREIO DO NORTE (1906 e 1911)

DIÁRIO OFFICIAL (1893, 1896 e 1900)

GUTENBERG (1891-1892)

O EXTREMO NORTE – Manaus (1920)

OPERÁRIO (1892)

QUO VADIS? (1902-1903)

VIDA OPERÁRIA - Manaus (1920)

## **RELATÓRIOS**

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS (1902)

Maio de dois mil e vinte, cinquenta e seis anos após a publicação  
de *Labouring Men: Studies in the History of Labour*, de Eric J.  
Hobsbawm



para conhecer mais a *editora*UEA e suas publicações, acesse o site e nos  
siga nas redes sociais

[editora.uea.edu.br](http://editora.uea.edu.br)

ueaeditora



O jornal tinha uma enorme importância para o movimento operário durante a Primeira República no Amazonas. Tanto para os militantes socialistas, quanto para os anarquistas ou comunistas, o jornalismo era uma forma de comunicação que transcendia o processo de passar informações. O jornal operário era, acima de tudo, um espaço de organização, de debate teórico e de difusão do conhecimento e de informações sobre os movimentos da classe trabalhadora.



**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
A M A Z O N A S



*editora*  
**UEA**

